

ELIZABETH GASPAR DI PAOLO

**O ACOLHIMENTO DE EMERGÊNCIA DE CRIANÇAS
E JOVENS EM PERIGO NA
PERCEÇÃO DAS ADOLESCENTES**

Orientador(a): Professora Doutora Marília de Carvalho Seixas Andrade

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Departamento de Serviço Social

Lisboa

2013

ELIZABETH GASPAR DI PAOLO

**O ACOLHIMENTO DE EMERGÊNCIA DE CRIANÇAS
E JOVENS EM PERIGO NA
PERCEÇÃO DAS ADOLESCENTES**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Riscos e Violências nas Sociedades Atuais: Análise e Intervenção Social, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Orientado(a): Professora Doutora Marília de Carvalho Seixas Andrade

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Departamento de Serviço Social

Lisboa

2013

Aquilo que vemos não existe como tal, no exterior do nosso campo da experiência, mas tão simplesmente é o resultado da atividade interna que o mundo exterior desencadeia em nós.

H. Maturana e F. Varela (1987)

*À minha avó Irene, que passou toda a sua
infância e adolescência numa instituição...*

Agradecimentos

A todas as adolescentes que aceitaram participar nesta investigação, que deram o seu testemunho para este trabalho e ajudaram a tecer a sua experiência e história de vida. Espero ter conseguido fazer jus à Vossa voz.

À Professora Doutora Marília de Carvalho Seixas Andrade, orientadora deste trabalho pela sua disponibilidade, pela confiança que depositou em mim e exemplo de inspiração a nível pessoal e profissional.

À direção da Casa de acolhimento de emergência, a todos os técnicos e outras pessoas que proporcionaram o contacto com as adolescentes deste estudo, sem as quais não seria possível a realização deste trabalho.

Aos meus familiares, pelo carinho, preocupação e todo o apoio que me deram.

À minha filha pela sua paciência e por me ter permitido perceber verdadeiramente o significado de ser adolescente.

Ao Pedro, meu suporte nos bons e maus momentos. Obrigada por não me teres deixado desistir!

A todos os meus amigos, pela força, disponibilidade e por estarem sempre presentes nos momentos mais difíceis.

Aos meus colegas de trabalho, por todo o apoio que me deram.

Resumo

A presente dissertação contribui para a compreensão das vivências associadas ao acolhimento numa casa de acolhimento de emergência (CAE) de um grupo de adolescentes, retiradas às famílias por se encontrarem em situação de perigo iminente de vida.

O estudo centra-se na análise categorial das narrativas das adolescentes, pretendendo-se caracterizar as suas percepções face ao acolhimento de emergência através da captação de expressões verbais e não verbais. O desafio foi construir uma gramática do sentir e do pensar que revelasse os significados que as jovens atribuem à retirada do contexto familiar e a eventual repercussão da experiência de acolhimento ao nível da qualidade de vida e bem estar.

Trata-se de uma pesquisa exploratória que seguiu uma metodologia qualitativa, procurando fazer uma abordagem interpretativa do objeto de estudo.

No decurso da pesquisa empírica, através de entrevistas, de elaboração de colagens e recortes de revistas e da realização de focus group, os discursos das adolescentes foram ganhando voz, deixando emergir as representações construídas em função das experiências e vivências das jovens.

Através da construção de categorias e subcategorias de análise, foi possível captar a importância do acolhimento e das relações de afeto e de suporte na CAE. Foi possível entender a auto-percepção ou consciência de si e os desafios colocados pelas perspetivas futuras, estando estas relacionadas com os contextos de vida já vividos ou sonhados.

Foi possível perceber através da análise dos testemunhos recolhidos que, ainda que não exista uma clara percepção da dimensão do perigo a que estavam expostas, a noção de perigo parece ser clara para as jovens. Manifestando acima de tudo o desejo de voltar a estar com a família, e Independentemente de não compreenderem e não aceitarem as causas que levaram à decisão de acolhimento, as adolescentes preferem permanecer na CAE em prejuízo de terem de mudar de instituição.

Os tempos e modos de retirada dos contextos de vida, a separação e o sentimento de perda da família e a entrada na CAE, corresponderam a alguns dos momentos mais críticos das narrativas discursivas das adolescentes.

Pode concluir-se que apesar do desgosto de estarem fora do contexto familiar, existe entre as jovens o sentimento de que a CAE permite um imediato e oportuno acolhimento face a inaceitáveis perigos, mas impõe um aprisionamento e impasse temporal

vivencial incompatíveis com a necessidade de estabilização e de autonomia imprescindíveis a uma adolescência saudável.

Palavras-chave: perigo iminente, acolhimento de emergência, perceções, contextos familiares, adolescência, factores de proteção.

Abstract

This dissertation attempts to provide a valuable contribution to the understanding of the live experience associated at an emergency foster care (CAE) of a group of teenagers that were removed from their family due to a imminent life danger condition.

This research focuses in the categorical analysis of the teenagers narratives, aiming to, supported on the collected verbal and nonverbal expressions, characterize their perceptions of life experience at an emergency foster care.

The study challenge was to built a grammar of feelings and thoughts that could reveal the significance assigned by the teenagers to the experience of being removed from their family context, as well as the impact of the emergency foster care life experience in their quality of life and well being.

This exploratory research followed a qualitative methodology and an interpretative approach to the study object. During the empirical research, based on individual interviews, creation of collages, magazines clippings, and a focus group, the teenagers' speeches allowed to emerge the representation of "self" built on their life experiences.

Through the definition of categories and subcategories it was possible to characterize the significance of the emergency foster care experience and the emotional and support relations developed at CAE. It was possible to attain the auto-perception and self-awareness, as well as the challengers raised by their expectations about the future built-on their lived experience and dreams.

It was possible to observed by analysing the evidence gathered that, although there isn't a clear perception of the dimension of the danger they were exposed to, the notion of danger seems to be clear for the teenagers. Expressing above all the desire to return to be with their family, and regardless of not understanding and not accepting the reasons that led to the decision to be removed from the family context, the teenagers prefer to remain at CAE in prejudice of having to change to another institution.

The timing and the way of how the removal of the teenagers from their family contexts was conducted, the separation and the feeling of family lost and moving into CAE, were the most critical moments expressed by the teenagers' narratives.

Regardless of the displeasure of being out of the family context, it can be concluded that the teenagers have a feeling that CAE can provide a fast and convenient placement when faced against unacceptable dangerous situations, but simultaneously imposes an imprisonment and a life impasse which is incompatible to the teenagers' autonomy and stability needs for an healthy adolescence.

Key words: imminent danger, emergency foster care, perception, family context, teenagers, protective factors.

Résumé

Cette thèse contribue à la compréhension des expériences de vies associées à l'accueil d'urgence (CAE) d'un groupe d'adolescents, enlevés à leurs familles car ils se trouvaient dans une situation de danger imminent pour leur vie.

L'étude se concentre sur les récits catégoriques des adolescents, visant à caractériser leurs perceptions en relation à l'accueil d'urgence en capturant des expressions verbales et non verbales. Le défi était de construire une grammaire du sentir et du penser qui révélaient les significats que les jeunes attribuent à la suppression du contexte familial et l'impact possible de l'expérience de l'accueil au niveau de la qualité de vie et de bien-être.

Il s'agit d'une étude exploratoire qui a suivi une méthodologie qualitative, en essayant de faire une approche interprétative à l'objet d'étude.

Au cours de la recherche empirique à travers des interviews, préparation des collages et des coupures de magazines et d'un groupe de discussion, les discours de la voix des adolescents ont gagné vie, en laissant émerger les représentations construites selon les expériences vécues par les jeunes.

Grâce à la construction de catégories et sous-catégories d'analyse, il a été possible de saisir l'importance de l'accueil et les relations d'affection et de soutien au CAE. Il a été possible de comprendre la perception de soi-même et la conscience de soi ainsi que les défis posés par les perspectives d'avenir, comme ceux liés aux contextes de vie déjà vécu ou rêvés.

Il a pu être observé par les preuves recueillies que même qu'il n'y ait pas une idée claire de la dimension du danger auquel ils étaient exposés, la notion de danger semble être clair pour les jeunes. Expriment surtout le désir de retourner avec leur famille et indépendamment de ne pas comprendre et de ne pas accepter les causes qui ont conduit à la décision d'accueil, les adolescents préfèrent rester chez CAE en détriment d'avoir à changer d'établissement.

Le décalage temporel et la façon dont les adolescents ont été retirés de leurs contextes de vie, la séparation et le sentiment de perte de la famille et l'entrée dans le CAE, correspondent à des moments les plus critiques de récits discursifs des adolescents.

Il peut être conclu que, malgré le chagrin d'être en dehors du contexte familial, il y a le sentiment chez les jeunes que le CAE permet l'accueil immédiat et approprié aux dangers inacceptables, mais impose l'emprisonnement et de l'impasse temporelle d'expérience de vie incompatible avec la nécessité de stabilisation essentiel à l'autonomie pour une adolescence en santé.

Mots-clés: danger imminent, accueil d'urgence, les perceptions, les contextes de la famille, l'adolescence, les facteurs de protection.

Abreviaturas e Siglas

| | |
|-----------------------|--|
| CAE | Casa de Acolhimento de Emergência |
| CASA | Caraterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens |
| CAT | Centro de Acolhimento Temporário |
| CPCJ | Comissão de Proteção de Crianças e Jovens |
| EAE | Equipa de Acolhimento de Emergência |
| I.S.S., IP | Instituto da Segurança Social, Instituto Público |
| LIJ | Lar de Infância e Juventude |
| LPCJP | Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo |
| O.T.M. | Organização Tutelar de Menores |
| SAE | Sistema de Acolhimento de Emergência |
| UE | Unidade de Emergência |

INDICE GERAL

| | |
|---|-----------|
| Introdução | 14 |
| CAPITULO I - REFERENCIAL TEORICO CONCETUAL | 18 |
| 1 Adolescência e Família..... | 19 |
| 1.1 Noção de adolescência: vulnerabilidades e conquistas..... | 19 |
| 1.2 Contextos familiares: vínculos e mediações..... | 22 |
| 2 Contextualização jurídico normativa do sistema de proteção de crianças e jovens em perigo..... | 26 |
| 2.1 Fatores de proteção, fatores de risco e resiliência..... | 27 |
| 2.2 As crianças e jovens em perigo e a intervenção imediata..... | 30 |
| 2.3 Procedimentos legais para proteção das crianças e adolescentes em perigo.. | 33 |
| 3 O Acolhimento de Emergência: contextualização sócio-institucional..... | 36 |
| 3.1 Especificidades, modalidades e funcionalidades do acolhimento..... | 36 |
| 3.2 Constrangimentos e potencialidades da institucionalização..... | 40 |
| CAPITULO II - PROCEDIMENTOS E SUPORTES METODOLÓGICOS DE PESQUISA | 47 |
| 1 Objeto, objetivos e modelo de análise..... | 48 |
| 2 Tipo de estudo e justificação metodológica..... | 51 |
| 3 Caracterização das participantes e compromissos éticos..... | 53 |
| 4 Instrumentos e técnicas..... | 56 |
| CAPITULO III - APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS: CONJUGAÇÃO DA TEORIA E DA EMPIRIA | 59 |
| 1 Análise categorial e interpretativa..... | 60 |
| 1.1 Percepção das adolescentes face ao acolhimento..... | 61 |
| 1.1.1 Pré-acolhimento: sentindo o perigo..... | 62 |
| 1.1.2 Entrada na CAE: o fechamento..... | 68 |
| 1.1.3 Importância do acolhimento: proteção e cuidados..... | 72 |
| 1.2 Experiências de vida na CAE..... | 77 |
| 1.2.1 Relações de afeto e de suporte..... | 77 |

| | | |
|-------|---|------------|
| 1.2.2 | Vivência em CAE: rotinas e fugas | 81 |
| 1.2.3 | Auto-perceção: o ser, os gostos, os desejos | 87 |
| 1.2.4 | Perspetivas futuras: entre o certo e o incerto | 93 |
| | Conclusões | 98 |
| | Bibliografia..... | 104 |
| | Apêndice 1 – Guião de Entrevista..... | 112 |
| | Apêndice 2 – Pedido de Consentimento para Entrevista e Focus group | 114 |
| | Apêndice 3 – Pedido de Consentimento para Estudo de Investigação | 115 |
| | Anexo – CD com transcrição das entrevistas | |

INDICE DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1: Fatores de proteção e de risco – dimensões criança/jovem, família contexto social e cultural | 28 |
| Quadro 2: Caracterização da amostra da entrevista | 55 |
| Quadro 3: Quadro representativo da categorização da análise das entrevistas | 61 |
| Quadro 4: Características das famílias das adolescentes entrevistadas | 64 |
| Quadro 5: Análise de representação gráfica da adolescência | 90 |

INDICE DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1: Modelo de análise da percepção das adolescentes acolhidas em CAE | 50 |
| Figura 2: Indicadores de situações de risco | 63 |
| Figura 3: Ecomapa Ent_02L13 | 80 |
| Figura 4: Categorias de regras identificadas no discurso das adolescentes | 82 |
| Figura 5: Colagem focus group - participante 1 | 88 |
| Figura 6: Colagem focus group - participante 2 | 88 |
| Figura 7: Colagem focus group - participante 2 | 88 |
| Figura 8: Colagem focus group - participante 2 | 88 |
| Figura 9: Colagem focus group - participante 2 | 89 |
| Figura 10: Colagem focus group - participante 3 | 89 |
| Figura 11: Colagem focus group - participante 4 | 89 |
| Figura 12: Colagem focus group - participante 5 | 89 |
| Figura 13: Colagem focus group - participante 6 | 90 |

Introdução

Este trabalho tem origem da necessidade de contribuir para o debate e de alargar o conhecimento acerca do acolhimento de emergência de crianças e jovens, em particular a partir das respostas institucionais existentes e da percepção destas respostas pelas adolescentes, retiradas do seio familiar por se encontrarem numa situação de perigo iminente.

A forma como protegemos as crianças e jovens que, por circunstâncias várias, acabam por integrar o sistema de promoção e proteção, os modelos de referência que lhes transmitimos, os valores que lhes incutimos, o afeto e a atenção que lhes prestamos, no dia a dia, são fundamentais para que estas crianças e jovens se tornem indivíduos que participem ativamente na construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Analisando o sistema de promoção e proteção de crianças e jovens em perigo, em todas as suas vertentes, deparamo-nos com uma realidade social complexa, onde é necessário e urgente pensar na criança e jovem como protagonistas, aos quais o sistema tem de dar uma resposta, tendo sempre em consideração a sua individualidade, as suas características e especificidades.

Não é a criança e o jovem que têm de se ajustar ao sistema, mas sim o sistema que, através da versatilidade e plasticidade, tem de ajudar a criança ou o jovem que, por se encontrar numa situação de particular vulnerabilidade, têm de ser protegidos.

Na sua prática profissional, os técnicos que trabalham na área de infância e juventude, são confrontados simultaneamente com a problemática dos maus-tratos e a falta de cuidados de que as crianças são vítimas por parte de algumas famílias e com as questões do acolhimento.

Definir o que é bom, adequado, desejável, para as crianças e jovens, para o seu desenvolvimento e as suas vidas, tem constituído um notável esforço de profissionais de vários domínios disciplinares, nomeadamente do serviço social.

De acordo com o Relatório CASA 2012 de autoria do Instituto da Segurança Social, encontravam-se em situação de acolhimento 8.557 crianças e jovens. Ainda que comparativamente a 2011 tenha havido uma diminuição de 4,3% de acolhimentos registados, a faixa etária dos 15-17 anos foi a única que sofreu um aumento (41 jovens). Desta caracterização, sobressai claramente a tendência apurada ao longo dos anos; aos

adolescentes de 12-17 anos corresponde a maior percentagem em situação de acolhimento 54.9% (4.692).

O mesmo se pode verificar no Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ, o acolhimento institucional é a terceira medida mais aplicada ou em execução no ano de 2012, sendo que, é no escalão dos 15 aos 21 anos que encontramos mais medidas desta natureza, representando 44,2% (1455) do total de medidas de acolhimento institucional. O valor percentual registado por este escalão etário em 2012 é substancialmente superior ao verificado em 2011 (13,6%; 406). Atente-se que, neste escalão, foram aplicadas, ou estiveram em execução, mais 296 medidas de acolhimento em instituição do que as contabilizadas em 2011.

As atuais respostas institucionais de acolhimento de emergência têm por objectivo a promoção e proteção das crianças minimizando os impactos negativos que o acolhimento acarreta a situações já de si mesmas problemáticas.

Estima-se que no âmbito do Sistema de Acolhimento de Emergência (SAE) do distrito de Lisboa¹, seja elevado o número de fugas das jovens acolhidas nas instituições. Este indicador leva ao encontro do objeto de estudo, tornando-se importante explorar os sentidos e significados atribuídos pelas próprias jovens ao acolhimento de emergência e às fugas, contribuindo, a partir desta pesquisa, para a compreensão dos sucessos e insucessos do acolhimento de emergência.

Nesta investigação, considera-se pertinente desvendar as representações das adolescentes sobre o acolhimento de emergência, uma vez que este é um enfoque pouco explorado, e também mais significativo quando se trata de trajetórias de vida marcadas por invasões de espaços de sofrimento e portanto da ordem do subjetivo.

Sendo visível para o sistema de proteção, para decisores e para os técnicos, a necessidade de um acolhimento de emergência específico, será que as adolescentes possuem o mesmo entendimento?

¹ No distrito de Lisboa, é da competência do SAE, do Centro Distrital da Segurança Social, do I.S.S.,IP dar resposta ao acolhimento efetivo das crianças e jovens que se encontram em situação de perigo.

Apesar da vasta investigação sobre o fenómeno de institucionalização e sobre o seu impacto no desenvolvimento das crianças e dos jovens, esta é uma área que continua a suscitar discussão na literatura pela complexidade da sua natureza, havendo ainda muito por investigar.

Algumas pesquisas defendem que, pela própria forma como as instituições estão organizadas, pelas suas características, pelo afastamento das crianças e jovens das suas famílias de origem, das suas referências e laços afectivos, a vivência institucional pode exercer um impacto negativo no seu desenvolvimento emocional e social (Alberto, 2002, cit. por Martins, 2005). Outros trabalhos vêm defendendo que a instituição pode constituir um espaço seguro, substitutivo da família quando esta coloca em risco a vida de uma criança ou jovem, constituindo uma alternativa de vida com vantagens, nomeadamente, pela experiência e vivência em grupo e o conseqüente desenvolvimento de competências sociais (Zurita e Fernandez del Valle, 1996, cit. por Martins, 2005).

Alberto (2002), baseando-se nos depoimentos e histórias de vida de adolescentes institucionalizados, conclui que o impacto da institucionalização depende consideravelmente das características das instituições de acolhimento, da comunidade envolvente e das próprias crianças/adolescentes. Todavia, a problemática da institucionalização está mais imbuída de preconceitos e estereótipos, que se vão construindo à margem dos reais protagonistas (as crianças e jovens institucionalizadas), do que de análises mais concretas e objectivas que só a investigação pode trazer.

Nos últimos anos, o foco tem sido colocado nos factores que poderão fazer a diferença na resposta da criança/jovem à adversidade. A investigação tem demonstrado claramente que a melhor ou pior resposta depende da interação estabelecida entre os factores de risco e os factores de protecção, da eficácia das estratégias desenvolvidas para fazer face aos problemas, ou seja, da resiliência (Atwool, 2006; Stein, 2008).

O presente estudo, fruto de interesse pessoal decorrente de alguns anos de trabalho com crianças e jovens institucionalizados, vai ao encontro das questões colocadas, pretendendo contribuir para a compreensão das vivências associadas ao acolhimento, através do olhar de adolescentes institucionalizadas, numa etapa específica do desenvolvimento humano e num grupo constituído a partir de situações consideradas de risco.

A opção em termos de paradigma, recai na investigação qualitativa privilegiando a participação. A metodologia selecionada consiste numa análise categorial das representações das adolescentes, por se valorizar a construção de conhecimento e processo de descoberta da realidade através da representação das próprias, apesar de se considerar a dificuldade em captar a realidade objectiva neste tipo de população. Conforme pode perceber-se neste trabalho, os discursos das adolescentes foram ganhando voz, através da identificação das categorias e subcategorias de análise, deixando emergir as representações contidas e captadas ao longo das entrevistas realizadas, no ecomapa e no focus group.

O presente trabalho encontra-se organizado em três capítulos. O capítulo I é dedicado à revisão de literatura de suporte ao trabalho desenvolvido, onde se apresenta as principais dimensões concetuais: a adolescência e família, o sistema de proteção de crianças e jovens em perigo e a contextualização sócio-institucional.

No segundo capítulo apresentam-se os procedimentos e suportes metodológicos de pesquisa, mais especificamente os objectivos, o modelo de análise, a justificação metodológica do estudo, os instrumentos e técnicas de recolha de dados utilizados e a caracterização da amostra com os aspetos éticos envolvidos.

O terceiro capítulo debruça-se sobre a apresentação e análise dos resultados, onde os mesmos são analisados à luz da literatura, realçando os factores que podem contribuir para um melhor entendimento dos resultados obtidos nesta dissertação.

Por último apresentam-se as conclusões finais do estudo e sugestões futuras de investigação sobre o tema, seguindo-se da bibliografia pesquisada e trabalhada para a elaboração da dissertação.

No presente estudo, foi utilizada a norma APA para as citações e referências bibliográficas.

CAPITULO I - REFERENCIAL TEORICO CONCETUAL

1 Adolescência e Família

1.1 Noção de adolescência: vulnerabilidades e conquistas

A Adolescência é uma etapa do desenvolvimento humano que se caracteriza pelo crescimento e maturação física e psicológica. É nesta fase que o indivíduo procura construir de uma forma pró-ativa a sua identidade, que ensaia e se afirma como ser independente, autónomo, diferente do outro, com necessidades, interesses, capacidades e linguagens próprias. É um período em que a mudança é a principal fonte de toda a novidade, gerando um leque enorme de novas capacidades. O corpo adquire uma outra forma e uma nova atitude e linguagem, a “cabeça” pensa agora através de hipóteses e, de uma forma mais abstrata, os elementos das suas relações passam a ter maior importância e a determinar a vida do indivíduo, as suas motivações e os seus comportamentos (Sprinthall & Collins, 1994). O adolescente torna-se, então, muito mais ativo, participativo, interveniente e reflexivo, exigindo mais simetria nas suas relações.

O crescimento que se vivência na adolescência engloba uma ação combinada entre as modificações biológicas, sociais, cognitivas e os contextos, como a família, a escola, o grupo de pares e a comunidade, nos quais os jovens experienciam exigências e oportunidades para o seu desenvolvimento.

Para Sampaio (1994), a adolescência é considerada uma etapa do desenvolvimento humano, que pressupõe a passagem de uma situação de dependência infantil para a inserção social e a formação de um sistema de valores que definem a idade adulta. Refere ainda que durante muito tempo, a adolescência foi confundida com o conjunto de transformações físicas e psicológicas que caracterizam a puberdade.

A adolescência abrange, além da puberdade, os componentes psicológicos e sociais característicos dessa fase da vida. Está sujeita, portanto, a influências sociais e culturais. Quanto ao desenvolvimento, sabe-se que a adolescência é um período difícil, onde o indivíduo se prepara igualmente para o exercício pleno da sua autonomia.

O adolescente começa a ter necessidade de conquistar o domínio de si próprio e obter um espaço mental para refletir e para se relacionar fora da família. O processo de autonomia é progressivo, iniciando-se muitas vezes na puberdade e atingindo o seu pleno na fase final da adolescência.

Para se entender melhor o processo de autonomia é necessário conhecermos os quotidianos adolescentes atuais. Machado Pais (1993) afirma mesmo que a adolescência é cada vez mais uma série de quotidianos, onde as formas de cultura juvenil podem emergir.

A vulnerabilidade desta etapa é outra questão que faz com que ela necessite de um cuidado amplo e sensível. Essa maior vulnerabilidade, determinada pelo processo de crescimento e desenvolvimento, pelas características psicológicas peculiares dessa fase da vida no contexto social em que está inserido, poderá colocar o adolescente na condição de maior suscetibilidade às mais diferentes situações de risco, como gravidez precoce, doenças sexualmente transmissíveis, acidentes, diversos tipos de violência, maus tratos, consumo de substâncias, abandono e absentismo escolar, entre outros.

A adolescência é uma fase de desenvolvimento que representa um período de transição entre as vinculações da infância, estabelecidas fundamentalmente no contexto da relação pais-filho, e as ligações afetivas adultas que extravasam as relações familiares (Soares, 1992). É por isso que o adolescente, não sendo já criança, se surpreende a si próprio e aos que lhe estão mais próximos ao manifestar afetos, atitudes e comportamentos de criança que já não é, ao mesmo tempo que se revela capaz de executar atividades de adulto que ainda não é.

Assim, o adolescente procura o apoio parental, mas simultaneamente procura libertar-se da vigilância parental, isto é, vive uma nova dinâmica relacional entre as necessidades de vinculação e as necessidades de exploração ou autonomia, cujo processo é muitas vezes vivido pelos pais e pelos filhos, de uma forma ambivalente. Os pais, por um lado, desejam a independência dos seus filhos e que estes tomem as suas decisões; por outro lado, temem as consequências dessa independência. Os filhos, por sua vez, desejam afastar-se dos pais, criando um espaço de privacidade, mas de um modo ambivalente, pois temem a autonomia concedida e experimentam o fascínio da liberdade.

O desejo e a luta pela autonomia constituem uma tarefa crucial nesta etapa da vida. Dentro e fora da família, o adolescente vai tentar expressar, de uma forma muito particular, que é diferente e independente. Para isso, intensifica a sua relação com o mundo social, exterior à família, que inclui a escola, a comunidade e os pares (Menezes, 1990 cit in Lima, 2000). O processo de construção da identidade e de aquisição de autonomia, afeta as relações do adolescente com a família, com os pares e os outros em geral, conduzindo a modificações importantes na esfera interpessoal.

O processo da adolescência pode ter uma duração variável, esse facto pode estar relacionado a razões sociais. Segundo Strecht (2006), a puberdade é cada vez mais precoce e a autonomia emocional mais tardia. Fisicamente, os adolescentes crescem mais cedo do que há alguns anos atrás, mas emocionalmente são mais imaturos do que antes.

Hamburg (1999) refere algumas das mudanças que explicam estas alterações. Segundo o autor, a adolescência, não só se inicia mais cedo, como se prolonga durante mais anos, devido à melhoria das condições de vida e às mudanças sociais. A perceção das regras do mundo adulto não é fácil, dado que os modelos não são tão claros como noutros tempos, alguns modelos de comportamento seguidos pelos adolescentes não refletem uma conduta social tão simples e fiável como antigamente, e esta maior complexidade dificulta a perspetiva do futuro. A família cada vez menos presente, um dos pais cada vez mais tempo fora de casa, a falta de suporte social da rede de trabalho, dada a instabilidade do emprego, e o aumento das famílias monoparentais, são uma realidade cada vez maior. Para além disso, os jovens têm cada vez mais acessibilidade a situações potencialmente ameaçadoras, como certas atividades e substâncias.

Todavia, (Hamburg, 1999) considera que apesar destas mudanças da sociedade, algumas das necessidades características da adolescência têm resistido e revelam-se cruciais no desenvolvimento saudável dos adolescentes. São exemplo a necessidade de adotar tarefas importantes e reconhecidas no grupo garantindo o respeito ao adquirir competência; a necessidade de encontrar um lugar seguro no grupo de pares que lhes forneça um sentimento de pertença; a necessidade de se sentir como uma pessoa importante; a necessidade de segurança nas relações com o outro, em especial nos relacionamento mais próximos.

Na adolescência surgem também alterações ao nível moral, com as quais o adolescente pode não só decidir o que é certo e o que é errado mas também efetuar juízos e avaliações morais em situações de maior complexidade (Bizarro, 1999). Assim, na adolescência, o jovem será capaz de averiguar as regras e leis sociais, agir de acordo com as expectativas e de se preocupar com os outros, reconhecendo os seus direitos e deveres (Myers, 2006), distinguir contextos variados, agir de forma adequada dentro de cada contexto e tomar consciência de princípios sociais e não apenas das suas regras (Sprinthall & Cllins, 2008).

Pode, pois, concluir-se que, se a todas as mudanças físicas e psicológicas a que o adolescente está sujeito durante esta fase de desenvolvimento, se somar ainda a

experiência de viver numa instituição, é provável que as características desta experiência influenciem o seu desenvolvimento e a representação que faz do futuro.

1.2 Contextos familiares: vínculos e mediações

A família, enquanto contexto singular e único no qual se desenvolvem competências e aptidões, “é a primeira sociedade em que a criança se encontra” (Rodrigues, 1996: 66).

Enquanto agente socializador e educativo a família regula os processos do desenvolvimento psíquico e a organização da vida afetiva da criança, exercendo a primeira influência sobre a criança. Posteriormente, todas as experiências formam-se tendo como base as fundações construídas na família.

A família “revela-se como um dos lugares privilegiados de construção social da realidade, a partir da construção social dos acontecimentos e relações aparentemente mais naturais. De facto, é dentro das relações familiares [...] que os próprios acontecimentos da vida individual que mais parecem pertencer à natureza, recebem o seu significado e através destes são entregues à experiência individual: o nascer e o morrer, o crescer, o envelhecer, a sexualidade, a procriação” (Saraceno, 1992: 12).

São várias as funções desempenhadas pela família em relação à criança. Osterrieth (1975), salienta a dependência recíproca, vendo a família como a principal instituição atenta a todas as necessidades da criança e cuidadora do seu desenvolvimento, criando uma profunda interdependência afetiva que assegura à criança condições para o desenvolvimento da sua personalidade baseado nos laços recíprocos que se estabelecem.

É igualmente vista como um meio afetivo, baseado no jogo de inter-relações afetivas, que permite responder às necessidades primárias da criança tendo como suporte um meio familiar consistente que permite a primeira elaboração de si e do mundo.

A família também é vista como um meio social, uma vez que enquanto inserida no seio familiar, a criança encontra-se incluída numa amostra representativa da sociedade, enquanto constituída por uma diversidade de pessoas, de várias gerações, de ligações e discórdias. É pois neste contexto que a personalidade é formada e que as relações de subordinação, complementaridade e reciprocidade se irão refletir nas futuras relações, na sua socialização e na sua individualização.

Finalmente como um meio cultural, pois, incluindo-se a criança e a família num conjunto cultural, através de comportamentos próprios e diferenciados e de acordo com a época e contexto onde se insere, impõe-lhe as vias de atualização da sua natureza humana, através de um processo natural de aculturação dando-lhe referências afetivas, sociais e materiais e simbólicas.

Palácios & Rodrigo (1998), referindo-se igualmente ao papel que a família tem relativamente aos filhos, salientam quatro funções básicas:

Assegurar a sobrevivência dos seus filhos, propiciando um desenvolvimento adequado e promovendo a socialização através de formas de comunicação, diálogo e simbolização.

Criar um clima de afeto e apoio que permita à criança e jovem um desenvolvimento psicológico equilibrado, através de vinculações, constituindo-se, por isso, como um ponto de referência para o seu crescimento harmonioso.

Agindo como “uma chave” que abra portas para outros contextos socializadores, nomeadamente o escolar, inserindo-o e complementando de forma equilibrada a educação e socialização da criança e do jovem.

Estimulando de forma a permitir que a criança e o jovem adquiram a capacidade para se relacionarem e responderem às exigências exteriores, adaptando-se aos diversos contextos que os rodeia e organizando-se no dia a dia.

Segundo Gomes (2010), a teoria da vinculação, desenvolvida em conjunto por Bowlby e Ainsworth, qualquer comportamento que permita à pessoa ficar perto, ou manter a proximidade, das figuras de referência e privilegiadas pode ser considerado um comportamento de vinculação. Uma das características dessa vinculação tem por base a segurança, sendo a confiança que a criança tem na sua figura de referência, protetora e de apoio, que está disponível e acessível.

Na perspetiva de Guedeney, 2004 cit in Gomes (2010), «é suscetível de se tornar figura de vinculação qualquer pessoa que se envolva numa interação social viva e durável com o bebé e que responda facilmente aos seus sinais e às aproximações». Desta forma, pode concluir-se que a figura de vinculação não tem de ser necessariamente a mãe. As crianças podem escolher várias figuras de vinculação, atribuindo a cada uma delas um sentido especial de acordo com a qualidade da relação.

No âmbito da adolescência, as relações do adolescente com os seus pais modificam-se a vários níveis: em termos de estrutura, deixam de ser unilaterais para serem recíprocas e desiguais (Youniss & Smollar, 1985 cit in Lima, 2000).

Com o avançar da idade, o estar em grupo, as saídas, os convívios e o lazer social ganham mais peso, levando a que o adolescente passe cada vez mais tempo fora de casa. Assim, os fatores explicativos deste fenómeno são extrínsecos e não intrínsecos à família (Larson, Richards, Moneta, Holmebeck & Duckett, 1996 cit in Lima, 2000). Contudo, esta relação deve ser mantida com equilíbrio, dedicando um determinado tempo aos pais e aos amigos.

É consensual a existência de uma relação conflitual entre os pais e o adolescente. Alguma dose de conflito é de facto precisa para um padrão normalizado das relações adolescente-pais. É desejável que numa família haja opiniões diferentes e confrontos de ideias. À criança e ao jovem compete inovar, lançar ideias criativas e contestar, à geração dos pais compete estabelecer limites, educar, esclarecer e criticar também.

A família tendo características que a qualificam como educadora privilegiada de valores, é pois, o primeiro contexto de aprendizagem de regras sociais e agente socializador de valores que os seus membros adquirem. Segundo Hernández, Rodríguez & Zamora (1998), neste âmbito, a família tem qualidades únicas que a diferenciam de outros contextos, pois, a aprendizagem de valores realiza-se num ambiente de proximidade, comunicação, afeto e cooperação, de forma eficaz e duradoura.

No entanto, a natureza protetora da família, por vezes, apresenta contradições relativamente à sua função, supostamente inata. De facto, "(...) a família que construiu a infância, tal como ela é atualmente percebida, também é capaz de prejudicá-la, corrompê-la e destruí-la" (Martins, 2002:39).

Naturalmente que quando tal se verifica há consequências que se refletem no normal desenvolvimento da criança e do jovem, refletindo-se e condicionando a estruturação do futuro adulto. Poussin (1993), a este respeito, menciona as consequências decorrentes de omissões da função parental, nomeadamente e entre outras, ao nível de uma rutura precoce de vinculações numa fase da vida em que é fundamental a constituição sólida de ligações privilegiadas.

As falhas ao nível da função parental, verificam-se em maior ou menor grau e de diversas formas, nomeadamente nos aspetos físicos e psicológicos. Quer isto dizer que o fenómeno de maus-tratos na família pode ser uma realidade, com consequências graves

para a criança e jovem. Ao nível psicológico, o lado menos visível da questão, Palácios, Jiménez, Oliva & Saldaña (1998) referem que estas se relacionam com dificuldades que as crianças revelam na resolução de tarefas evolutivas, relativas ao desenvolvimento psicológico saudável, comprometendo as áreas sócio-emocional e cognitivo-académica.

A criança e o jovem inserem-se, pois, num contexto familiar dinâmico, sujeito a variações e a formas de funcionamento que as condicionam. “A criança, porque ser em formação, torna-se, por assim dizer, o espelho que reflete o equilíbrio e as tensões que se vivem no sistema familiar” (Rodrigues, 1996: 66).

2 Contextualização jurídico normativa do sistema de proteção de crianças e jovens em perigo

A proteção de crianças e jovens tem vindo progressivamente a ganhar maior visibilidade, considerando-se e

“reconhecendo que a criança, para o desenvolvimento harmonioso da sua personalidade, deve crescer num ambiente familiar, em clima de felicidade, amor e compreensão (...) tendo presente que como indicado na Declaração dos Direitos da Criança, adotada em 20 de novembro de 1959 pela Assembleia-geral das Nações Unidas, a criança, por motivo da sua falta de maturidade física e intelectual, tem necessidade de uma proteção jurídica adequada, tanto antes como depois do nascimento”.

(Declaração dos Direitos da Criança – Tradução oficial. Publicada com o texto do D.R., I Série, n.º 211, 12 setembro de 1990)

Inserindo-se a criança num contexto familiar, naturalmente que tanto a criança como a família, indissociáveis, merecem especial atenção nesta matéria, sendo “aceite do ponto de vista ideológico que o Estado intervenha na família” (Fonseca, 2000: 9).

Sendo a criança e o jovem detentores de direitos e espelho do sistema familiar, em última análise, quando esses direitos fundamentais são postos em causa, a intervenção exterior, isto é, o Estado, deve adotar medidas que reponham, de acordo com os mecanismos existentes, o equilíbrio necessário salvaguardando os superiores interesses das partes intervenientes.

De facto a proteção de crianças e jovens deve ser entendida no quadro da promoção dos seus direitos, com um enquadramento propício à necessidade de qualidade.

A criança tem direito à proteção, sendo esta mais eficaz se existir uma parceria (participação, abordagem de fortalecimento) com os pais e a própria criança e jovem.

A abordagem ecológica do desenvolvimento privilegia a participação de cada pessoa no maior número de sistemas que se encontram ao seu redor. O primeiro sistema natural de que uma criança faz parte é a sua família constituindo-se como um microssistema, que se define como o ambiente onde a pessoa desenvolve relações estáveis e significativas.

Um dos princípios para uma intervenção mais integrada, passa em primeiro lugar, por uma tomada de consciência dos fatores de risco e dos fatores de proteção dentro do

contexto de desenvolvimento da criança, sabendo identificar quer as forças quer as necessidades, da criança, da família e da comunidade.

Desta forma, é necessário intervir na família e proporcionar-lhe as aprendizagens de modo a que possam evoluir nos seus relacionamentos e incentivar os aspetos positivos que ainda têm para que funcionem como membros capazes de ultrapassar as dificuldades da melhor forma. É importante avaliar a qualidade das relações parentais no seu todo e não apenas os episódios isolados de maus tratos.

Sendo que a violação dos direitos da criança é um mal universal, nenhum de nós está isento de se sentir corresponsável no cumprimento dos deveres para com as crianças e para com os jovens em situação de risco. Não é apenas no meio familiar que a criança necessita de ser sustentada para beneficiar de um crescimento equilibrado e saudável, mas também na escola, na comunidade, nas organizações sociais e nas instituições de acolhimento.

Os direitos de proteção realçam a inocência e vulnerabilidade das crianças, a sua necessidade de proteção contra potenciais perigos. São direitos predominantemente passivos, exercidos pelos adultos no melhor interesse das crianças.

2.1 Fatores de proteção, fatores de risco e resiliência

No concreto, a proteção de crianças e jovens implica um conjunto de procedimentos que compreendem o estudo e diagnóstico de cada situação nos seus diversos níveis, individual, familiar e social, por forma a serem delineadas com segurança e de forma atempada as soluções mais adequadas à natureza de cada caso, com o propósito de reforçar os fatores de proteção e mitigação dos fatores de risco.

Sempre que possível, esta intervenção deve processar-se de forma integrada, procurando não retirar a criança/jovem dos contextos em que está inserida, nomeadamente o meio familiar, a escola e a comunidade em geral.

Neste sentido, importa elencar os vários fatores de proteção e de risco, discriminados no quadro seguinte.

Quadro 1: Fatores de proteção e de risco – dimensões criança/jovem, família contexto social e cultural

| Dimensão | Fatores de proteção | Fatores de Risco |
|-------------------|---|---|
| Criança / Jovem | <ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento global adequado à idade: <ul style="list-style-type: none"> • Bons recursos intelectuais. • Capacidade para resolver situações problemáticas • Capacidade para sentir e expressar sentimentos e emoções • Crescimento físico - Consciência de mau trato no passado, incluindo baixa tendência para se culpar pela violência familiar - História de uma relação positiva com um dos pais - História de relação positiva com figuras parentais substitutivas - Talentos especiais - Boa aparência física - Boas competências interpessoais - Confiança, otimismo e sentimento de esperança - Capacidade para lidar com situações stressantes - Capacidade de cumprir tarefas regulares - Participar em atividades escolares e extracurriculares - Participar em trabalhos leves, nos termos da lei vigente - Inserção em grupos de pares - Consciência do papel de cada um dos elementos do grupo familiar na construção do seu bem-estar - Sem problemas de saúde | <ul style="list-style-type: none"> - História de maltrato - Baixa autoestima - Desenvolvimento global não adequado à idade: <ul style="list-style-type: none"> • Fraca capacidade de utilização de recursos intelectuais • Atrasos de desenvolvimento – cognitivo, sensorial, motor e de linguagem • Crescimento físico deficitário - Fracas competências interpessoais - Problemas de comportamento - Problemas de saúde - Múltiplas separações das figuras de referência primária - Múltiplos prestadores de cuidados - Perturbações emocionais - Problemas de sono - Problemas de nutrição |
| Família | <ul style="list-style-type: none"> - Suporte familiar - Segurança económica/poupanças - Organização do espaço físico de acordo com o respeito pela privacidade dos seus elementos - Empowerment (participação ativa, capacidade para tomar decisões) | <ul style="list-style-type: none"> - Discórdia conjugal - Incidência de doenças nos elementos da família - Família monoparental - Pobreza - Maternidade precoce (adolescência) - Família muito numerosa com crianças de múltiplas relações, ou onde coabitam 3 gerações, presença de colaterais - Coabitações sucessivas - História de mau trato: agressões, privações, abusos sexuais - Pais com historial de abuso de substâncias, perturbações psiquiátricas, episódios de criminalidade - Baixa de autoestima - Múltiplas crises ou acontecimentos stressantes - expectativas rígidas e irrealistas sobre os filhos - Castigos severos - Perceção da criança como difícil ou provocadora - Criança não desejada ou sofrendo de insuficiente vinculação |
| Contexto Social | <ul style="list-style-type: none"> - Bons suportes sociais - Ausência de acontecimentos stressantes - Experiências escolares positivas e relações positivas com os seus companheiros durante a infância - Intervenções terapêuticas | <ul style="list-style-type: none"> - Taxa de desemprego elevada - Isolamento/exclusão social: fracos apoios sociais - Relações pobres com os seus pares enquanto crianças |
| Contexto Cultural | <ul style="list-style-type: none"> - Cultura que promova um sentido de partilha de responsabilidades nos cuidados a prestar às crianças da comunidade - Cultura de não violência - Prosperidade económica | <ul style="list-style-type: none"> - Aceitação cultural do castigo corporal - Visão das crianças como "más" - Depressão económica |

Fonte: Adaptado de Projeto de Apoio à Família e à Criança (PAFAC)/IDS (2001)

Os fatores protetores podem ser recursos pessoais ou sociais, que ocorrem de forma inconsciente ou consciente. São situações que promovem um desenvolvimento adequado junto à família e aos grupos sociais em que as crianças e os adolescentes estão inseridos. Desta forma, as situações promotoras dos eventos indesejáveis não teriam lugar, afirmam Einsenstein e Souza (1993).

A família é fundamental para a resiliência da criança e do jovem. A resiliência será assim entendida como a capacidade da família resistir a uma situação de crise, modificando-se, progredindo no seu desenvolvimento e modelando o seu sofrimento, sendo

“a capacidade dos indivíduos e das famílias que lhes permite fazer face, espontaneamente, às dificuldades com que se deparam. O conceito de resiliência liga a vulnerabilidade e poder regenerativo dado que envolve a capacidade do sistema para minimizar o impacto disruptivo de uma situação stressante, através de tentativas feitas no sentido de influenciar decisões e desenvolver recursos para fazer-lhes frente” (Alarcão, 2000).

Indivíduos resilientes, são aqueles que, ao estarem inseridos numa situação de adversidade, ou seja, quando expostos a um aglomerado de fatores de risco, têm a capacidade de utilizar fatores protetores para sobrepor-se à dificuldade, crescer e desenvolver-se adequadamente.

Na análise da resiliência encontramos a existência de verdadeiros “escudos protetores” contra forças negativas, transformando-as em fatores de superação.

Rutter (1990, cit in Soares, 2000:33-34) identificou quatro tipos de mecanismos que poderão atuar como protetores:

- a) Processos que reduzem o impacto do risco e que poderão ocorrer através da alteração do significado de risco, ou através da alteração na exposição, ou no envolvimento na situação de risco;
- b) Processos que reduzem a probabilidade da escalada negativa de reações em cadeia que se seguem à exposição ao risco;
- c) Processos que promovem a autoestima e a autoeficácia, através da existência de relações de vinculação seguras e apoiantes ou do sucesso na realização de tarefas;
- d) Processos que permitem novas oportunidades de crescimento pessoal.

No entanto, os pais, por fatores de diferente natureza, podem deixar de ser agentes protetores impedindo, de forma mais ou menos grave, o desenvolvimento adequado dos

filhos. É nesses casos que a proteção à criança/jovem se converte numa missão que, por imperativo legal, compete ao conjunto da sociedade e aos cidadãos que a integram.

Nos casos mais graves, já de perigo, é necessário promoverem-se medidas necessárias à proteção da criança/jovem, afastando-os imediatamente do perigo, evitando-se possíveis danos, garantindo a sua segurança e desenvolvimento adequado, assegurando todos os cuidados básicos.

No momento do afastamento da criança ou jovem, há necessidade de encontrar rapidamente um equipamento de acolhimento que possa receber a criança ou jovem. Nesta fase, o trabalho de articulação entre os vários Serviços envolvidos torna-se fundamental. Esta intervenção através da rede secundária formal deve ser rápida e eficaz, por forma evitar o prolongar de uma situação dolorosa para a criança / jovem e, muitas vezes, também, para a própria família (Magalhães, 2002).

Muitas destas situações limite, são precedidas por intervenções da rede informal, que por diversos fatores não obtêm os resultados desejados. Nos casos de necessidade de retirada da criança ou do jovem do contexto de perigo, se a intervenção foi iniciada através da rede informal, ela cruza-se a dada altura com uma intervenção através de uma rede formal, onde se enquadra o Acolhimento de Emergência.

2.2 As crianças e jovens em perigo e a intervenção imediata

A noção de risco encontra-se associada a diversos domínios como a medicina, sociologia, psicologia ou economia, entre muitos outros. Contudo, em comum a estes domínios, a magnitude do risco é descrita como a probabilidade de um acontecimento negativo específico acontecer pela presença ou ausência de um determinado fator ou conjunto de fatores (Coie et al., 1993).

Tradicionalmente o risco é concebido como um marcador ou factor preditor de acontecimentos indesejáveis num dado contexto, afetando o desenvolvimento considerado normal da criança ou jovem (Cowan, P., Cowan, C., & Schulz, 1996). No entanto, mesmo em populações consideradas de risco, existem alguns indivíduos mais suscetíveis do que outros a serem afetados, nomeadamente pela emergência pluridimensional de fatores biológicos, características de personalidade, condições sócio-culturais, ou o próprio ambiente familiar.

A presença/ausência ou a qualidade de cada um desses fatores pode fazer com que a situação de risco se torne iminente (Marques-Teixeira, 2000).

A definição conceptual de risco e perigo apesar de estarem estreitamente relacionados, têm significados diferentes. Enquanto o conceito de perigo se pode definir pela presença de uma ameaça iminente e grave à existência do indivíduo, uma situação de risco caracteriza-se pela probabilidade do indivíduo vir a encontrar-se em perigo, mas essa ameaça ainda é difusa e incerta.

Segundo Fonseca (2000: 12), “a expressão crianças e jovens em risco acaba por ser utilizada, muitas vezes, como sinónimo de crianças ou jovens em dificuldades ou com múltiplos problemas que, em consequência dessa situação, podem ver o seu desenvolvimento normal ou o seu nível de adaptação social seriamente comprometidos”.

Considera-se existir perigo sempre que se objetiva uma situação que, antes, era de risco, devido a insuficiência ou falência de fatores protetores, em particular durante as crises de vida.

Juridicamente, o conceito de perigo e o conceito de risco implicam consequências determinadas. O conceito de Criança/Jovem em perigo foi inspirado do (revogado) art.19º da O.T.M. e do art. 1918º do Código Civil,

“ Quando a segurança, a saúde, a formação moral ou a educação de um menor se encontram em perigo e não seja o caso de inibição paterna, pode o tribunal, a requerimento do Ministério Público [...], decretar as providências adequadas, designadamente confiá-la a terceira pessoa ou a estabelecimento de educação ou assistência”.

Giddens (2000), diferencia as noções de risco e perigo, estabelecendo uma relação de implicação entre elas, o risco envolve o calculo do perigo em função de possibilidades projetadas, a noção de risco projeta-se no futuro e para o futuro, desvinculando-se do passado.

A lei de proteção faz uma clara separação entre as noções de risco e perigo, considerando que nem toda a situação de risco deve levar a uma intervenção, isto porque “nem todos os riscos para o desenvolvimento da criança legitimam a intervenção do estado e da sociedade na sua vida e autonomia e na sua família” (Proposta de lei n.º 265/VII)

Verifica-se, pois, que na Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, a definição de perigo é mais restrita, levando a uma intervenção imediata sempre que se considerar que “a criança ou o jovem está em perigo quando, designadamente, se encontra numa das seguintes situações: **a)** está abandonada ou vive entregue a si própria; **b)** sofre de maus-tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais; **c)** não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal; **d)** é obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento; **e)** está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional; **f)** assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.” (*Lei n.º 147/99 de 1 de setembro, art. 3.º, n.º2*)

Segundo Magalhães (2002, 2005 e 2010) e Canha (2002) existem quatro principais tipologias de perigo: Negligência, maus tratos físicos, maus tratos psicológicos e abuso sexual. Estas situações de perigo podem classificar-se, ainda, de acordo com o respetivo contexto em que surgem: intrafamiliares, ou seja no seio da própria família, ou extrafamiliares, em instituições ou numa relação de cuidado.

A lei portuguesa introduz adicionalmente nos artigos 5º, alínea C e 91º o conceito de perigo atual ou iminente para a vida ou integridade física da criança ou do jovem. Neste caso estamos perante uma situação de urgência e de extrema gravidade.

Dispõe o artigo 91º da LPCJP:

1- Quando exista perigo atual ou iminente para a vida ou integridade física da criança ou do jovem e haja oposição dos detentores do poder paternal ou de quem tenha a guarda de facto, qualquer das entidades referidas no art. 7º ou as comissões de proteção tomam as medidas adequadas para a sua proteção imediata e solicitam a intervenção do tribunal ou das entidades policiais.

2- As entidades policiais dão conhecimento, de imediato, das situações referidas no número anterior, ao Ministério Público ou, quando tal não seja possível, logo que cesse a causa da impossibilidade.

3- Enquanto não for possível a intervenção do tribunal, as autoridades policiais retiram a criança ou o jovem da situação de perigo em que se encontra, e asseguram a sua proteção de emergência em casa de acolhimento temporário, nas instalações referidas no art. 7º ou em outro local adequado.

4- O Ministério Público, recebida a comunicação efetuada por qualquer das entidades referidas nos números anteriores, requer imediatamente ao tribunal competente procedimento judicial urgente nos termos do artigo seguinte.

Por seu turno dispõe o artigo 92º da mesma Lei:

O tribunal, a requerimento do Ministério Público, quando lhe sejam comunicadas as situações referidas no artigo anterior, profere decisão provisória, em quarenta e oito horas, confirmando as providências tomadas para a imediata proteção da criança ou jovem, aplicando qualquer uma das medidas previstas no artigo 35º ou determinando o que tiver por conveniente relativamente ao destino da criança ou do jovem.

Conforme refere Magalhães (2002), quando se revela imperiosa a retirada imediata da criança ou jovem do contexto de perigo, podem as autoridades policiais, e enquanto não for possível a intervenção do Tribunal de Família e menores, determinar o seu acolhimento em Unidades de Emergência, em Casas de Acolhimento Temporário, Lares de Infância e juventude, ou em outro local considerado adequado, nomeadamente junto de outros familiares idóneos.

É que, estando em causa a vida ou a integridade física da criança ou do jovem, o tempo de intervenção do Tribunal ou das entidades policiais e o superior interesse daqueles, justificam a adoção de medidas imediatas por aquelas entidades, com vista à sua proteção e afastamento de perigo.

O procedimento de urgência pressupõe igualmente que exista perigo atual ou iminente para a vida ou integridade física da criança ou do jovem e haja oposição dos detentores da regulação das responsabilidades parentais ou de quem tenha a guarda de facto, proferindo o Tribunal, decisão provisória no prazo de 48 horas (art. 92º da Lei 147/99).

2.3 Procedimentos legais para proteção das crianças e adolescentes em perigo

A intervenção do estado nesta matéria e, especificamente a intervenção judicial, tem por objeto a promoção dos direitos e a proteção das crianças e jovens.

A legitimidade da intervenção decorre da circunstância da criança e do jovem se encontrar em situação de perigo. Há lugar à intervenção quando

“os pais, representante legal ou quem tenha a guarda de facto ponham em perigo a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento, ou quando esse perigo resulte da ação ou omissão de terceiros ou da própria criança ou do jovem a que aqueles não se oponham de modo adequado a removê-lo.” (Lei n.º 147/99 de 1 de setembro, art. 3.º, n.º1)

Ao nível da intervenção, a Lei especifica que as medidas de promoção dos direitos das crianças e jovens em perigo têm como objetivo afastar o perigo em que estes se encontram.

Sendo as crianças e jovens seres em desenvolvimento, incapazes, por lei e por natureza, de se gerirem a si próprios, são os pais em primeira linha que devem identificar e afastar as situações de perigo dos seus filhos.

Mas, quando essa vigilância não chega ou simplesmente não existe, é a sociedade no seu todo responsável pela vigilância das crianças/jovens.

Assim, os estabelecimentos de ensino, os hospitais e centros de saúde são normalmente os agentes mais próximos das crianças e jovens e normalmente os primeiros a denunciarem situações de perigo ou risco.

Os estabelecimentos de ensino (escolas, creches, jardins de infância, ATL) têm o dever de informar, se os alunos faltam de forma sistemática e preocupante, se não estão acompanhados em termos escolares pelos pais/encarregado de educação, se chegam sistematicamente atrasados às aulas, se têm carências ao nível de higiene e alimentar, se apresentam sinais de maus tratos físicos e/ou psicológicos (cf. artº 65º LPCJP).

Os hospitais e centros de saúde devem igualmente denunciar situações de maus tratos no exercício da ação médica, bem como a falta de prestação de cuidados de saúde gerais.

Os vizinhos também denunciam situações de que se apercebem no seu contacto diário com as crianças e jovens vítimas de maus tratos, sendo que toda e qualquer pessoa

que se aperceba de uma situação de perigo deve participar esse conhecimento (cf. artº 66º LPCJP).

As autoridades policiais que tomem conhecimento, no exercício das suas funções, de situações de perigo para uma criança/jovem devem comunicar às CPCJ ou aos Tribunais de Família e Menores, essa mesma situação (cf. artº 64º LPCJP) e quando não é possível contactar com essas entidades, podem acionar o procedimento de urgência.

Desta forma existem procedimentos para se denunciar uma situação de perigo.

Em primeiro lugar há que compreender se a situação de perigo em que a criança ou jovem se encontram se insere na prática de um crime pelo código penal. Assim se estamos perante uma criança/jovem abusada sexualmente, ou vítima de maus tratos físicos, deve-se apresentar a situação aos competentes agentes dessa área de atuação, nomeadamente os agentes policiais, Polícia Judiciária e os serviços do Ministério Público dos Tribunais de Família e Menores.

Para além destas entidades e em todas as situações de possível perigo deve-se denunciar as mesmas às CPCJ da área da residência da Criança/jovem. As CPCJ são, assim, as entidades com competência legal para proceder à avaliação da situação de perigo/risco, de fazer o respetivo diagnóstico possuindo poderes legais para aplicar uma medida de promoção e proteção contemplada na LPCJP.

Porém as CPCJ apenas podem aplicar, as medidas de promoção e proteção se houver consentimento por parte dos pais ou de quem exercer as responsabilidades parentais, ou que não haja oposição da criança ou jovem com idade igual ou superior a 12 anos.

As esmagadora maioria das ações judiciais são ações que nascem de situações de perigo constatadas, nas quais a CPCJ não obteve consentimento para intervir, ou tendo-a obtido num primeiro momento, viu esse consentimento ser retirado antes da situação de perigo se mostrar ultrapassada.

3 O Acolhimento de Emergência: contextualização sócio-institucional

3.1 Especificidades, modalidades e funcionalidades do acolhimento

Goffman (1974) define que o conceito de institucionalização, expresso pelo desenvolvimento de lares ou internatos é um *“local de residência e trabalho onde um determinado número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla, por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada”*.

As instituições são estruturas sociais que têm como objetivo o acolhimento de crianças e jovens, tendo como princípio genérico o proporcionar de estruturas de vida tão aproximadas quanto possível às das famílias, com vista ao seu desenvolvimento físico, intelectual e moral e à sua inserção na sociedade.

Sempre que se verifica a necessidade de institucionalizar uma criança ou jovem, pelas razões referidas no capítulo anterior, estes são colocados *“aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações e equipamento de acolhimento permanente e de uma equipa técnica que lhes garantam os cuidados adequados às suas necessidades e lhes proporcionem condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral.”* (Lei n.º 147/99 de 1 de setembro, art. 49.º)

A medida de acolhimento em instituição consiste na colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade pública ou cooperativa, social ou privada com acordo de cooperação com o Estado.

O acolhimento em instituição constitui a última solução de recurso para a criança ou jovem e só deve ser aplicada quando se tornem inviáveis as restantes medidas de promoção e proteção em meio natural de vida, com prevalência do acolhimento temporário ou de curta duração, desde que seja previsível o regresso da criança ou do jovem à sua família natural, sobre o acolhimento prolongado(LIJ).

A institucionalização de crianças e jovens que se encontram numa situação de perigo, vista como uma resposta necessária tendente à sua proteção, implica uma intervenção específica e uma definição de um correto projeto de vida para a criança ou jovem acolhido.

As instituições de acolhimento funcionam em regime aberto (livre entrada e saída da criança/jovem de acordo com as normas gerais de funcionamento) e são organizadas em unidades que favorecem uma relação afetiva do tipo familiar, uma vida diária personalizada e a integração na comunidade.

Durante o período de permanência na instituição a criança/jovem podem receber visitas dos pais, representante legal ou quem tenha a sua guarda de facto, exceto decisão judicial em contrário.

As visitas à criança/jovem revelam-se de extrema importância, desde logo pela manutenção dos laços afetivos com a família, enquanto se procede ao diagnóstico da sua situação e à definição do seu projeto de vida, em especial quando não está definitivamente inviabilizado o seu regresso à família, mas também para aferir do interesse que aqueles manifestam pelo seu futuro.

No âmbito dos direitos da criança e jovem em acolhimento fixam-se alguns princípios base que as instituições devem observar e que devem constar, obrigatoriamente, nos respetivos regulamentos internos. Tendo em conta uma análise geral que contempla o Decreto Lei n.º 2/86, de 2 de janeiro e a LPCJP art. 58º.

Confere-se assim à criança/jovem, com as condicionantes do seu acolhimento, verdadeiros direitos subjetivos, nomeadamente:

- O direito de contacto regular com a família, com privacidade, sem prejuízo das limitações impostas por decisão judicial ou pela CPCJ;
- O direito a uma educação adequada ao desenvolvimento integral da sua personalidade e potencialidades;
- O direito a cuidados de saúde, formação escolar e profissional e de participação em atividades culturais, desportivas e recreativas;
- O direito a usufruir de um espaço de privacidade e de um grau de autonomia na condução da sua vida pessoal adequados à sua idade e situação;
- O direito de receber dinheiro de bolso (de acordo com as regras estipuladas (montante – idade da criança/jovem));
- O direito de inviolabilidade da sua correspondência;
- O direito a não ser transferido da instituição, salvo quando essa decisão corresponda ao seu interesse e a contactar, com garantia da confidencialidade, a CPCJ, o Ministério Público, o Juiz e o seu advogado.

A modalidade de acolhimento em instituição pode ser de curta duração ou prolongado, dependendo da previsibilidade de permanência.

“O acolhimento de curta duração tem lugar em casa de acolhimento temporário (CAT) por prazo não superior a seis meses.” (Lei n.º 147/99 de 1 de setembro, art. 50.º, n.º 2) No entanto, esse prazo pode ser excedido quando, por razões justificadas, se prevê um retorno à família ou se torna necessário aprofundar um diagnóstico do qual depende o encaminhamento subsequente e definição do projeto de vida.

“O acolhimento prolongado tem lugar em lar de infância e juventude (LIJ) e destina-se à criança ou jovem quando as circunstâncias do caso aconselhem um acolhimento de duração superior a seis meses.” (Lei n.º 147/99 de 1 de setembro, art. 50.º, n.º 4)

Na modalidade de acolhimento de curta duração/transitório e através de medidas de promoção e proteção provisórias, existem ainda instituições específicas para dar resposta a situações que exigem um acolhimento imediato. A unidade de emergência (UE), ou casa de acolhimento de emergência (CAE) permite que se proceda ao acolhimento imediato e inadiável de crianças e jovens que se encontrem em situação de perigo atual ou iminente para a sua vida ou integridade física/psicológica. Neste caso estamos perante um acolhimento de curta duração, mas “de duração limitada – máximo 48 horas – com a finalidade de eliminar os riscos (...) assegurando-se-lhes simultaneamente os cuidados básicos.” (Clemente, 2000).

A CAE proporciona, além de todos os cuidados básicos essenciais, o acompanhamento personalizado de cada criança ou jovem por uma equipa técnica multidisciplinar que em articulação com as várias entidades, como o Tribunal de Família e Menores, as CPCJ, procede ao estudo e diagnóstico de cada caso, com vista à definição do respetivo encaminhamento, com o objectivo de proteger e promover a inserção na sociedade.

De referir que as 48 horas supracitadas, na sua esmagadora maioria, não são cumpridas por ausência de respostas alternativas (institucionais ou familiares) em tempo útil. Verifica-se assim, nestes casos, a necessidade de, também neste tipo de instituições, se proceder ao estudo mais aprofundado de cada situação – à semelhança do trabalho desenvolvido em CAT e LIJ.

No distrito de Lisboa, é da competência do SAE, do Centro Distrital da Segurança Social, do I.S.S.,IP dar resposta ao acolhimento efetivo das crianças e jovens que se encontram em situação de perigo.

O SAE para o distrito de Lisboa foi criado em 17 de março de 1999, através da celebração de Protocolo de Cooperação² entre a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, a Casa Pia de Lisboa, o ex-Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo e o, entretanto extinto, Instituto para o Desenvolvimento Social. Iniciou a sua ação e intervenção formal no dia 1 de junho de 1999, com o objetivo de dar resposta a crianças e jovens que se encontram numa situação de perigo atual ou iminente para sua vida ou integridade física, conforme definido no art. 5º alínea c da LPCJP.

O SAE funciona em permanência 24 horas, sendo composto pela Equipa de Acolhimento de Emergência (EAE), pelas CAE e UE.

A EAE é o garante operativo de coordenação e gestão, responsável pela colocação institucional de crianças e jovens em situação de emergência. As CAE são respostas institucionais exclusivas para acolhimento de crianças e jovens em situação de emergência, dispondo de equipa técnica responsável pelo acompanhamento das crianças e jovens acolhidos. A UE é constituída por um número de camas permanentemente cativas em Centro de Acolhimento Temporário ou Lar, sendo a EAE a equipa técnica responsável pela gestão de vagas nestes equipamentos e pelo encaminhamento das crianças e jovens.

O SAE destina-se a crianças e jovens em situação de grave perigo, residentes no distrito de Lisboa, com idades compreendidas entre os zero e os dezoito anos, de ambos os sexos, com ou sem processo em Tribunal de Família e Menores, Tribunal Judicial de Comarca, ou Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. Os seus objetivos de acordo com o estipulado no Protocolo de Cooperação³ são:

“- Proceder ao acolhimento imediato e inadiável de crianças e jovens que se encontram numa situação de perigo atual ou iminente para sua vida ou integridade física, para quem já se esgotaram outras alternativas de intervenção efetuadas por serviços ou entidades com competência em matéria de infância e juventude, ou cuja desproteção no momento faz prever a total ausência dessa intervenção;

² Protocolo do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, cfr. Informação recolhida do relatório restrito de avaliação anual do SAE de 2007

³ Ibidem

- Definir com rapidez e rigor o mais adequado encaminhamento de cada criança ou jovem para a melhor resposta institucional (Centro de Acolhimento Temporário, Lar Residencial ou Família de Acolhimento), ou familiar, suscetível de proteger e promover os seus direitos fundamentais, num prazo de 48 horas;
- Concretizar com segurança e com o devido enquadramento jurídico, o encaminhamento determinado interdisciplinarmente para cada caso, e de preferência de acordo com as expectativas iniciais, no mais curto espaço de tempo possível;
- Promover a proteção de cada criança e jovem enquanto acolhida em CAE ou UE, e cujo encaminhamento se encontra constrangido por motivos exteriores às equipas técnicas.”

Após mais de seis anos de funcionamento, verificou-se que os prazos de permanência das crianças e jovens acolhidos em situação de emergência, por motivos exteriores ao próprio SAE, não eram cumpridos, registando-se uma média de permanência superior às 48 horas inicialmente definidas.

Assim, foi celebrado um segundo protocolo - Protocolo de Cooperação Adicional ao Sistema de Acolhimento de Emergência, datado de 12/12/2006, este acolhimento foi alargado, traduzindo-se numa permanência máxima, em CAE / UE, de 20 dias, sendo que a necessidade de acolhimento não se pode protelar para além desse prazo.

É no âmbito do acolhimento de emergência inserido no SAE que a presente investigação se vai desenrolar, procurando compreender se o papel desta resposta social pode assumir influências protetoras ou influências de risco junto das adolescentes, em função de uma diversidade de fatores que estão relacionados com as características da própria jovem, da sua família, das condições da instituição e do acolhimento de emergência bem como das redes de apoio.

3.2 Constrangimentos e potencialidades da institucionalização

Para os adolescentes institucionalizados, as pessoas que fazem parte da sua rede social e afetiva são sobretudo aquelas com quem eles convivem dentro da instituição (Siqueira et al., 2006).

Orford (1992) refere que cada esfera da vida, como é o caso da família, amigos, profissão, vizinhos, escola, instituição, assume um papel importante na formação da identidade social, capaz de fornecer apoio nas relações que o sujeito estabelece com os outros. Quanto mais satisfatória e reforçadora for a rede social, mais satisfatória será também a vida para o adolescente. Para as crianças e adolescentes que se encontram em acolhimento institucional, a instituição será a fonte de apoio social mais próxima e mais organizada, desempenhando um papel fundamental para o seu desenvolvimento (Siqueira & Dell'Aglio, 2006).

De acordo com Martins e Szymanski (2004, cit. por Siqueira & Dell'Aglio, 2006), as crianças e os adolescentes acolhidos em instituição, ao conviverem com outros de diversas idades, podem partilhar sentimentos positivos e negativos, apoiando-se mutuamente. Assim, a "Instituição" ou "Lar" fazem parte da rede de apoio social e emocional, disponibilizando recursos para a criança ou o adolescente poderem enfrentar os acontecimentos negativos com origem quer na família, quer no mundo externo (Siqueira & Dell'Aglio, 2006). A instituição deverá promover também segurança, proteção e modelos positivos, oferecendo um ambiente facilitador ao desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças e adolescentes (Idem).

As soluções através do acolhimento institucional, sendo respostas que naturalmente procuram proteger e criar condições de desenvolvimento e bem-estar, podem resultar em acréscimos dos danos e ter implicações que são resultado de aspetos que estão associados ao processo de institucionalização.

Machado e Gonçalves (2002) definem instituição como uma entidade dinâmica com identidade própria e como um organismo vivo, que se caracteriza e compõe de outros seres vivos, com vivências, afetos, projetos, passados, presentes e futuros próprios.

A questão da institucionalização de crianças /jovens vítimas de maltrato, é analisada através dos fundamentos, das possibilidades e dos limites inerentes a essa medida de intervenção, reforçando a importância do conhecimento da diversidade de instituições no seu modo individual de funcionamento.

Para Alberto (2002), pensar no impacto do acolhimento institucional "é considerar os fundamentos, as possibilidades e os limites subjacentes a esta política de intervenção, é ultrapassar a generalidade do conceito e reconhecer a diversidade das instituições, o seu

tamanho, os seus objetivos, a sua dinâmica interna, o seu corpo profissional, os apoios que têm”.

Ao afastar uma criança do contacto com um agressor, retirando a criança do contexto problemático e conduzindo a uma colocação em instituição, entramos no paradoxo do acolhimento institucional. De facto, esta intervenção, guiada pela intenção de proteger a criança e de lhe proporcionar condições de desenvolvimento e bem-estar, pode por vezes resultar num acréscimo de danos para a criança. Ao longo do tempo, os estudos têm demonstrado consistentemente que a institucionalização poderá ter um impacto negativo em qualquer área do desenvolvimento da criança (intelectual, físico, comportamental e sócio-emocional), (MacLean, 2003).

Numa instituição, diferentes crianças e jovens com percursos mais ou menos semelhantes podem não apresentar os impactos do acolhimento de igual forma. As reações das crianças face às perdas sentidas em acolhimento podem variar em função de diversos aspetos tais como a idade o seu nível de desenvolvimento, a relação que tinham com os pais, as experiências anteriores de separação que tenham vivido, a percepção da causa da separação, a preparação das criança para a separação, a mensagem recebida no momento da separação, as condições do ambiente do qual são retiradas e do novo ambiente que integram, a duração do acolhimento e os cuidados diferenciados que as crianças recebem no meio institucional e, ainda, as características/perfil das próprias crianças (Zurita & del Valle, 2005).

Vários autores, desde os estudos de Winnicott (1957), têm reforçado o peso circunstancial representado pelo somatório de riscos, de carências e de disfunções repercutido nos jovens institucionalizados e quase sempre massificados nos seus acolhimentos pretensamente contentores. Conforme é sustentado por Martinez e colaboradores (2004), “abandonos, negligências e maus-tratos sejam situações que frequentemente emergem sob as mais variadas formas, marcam intensamente as trajetórias de vida da população institucionalizada”.

A socialização das crianças institucionalizadas está, portanto dependente de diversos fatores e dos efeitos da institucionalização. Rollison (2004) sugere que um dos fatores decisivos no sucesso do desenvolvimento das crianças acolhidas é o modo como cada uma interpreta os “prestadores de cuidados”, que vivem com elas na instituição.

Estes cuidadores passam a ser os elementos de referência, transmitem um modelo de educação de afeto e vivências, acabam por ser os progenitores-substitutos. A este propósito, Pain (2004) defende uma “moral institucional” centrada sobre o respeito das pessoas, única forma de prevenir “as violências institucionais”.

É certo que hoje em dia, as instituições deixaram de ter a intenção meramente assistencialista associada à proteção e passaram a aderir à função mais educativa das crianças e jovens, com vista ao seu desenvolvimento global (Alberto, 2002). Isto é, as instituições passaram a desempenhar um papel não só de proteção mas também de promoção de condições favoráveis ao desenvolvimento integral das crianças e jovens.

Contudo, um processo de institucionalização pode também ele revestir-se de efeitos negativos que impossibilitem o alcance dos objetivos a que se propõe. É neste paradoxo que as instituições e as políticas sociais encontram um dos maiores desafios: se o objetivo das instituições de acolhimento é proteger as crianças e criar condições de bem estar inexistentes nos seus contextos familiares, será que elas próprias (instituições) não terão efeitos mais nefastos do que benéficos no desenvolvimento e crescimento dessas mesmas crianças?

De acordo com Bronfenbrenner (1996) a instituição pode servir como um meio de desenvolvimento para a criança ou adolescente, mas o ambiente de acolhimento institucional pode também aumentar o “prejuízo” do jovem quando há pouca interação cuidador-criança.

Muitas crianças e adolescentes que são acolhidas em instituições interiorizam atitudes que estão relacionadas com o modelo de vida a que foram expostas, à forma como eram tratadas em casa, chegando a acreditar que não são importantes. Algumas destas crianças acabam por rejeitar e odiar tudo e todos, vendo o mundo com algo persecutório pelo que podem desencadear sintomas paranoicos com os quais têm de continuar a viver mesmo já quando institucionalizadas (Zurita & del Valle, 2005).

Por um lado a criança tem uma grande necessidade de afeto e, por outro, uma capacidade de estabelecer relações estáveis e duradouras, tornando-se reivindicativa de afetos em relação às pessoas que se aproximam dela, chegando por vezes a atingir limites intoleráveis provocados pela conotação agressiva da reivindicação (Soulé, Lauzanne, e Leblanc, 1995)

Também Zeanah, Smyke, Koga, e Carlson (2005) referem que ainda que a criança possa não manifestar exteriormente, quando está afastada da sua família vive em sofrimento, sentindo rejeição e frustração, não sendo por isso que deixa de amar os pais, que são o seu principal ponto de referência ao nível do seu desenvolvimento. (Bowlby, 1998a) refere que o processo de separação da criança do seu progenitor é mais difícil em termos de angústia e de perda do que em situações em que há ausência de um dos progenitores.

Segundo Alberto (2002), há quatro grandes implicações de carácter negativo na institucionalização, considerando ainda que “a institucionalização é a forma mais simples e cómoda de a sociedade “solucionar” o problema das crianças vítimas de maltrato (...)”. Esta autora refere como efeitos negativos o sentimento de punição, a demissão/diminuição da responsabilização familiar, a estigmatização e discriminação social e a função de controlo social/reprodução das desigualdades sociais.

Importa efetuar uma breve análise sobre cada uma das implicações apontadas, ainda segundo a autora:

O sentimento de punição, é caracterizado por uma percepção, por parte da criança, de que ela própria está a ser penalizada por algo, uma vez que é retirada do seu seio familiar, à semelhança do que acontece quando um adulto é colocado num estabelecimento prisional. Existe uma incompreensão por parte da criança e um sentimento de ambivalência, por um lado não entende porque tem de deixar a sua família, casa, amigos, escola, por outro, sendo a família responsável pela necessidade de institucionalização do seu filho/a, estes ficam no seu espaço e a criança é que sai para uma instituição. A criança sente-se culpada por ter de fazer passar a família por aquela situação, muitas vezes porque teve de falar com algum técnico, professor. Nestas situações, é sentida uma componente emocional negativa quer na família quer na criança.

A demissão/diminuição da responsabilização familiar, que o afastamento da criança da família traduz, remetendo para a instituição o papel da função educativa, resulta não só de um sentimento de incapacidade parental que a situação criada legitima, mas também de uma acomodação, e muitas vezes de alívio, face à menor exigência dessa responsabilidade. No entender da família, há alguém a cuidar do seu filho/a. Bouchard (1997, p.84), citado por Alberto (2002), menciona que, neste caso

“o efeito da vinda do estado providência leva-nos a constatar uma desqualificação gradual da família quanto ao seu meio, quanto ao seu papel, quanto à sua confiança nos seus recursos próprios, quanto ao sentimento de competência,

relativamente às suas responsabilidades educativas ou à sua capacidade para assumir responsabilidades (...)"

A estigmatização e discriminação social são comuns em relação a crianças e jovens institucionalizados, sendo rotulados, não só pela sociedade de um modo geral, mas igualmente os profissionais interventores, como pertencendo a um meio social desvalorizado e, por isso, com poucas capacidades e competências sociais. Esta desvalorização conduz a uma interiorização de uma imagem social negativa, sendo comum a autodesvalorização e autodiscriminação. Esta imagem negativa afeta a família, uma vez que os vários sistemas em causa influenciam-se mutuamente através dos estereótipos construídos em torno desta realidade.

A função de controlo social/reprodução das desigualdades sociais, é a sequência lógica do atrás mencionado, ou seja, considerando a baixa autoestima e discriminação inerente às situações, resulta daí um mecanismo de apuramento relativamente às famílias caracterizadas pela precariedade de meios de vida, por vezes até mais do que situações de maltrato. Assim, se se procura proteger a criança, procura-se igualmente controlar socialmente certas famílias associadas a baixos estratos sócio-económicos e determinados grupos sociais e culturais.

Entende-se assim que, pelas suas características, qualquer institucionalização pode comportar consequências negativas a diversos níveis, sobretudo pela vivência subjetiva de afastamento e abandono das crianças relativamente à família e pelas atribuições depreciativas e de autodesvalorização que pode motivar.

Numa outra perspetiva, a institucionalização de uma criança, pode ser vista ela própria como uma forma de agressão, se tivermos em conta os excessivos tempos de permanência, "a melhor das instituições, anos sem fim, com medidas provisórias que se eternizam, é um caso de abuso e um mau trato grave que deveria merecer penas por negligência repetida" (Sá, 2002).

Assim, a permanência de uma criança ou jovem em instituição deve limitar-se ao estritamente necessário e sempre com o trabalho dirigido para a procura de respostas alternativas, privilegiando, sempre que possível, a intervenção orientada para a família.

Mas, e apesar dos efeitos negativos associados a um processo de institucionalização, em determinadas situações esta apresenta-se como única via possível. Neste âmbito é importante analisar alguns pressupostos de intervenção sócio educativa que as instituições devem adotar, no sentido de proporcionarem condições de desenvolvimento e realização pessoal a todos os que nela habitam, contrapondo-se a anteriores contextos desfavoráveis e estruturas individuais mais fragilizadas.

Partindo do princípio que os contextos familiares destas crianças/jovens se caracterizam frequentemente pela instabilidade, desenvolvendo sentimentos de insegurança, tristeza e baixa autoestima, as instituições teriam de assumir uma função securizante, através da estabilidade, organização e estruturação do seu quotidiano, num funcionamento previsível e ritualizado, valorizando a qualidade estética.

O saber cuidar assume uma dimensão particularmente importante em contextos institucionais. Mas este cuidar, segundo Raymond (1996), tem que ser traduzido em autenticidade assente no respeito, calor e compreensão, bem como, na congruência das atitudes por forma a estabelecer continuidade entre o que é exigido e o que os próprios adultos praticam.

As instituições terão de ser também contentoras de angústias, através da empatia, afeto e relação de confiança desenvolvida entre todos, crianças/jovens e elementos educativos, de uma forma similar.

As instituições poderão ser espaços de resiliência, capazes de transformar infelicidades em desafios apoiando as crianças e jovens, mas ajudando-os a integrarem-se socialmente, a encontrar um sentido não só para a sua felicidade mas também para a sua ultrapassagem, pois como diz Satre “ Mais importante do que aquilo que nos fizeram, é o que nós fizemos do que fizeram de nós” (cit. Vilhena, 1999).

CAPITULO II - PROCEDIMENTOS E SUPORTES METODOLÓGICOS DE PESQUISA

1 Objeto, objetivos e modelo de análise

As questões levantadas que orientaram a presente investigação procuram explorar:

- Quais as causas que levaram ao acolhimento? Estas são aceites pela adolescente?
- Qual a percepção das adolescentes sobre o acolhimento de Emergência?
- Qual o significado e as repercussões que o acolhimento de emergência tem na vida de cada uma das jovens acolhidas? - Que sentimentos e que sentidos e significados atribuem ao acolhimento de emergência? Que influência teve na sua vida? De que forma percecionam o seu passado, presente e o futuro, na relação com o processo de institucionalização? A resposta de acolhimento de emergência foi de encontro às necessidades sentidas pelas adolescentes?
- O tempo de vida na CAE é sempre uma interrupção no percurso mas será um episódio a relembrar como positivo ou como negativo?

Sendo o objeto de estudo a percepção das adolescentes em relação ao processo de acolhimento de emergência no contexto da respetiva trajetória de vida. Definem-se como principais objetivos:

- a) analisar e compreender a percepção das adolescentes quanto ao acolhimento de emergência e às razões que desencadearam o processo.
- b) analisar a eventual repercussão da experiência de acolhimento na CAE, ao nível da qualidade da vida e bem estar.
- c) perceber qual o sentir e significado que atribuem à retirada do contexto familiar e ao acolhimento de emergência.

Por forma a responder aos objectivos definidos, tomou-se como suporte um conjunto de referenciais teóricos e jurídico-normativos e optou-se por uma pesquisa empírica prevalentemente suportada pela participação direta das adolescentes de uma casa de acolhimento de emergência. Assim, ao nível da pesquisa empírica, pretendeu-se através da verbalização e demonstração dos sentimentos, significados e vivências das adolescentes perceber o lugar ocupado pela CAE nos quotidianos das jovens; a relação com os cuidadores e com os técnicos; a situação escolar, a autonomia; a satisfação/insatisfação; o ambiente na instituição; as regras e rotinas; as fugas; a relação com a família/amigos e outros serviços da comunidade; o conhecimento dos seus direitos e a perspetivação do futuro.

Ao nível do referencial teórico, o modelo ecológico, representado abaixo na figura 1 pelo modelo de análise da percepção das adolescentes acolhidas em CAE, ocupa o lugar central.

Bronfenbrenner (1977), desenvolve e cria o modelo da ecologia do desenvolvimento humano, focando-se nos contextos do comportamento para o desenvolvimento humano. A abordagem ecológica implica que o indivíduo, o meio envolvente e as relações que se estabelecem entre si devem ser compreendidas em termos de sistemas e sub-sistemas dentro de sistemas mais vastos.

O mesmo autor (1979) refere a ecologia do desenvolvimento humano como o estudo da adaptação progressiva e recíproca entre o indivíduo em crescimento e as naturais mudanças dos cenários que o envolvem, ou seja, este processo de desenvolvimento humano é afectado pelos vários cenários inseridos em contextos mais vastos.

A sua teoria estabelece um modelo integrativo das transações nos aspectos físicos e sociais a partir da ligação entre sistemas progressivamente envolventes, num

“conjunto de processos através dos quais as propriedades das pessoas e do ambiente interagem para produzir continuidade e mudança nas características da pessoa no decurso da vida” (Bronfenbrenner, 1989: 191).

Transpondo os pressupostos teóricos para o esquema da figura 1, pretende-se ilustrar que os diversos sistemas envolventes representados pelos vários elementos, tais como a família, os amigos, a escola, os serviços, a CAE, entre outros, são dinâmicos, podendo exercer sobre a adolescente influências negativas e/ou positivas e interferir na percepção das mesmas.

Após análise teórico-conceptual e de acordo com os objetivos definidos, foi possível elaborar o seguinte esquema geral da investigação:

Figura 1: Modelo de análise da percepção das adolescentes acolhidas em CAE



(Esquema elaborado pela investigadora)

Para se compreender a percepção das adolescentes face ao acolhimento em CAE, tem que se considerar várias dimensões de avaliação: o percurso de vida das adolescentes; os factores ambientais e familiares; a vivência em CAE; as relações de afeto e suporte; as emoções.

Uma vez que todos estes sistemas se relacionam e têm influência no desenvolvimento e bem-estar da adolescente, torna-se fundamental, analisar os factores de risco e de proteção do acolhimento em CAE. Neste sentido, a perspetiva ecológica defende uma análise contextualizada do desenvolvimento humano, através do estudo dos factores de risco e dos factores de proteção para a criança aos níveis micro, meso, exo e macro. De acordo com esta perspetiva, o desenvolvimento humano está diretamente e indiretamente relacionado com todos os contextos onde este ocorre, contexto este que não compreende apenas o individuo, mas também sistemas contextuais dinâmicos, modificáveis e que estão em constante desenvolvimento (Pereira, 2002).

Nas situações em que os fatores de risco são contrabalançados por fatores de proteção suficientes, poder-se-á observar a existência de processos de resiliência. Como observado por Rutter (1990, in Soares, 2000:33-34) existem quatro tipos de mecanismos que poderão atuar como protetores, nomeadamente processos que: reduzem o impacto do risco, reduzem a probabilidade da escalada negativa de reações, promovem a autoestima e a autoeficácia, e processos que permitem novas oportunidades de crescimento pessoal.

Na ausência de fatores de risco e na presença de factores de proteção, a probabilidade de promoção de um funcionamento individual saudável é elevada, tendendo para o bem estar da adolescente.

Para além do conhecimento dos vários sistemas, é importante conhecer a forma como, em função da sua variação, eles operam sobre a adolescente.

Concretamente e de acordo com o modelo apresentado na figura 1, o papel da resposta social – CAE, pode assumir influências protetoras e/ou de risco junto da adolescente, resultante de uma diversidade de fatores que estão relacionados entre si, tais como as características/perfil da adolescente, a família, serviços, condições do acolhimento, redes de apoio (formal e informal). Este modelo de análise da percepção das adolescentes acolhidas em CAE, vai ao encontro do objeto de estudo, tornando-se importante explorar os sentidos e significados atribuídos pelas próprias jovens ao acolhimento de emergência, contribuindo, a partir desta pesquisa, para a compreensão dos sucessos e insucessos do acolhimento de emergência.

2 Tipo de estudo e justificação metodológica

Na medida em que se pretende explorar o sentido bottom-up, as percepções, interpretações, significados e sentidos que as adolescentes atribuem às suas vivências e à experiência do acolhimento institucional de emergência, adotando uma perspectiva ecológica e reconhecendo a complexidade de fatores que condicionam a experiência individual, optou-se pelo estudo de caso qualitativo, realizado numa CAE da zona metropolitana de Lisboa. Introduziram-se ainda alguns elementos quantitativos no sentido de complementar a análise realizada.

Trata-se de um estudo necessariamente situado e limitado a um número restrito de situações, de forma a revelar a sua especificidade, tendo sido o objeto de estudo e a sua complexidade determinantes na escolha da metodologia a utilizar.

A metodologia selecionada, define-se como participativa, na medida em que se pretendia que fossem as jovens em situação de acolhimento, a principal fonte de ‘verdade’ sobre este tipo de resposta social, no âmbito do sistema de proteção de crianças e jovens em perigo.

Esta pesquisa exploratória seguiu assim uma metodologia qualitativa, procurando fazer uma abordagem interpretativa do objeto de estudo.

Como refere Ferreira & Sarmiento (2008) “um princípio a ter em conta na investigação participativa é que nenhum método de investigação é intrinsecamente participativo (Boyden e Ennew, 1997), sendo a natureza da investigação não uma questão de técnicas de recolha ou tratamento de informação, mas algo que se centra na orientação estratégica da pesquisa, isto é, algo que se relaciona com as conceções epistemológicas e políticas e éticas com implicações técnicas”. Trata-se de poderes e saberes sob o signo das subjetividades, mais do que de ‘modus faciendi’.

Assim, tendo em consideração os objetivos que direcionaram a presente investigação, e tendo a possibilidade de realizar uma pesquisa de campo, optou-se por:

- Desenvolver uma primeira aproximação ao tema e à experiência e vivência das adolescentes sujeitas ao acolhimento de emergência, procurando conhecer melhor este fenómeno através de referentes teóricos, jurídico-normativos e revisão do ‘estado da arte’ no contexto português.
- Obter resultados analisando dados subjetivos no âmbito da investigação participativa. Os dados subjetivos foram obtidos através da entrevista, uma vez que, se relacionam com valores, as atitudes e as opiniões dos sujeitos entrevistados. A entrevista semiestruturada foi uma das técnicas privilegiadas nesta investigação, seguindo-se o ecomapa e o focus group.

Pretendemos que esta investigação também possa contribuir para que as jovens participantes se afirmem como sujeitos de direitos e de deveres, como sujeitos de relações e como sujeitos de conhecimento. Como refere Ferreira & Sarmiento (2008), “a produção do saber não é anterior à construção do bem-estar, mas realiza-se nos processos sociais da sua edificação”.

3 Caracterização das participantes e compromissos éticos

O período de recolha de dados decorreu de fevereiro a março de 2013. Para a definição da amostra a utilizar nesta investigação procedeu-se por diversas etapas; estas foram ditadas tanto pela natureza das questões a investigar como por razões de ordem prática e deontológica. Com efeito, a participação no estudo foi obtida na base do voluntariado e disponibilidade dos sujeitos, o que impediu uma planificação rígida relativamente aos segmentos da população que integram a amostra.

Trata-se de uma amostragem de conveniência, constituída por adolescentes do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 12 e os 17 anos, acolhidas numa Casa de Acolhimento de Emergência. Na recolha de elementos empíricos, participaram dez adolescentes na entrevista e seis no focus group.

A CAE escolhida foi uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), sem fins lucrativos e é unicamente destinada ao acolhimento de emergência de jovens do sexo feminino, entre os 12 e os 18 anos de idade, podendo acolher crianças do sexo masculino, com menos de 12 anos de idade, desde que sejam filhos ou irmãos das adolescentes.

A lotação máxima desta CAE é de 30 residentes. No período em que decorreu esta pesquisa, a média de adolescentes presentes é de 15, encontrando-se em fuga uma média de 15 adolescentes.

A CAE tem por finalidade o acolhimento urgente e transitório, a qualquer hora do dia ou da noite, por um período não superior a vinte dias, ainda que por contingências do sistema as jovens permaneçam normalmente por mais tempo, proporcionando condições para a definição do respetivo encaminhamento.

O acolhimento das jovens decorre de uma situação de perigo iminente para a sua vida ou integridade física que levou a uma decisão judicial por parte dos Tribunais de Família e Menores, com consequente emissão de mandado de condução e/ou procedimento de urgência por parte das autoridades policiais e/ou intervenção das CPCJ. Em consequência, estas jovens foram retiradas de emergência do seu seio familiar e acolhidas em CAE.

Como critério para a escolha das participantes na presente investigação, foi efetuada uma reunião com as adolescentes presentes na CAE, num dia previamente agendado e foi-lhes dado conhecimento os objetivos, os procedimentos metodológicos e a

duração da investigação para poderem manifestar, o desejo em participarem na recolha de elementos empíricos. De modo a que fosse aplicado os instrumentos e técnicas ao maior número de jovens possível, tendo em conta a instabilidade da permanência das adolescentes na CAE, quer por ser uma resposta transitória, quer pela possibilidade de fugas, foi necessário combinar com as adolescentes quais as datas mais adequadas, tendo-lhes sido entregue uma folha de papel, em forma de 'lembrete', com a data e hora marcada.

É importante salientar que a implicação das adolescentes foi imprescindível neste processo, pois sem a sua inclusão, respeitando o direito à participação, a investigação não seria possível.

Teve-se o cuidado de perscrutar estas jovens por forma a construir uma relação empática e genuína com elas, vê-las como atores sociais plenos, competentes na formulação de interpretações sobre os seus mundos de vida e na revelação das realidades sociais onde se inserem (Ferreira & Sarmiento, 2008). Nesse sentido, foi demonstrado às próprias jovens que a colaboração e participação ativa de cada uma das adolescentes era muito importante para o desenvolvimento da investigação. Pretendia-se que, ao longo das diferentes fases da investigação, as jovens se constituíssem também sujeitos de conhecimento, parceiros no trabalho interpretativo, e não como simples 'objetos passivos' de fornecimento de dados para a investigação.

Neste processo, houve a preocupação de assegurar um conjunto de procedimentos éticos face às participantes, nomeadamente, o seu consentimento informado na realização das entrevistas e do focus group, na gravação dos mesmos e o direito à privacidade. No sentido de garantir o direito à privacidade e proteger a identidade de todas as participantes que colaboraram neste estudo, foram as próprias jovens a decidir se pretendiam manter o anonimato.

Perante a fragilidade emocional que muitas das adolescentes apresentam devido às suas trajetórias de vida e ao motivo que levou ao seu acolhimento, foi importante respeitar os seus segredos, silêncios e sobretudo ter especial cuidado na forma como foram abordadas.

O consentimento informado foi um dos momentos indispensáveis da investigação (apêndice 2 e 3). Tratou-se da opção de escolha que as adolescentes tinham em quererem participar na investigação e implicou explicar que durante todo o processo de investigação,

as adolescentes poderiam questionar a dinâmica, as técnicas utilizadas discutindo e negociando para o efeito sobre a possibilidade de participarem nas técnicas que considerassem mais adequadas ou aquelas em que se sentissem mais confortáveis.

A amostra da entrevista consistiu em dez adolescentes do sexo feminino, com idades cronológicas entre os 9* e 17 anos de idade. A sua caracterização é apresentada em detalhe no quadro abaixo.

Quadro 2: Caracterização da amostra da entrevista

| Entrevistas N.º | Género | Idade | Naturalidade | Escolaridade | Tempo de Permanência em CAE |
|-----------------|----------|-------|--------------|--------------|-----------------------------|
| Ent_01 | Feminino | 16 | Angola | 8º ano | 10 dias |
| Ent_02 | Feminino | 13 | Portugal | 5º ano | 19 dias |
| Ent_03 | Feminino | 17 | Portugal | 8º ano | 11 meses e 5 dias |
| Ent_04 | Feminino | 14 | Portugal | 8º ano | 14 dias |
| Ent_05 | Feminino | 13 | Portugal | 6º ano | 15 dias |
| Ent_06 | Feminino | 16 | Portugal | 7º ano | 9 dias |
| Ent_07 | Feminino | 17 | Cabo Verde | 8º ano | 5 meses e 12 dias |
| Ent_08 | Feminino | 16 | Portugal | 7º ano | 1 mês e 11 dias |
| Ent_09 | Feminino | 16 | Portugal | 3º ano | 4 meses |
| Ent_10 | Feminino | 9* | Croácia | 2º ano | 4 meses |

* apesar da entrevistada ter indicado que tinha 9 anos, no seu discurso foi possível perceber que esta informação poderia não estar correta, quer pelos elementos que forneceu sobre a idade das irmãs, quer por fisicamente apresentar uma idade biológica superior (cerca de 12 anos). A barreira linguística e os motivos que levaram ao seu acolhimento, podem ter estado na base do desfasamento da informação. Contudo estes elementos não foram validados pela investigadora junto da equipa técnica da CAE.

Nesta amostra, pode-se constatar que a média de idades das jovens acolhidas é de 15 anos.

Os níveis de escolaridade de uma forma geral são médio-baixo, pode-se verificar pelo critério idade que o percurso escolar é irregular, sendo pautado muitas vezes pelo abandono prolongado, absentismo escolar e/ou desistência.

Quanto ao tempo de permanência na CAE à data da entrevista, apenas metade das adolescentes se encontra dentro do prazo de permanência máxima estabelecido (20 dias, cfr. Identificado no capítulo I). Pode-se também constatar que em duas das situações

(entrevistadas nº3 e nº7) estes prazos são largamente excedidos, o que eleva a média de dias de permanência para 86 dias.

Se excluirmos os dois valores *outliers*, continua a obter-se uma média de 43 dias, também esta muito além dos 20 dias estabelecidos como limite para permanência na CAE.

4 Instrumentos e técnicas

As técnicas para a recolha de informação foram escolhidas e ajustadas tendo em conta o objeto e os objetivos de estudo, as questões orientadoras da investigação, o contexto onde ela decorre e a diversidade que caracteriza os sujeitos da pesquisa (género e faixa etária, contextos sociais e culturais de pertença). Reforça-se que houve uma necessidade e preocupação por parte da investigadora em ser criativa e reflexiva tendo em conta as características destas jovens, na procura de uma boa adesão ao estudo.

Sendo indispensável na investigação participativa considerar uma multiplicidade de recursos metodológicos, que permitam representar o conhecimento, a opinião, os sentimentos e emoções das adolescentes. Os instrumentos e técnicas selecionados foram: a observação, a entrevista semiestruturada, o ecomapa, o focus group, a análise categorial, pesquisa bibliográfica e documental.

Foi construído um guião de entrevista (apêndice 1) com algumas questões com pertinência para o objeto de estudo, respeitando, no entanto, a continuidade do discurso e do pensamento das jovens entrevistadas. Assim, apesar do guião, preveu-se a possibilidade das jovens influenciarem o formato, a orientação, a duração das entrevistas e do focus group.

Como se sabe, a existência do guião possibilita a recolha de dados qualitativos comparáveis de confiança e permite compreender, de forma mais profunda, tópicos de interesse para o desenvolvimento de questões adicionais.

As dez entrevistas foram realizadas no mês de Fevereiro de 2013, numa sala disponibilizada pela psicóloga, com garantias de maior privacidade. Em média as entrevistas tiveram a duração de 30 minutos.

De uma forma genérica, a entrevista semiestruturada contemplou os seguintes aspetos: O período que antecedeu a institucionalização (sinalização da situação de perigo e

o motivo do acolhimento), o período de adaptação ao acolhimento e o período atual (acolhimento). Em todos estes momentos, o objetivo essencial é conhecer as apreciações das adolescentes em relação ao papel desempenhado por aspetos de natureza individual, emocional, relacional (família, amigos, pares), institucional, escolar e social.

No final da entrevista, cada uma das adolescentes poderia elaborar, de forma voluntária, textos escritos, onde eram livres de registar as suas reflexões, comentários sobre a vivência pessoal na CAE. Foi-lhes entregue uma folha e solicitado que posteriormente colocariam numa caixa de correio (fechada à chave).

Com o objetivo de se aprofundar a análise sobre a percepção das adolescentes face à sua autorrepresentação, projetou-se o recurso ao focus group.

O focus group, é um método de investigação social que assume a forma de uma discussão, envolvendo a partilha progressiva e a clarificação dos pontos de vista e ideias dos participantes. Esta técnica serve para revelar as percepções e os pontos de vista dos participantes sobre tópicos e questões relevantes para a investigação.

Desta forma, pretendia-se uma discussão entre as adolescentes, desenrolando-se essa discussão à volta de um tema - percepção da adolescência - através de tópicos de conversa. Deu-se oportunidade às adolescentes de refletir e discutir, através de colagens de recortes de revista, as suas percepções em relação a tópicos introduzidos pela investigadora, baseados num pequeno guião: (e.g., «o que muda na adolescência? O que muda nas raparigas? Os seus gostos e os seus ideais de vida»), à vivência na instituição (e.g., «a vida em instituição é diferente da vida em família?...e isso pode levar a que as adolescentes que vivem numa instituição se sintam diferentes das outras adolescentes?»), à noção de proteção e de risco (e.g., «o que te protege?, o que te coloca em risco?»).

A investigadora assumiu o papel de facilitadora, garantido a fluidez do exercício e que os diferentes tópicos relevantes para a investigação eram abordadas, desbloqueando situações de impasse.

O focus group foi realizado num segundo momento, em Março de 2013 e estiveram presentes seis adolescentes, sendo que três destas adolescentes não tinham sido entrevistadas. Este momento teve lugar na CAE numa sala de atividades disponibilizada para o efeito e teve a duração de 1h02 minutos.

Esta atividade, através do consentimento das adolescentes foi gravada servindo para obviar o registo dos aspetos essenciais, a fim de se poder recorrer no caso de dúvida

aquando da análise. Pela impossibilidade de, em determinados momentos, haver sobreposição de discursos dificilmente audíveis, os registos não foram transcritos. Procurou-se ainda respeitar a confidencialidade da identidade e a privacidade dos discursos das adolescentes.

Paralelamente a estes instrumentos estruturados e de forma a complementar os dados e informações recolhidas, foi pensada a utilização de um ecomapa, construído com a própria adolescente durante a entrevista. Na apresentação e análise de resultados será representado um exemplo através de uma imagem digitalizada e adaptada, tendo sido eliminado os nomes a fim de se preservar a confidencialidade.

O ecomapa é aqui entendido como um instrumento de registo da inserção familiar e social da jovem sinalizada, bem como do tipo de relações estabelecidas entre os diferentes elementos que constituem as redes de suporte.

O ecomapa ao organizar e permitir uma rápida visualização da informação sobre o contexto sócio-familiar e das interações estabelecidas dentro do mesmo, ao nível das redes de suporte informal (família, pessoas significativas, vizinhos, amigos) e formal (instituições, entidades, serviços), permite à jovem refletir e verbalizar sobre a sua vivência, bem como a importância das suas relações.

Os dados recolhidos através da entrevista semiestruturada e do focus group foram submetidos a uma análise categorial. Assim, as respostas dadas por cada participante foram analisadas segundo os princípios e procedimentos de autores especializados neste tipo de análise (Guerra, 2006). Depois de organizado o material necessário e de formuladas as questões, foi necessário transcrever *ipsis litteris* o conteúdo das entrevistas para suporte informático (anexo – por motivos de confidencialidade as transcrições das entrevistas são disponibilizadas apenas em suporte digital - CD, com exceção de uma entrevista que por razões de sigilo jurídico não pode ser divulgada) e também analisar esse mesmo conteúdo de forma a tornar a informação mais compreensível.

Para tal, foram identificadas dimensões (ou tópicos/associações no caso do focus group) gerais, para os quais foram delineadas categorias e subcategorias. Aquando da apresentação dos resultados, é feita uma descrição mais detalhada dos procedimentos específicos adotados.

CAPITULO III - APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS: CONJUGAÇÃO DA TEORIA E DA EMPIRIA

1 Análise categorial e interpretativa

De acordo com as questões desta investigação, mencionadas no capítulo II, bem como o respetivo guião de entrevista, foi possível responder aos objetivos definidos através de uma análise do *corpus* documental compilado. As dez entrevistas gravadas foram transcritas integralmente para suporte informático em documento *Word*. Realizada uma leitura “flutuante” das respostas às perguntas da entrevista, identificaram-se categorias de análise articuladas com os referenciais teóricos considerados.

Num segundo momento, procedeu-se à exploração mais aprofundada do material empírico. Nesta fase, foi possível diferenciar as dimensões gerais abordadas, assim como diversas particularidades, aprimorando a categorização. Segundo (Bardin,2009) as categorias são classes que incluem um conjunto de unidades de registo, constituídas por características comuns dos seus elementos, sob um tema geral. Esta fase do processo reveste-se de dificuldades de ordem subjetiva, uma vez que qualquer conteúdo está sujeito a diferentes interpretações.

As leituras das entrevistas transcritas, levaram ao agrupamento de temas que constituíram unidades de análise dentro de cada categoria. Por haver informação muito díspar, sentiu-se a necessidade de criar subcategorias, englobando aspectos mais específicos. De modo a interpretar as respostas de cada participante, foram criadas unidades de registo, ou seja, recortes de respostas a cada pergunta para que estas pudessem ser integradas em categorias e subcategorias de conteúdo semelhante.

Para analisar os dados em questão e com o propósito de diferenciar as unidades de registo de cada uma das adolescentes entrevistadas, criou-se um código para cada entrevista. Este código é composto por letras e números operacionalizados da seguinte forma: « Ent_ » (Entrevista) seguindo-se de um algarismo correspondente ao número da entrevista pela ordem efetuada. Segue-se de uma letra maiúscula que corresponde à inicial do nome da adolescente entrevistada e, por último dois algarismos correspondentes à idade da adolescente.

A terceira e última fase da análise categorial consistiu na análise e interpretação dos resultados obtidos, uma vez que é através deste tratamento que se podem propor inferências e interpretações, permitindo assim associar significados aos dados encontrados. Para esse efeito, foram cruzados os dados empíricos e as teorias que fundamentam e enquadram esta pesquisa.

De seguida encontra-se um quadro representativo das dimensões, categorias e subcategorias encontradas ao longo das dez entrevistas.

Quadro 3: Quadro representativo da categorização da análise das entrevistas

| DIMENSÕES | CATEGORIAS | SUBCATEGORIAS |
|---|----------------------------------|--|
| Perceção das adolescentes face ao acolhimento | • Experiência de pré-acolhimento | <ul style="list-style-type: none"> • Motivos • Participação na decisão de acolhimento • Perceção face ao perigo |
| | • Experiência da entrada na CAE | <ul style="list-style-type: none"> • Práticas de acolhimento • Emoções: positivas/negativas |
| | • Importância do acolhimento | <ul style="list-style-type: none"> • Representações e significado da CAE • Aspectos favoráveis e desfavoráveis da CAE • Sugestões de mudança na CAE |
| Experiências de vida na CAE | • Relações de afeto e de suporte | <ul style="list-style-type: none"> • Relações privilegiadas dentro e fora da CAE • Relação com a Família |
| | • Vivência em CAE | <ul style="list-style-type: none"> • Regras de funcionamento • Rotinas e atividades • Fugas |
| | • Auto-perceção | <ul style="list-style-type: none"> • Mudança de atitudes e Comportamentos |
| | • Perspetivas futuras | <ul style="list-style-type: none"> • Saída da CAE • Escolar/profissional • Autonomia/liberdade |

(Quadro elaborado pela investigadora)

As páginas seguintes, apresentam os resultados e a sua respetiva análise, à luz das dimensões, categorias e subcategorias identificadas através da análise categorial. Todas as subcategorias são exemplificadas por citações das adolescentes.

1.1 Perceção das adolescentes face ao acolhimento

A entrevista semiestruturada contemplou os seguintes aspetos: O período que antecedeu a institucionalização (sinalização da situação de perigo e o motivo do acolhimento), o período de adaptação ao acolhimento e o período atual (acolhimento). O objetivo essencial foi conhecer as apreciações das adolescentes em relação ao papel desempenhado por aspetos de natureza individual, emocional e institucional.

Deste modo, no que concerne a perceção das adolescentes face ao acolhimento foram identificadas três categorias: *experiência de pré-acolhimento*; *experiência da entrada na CAE* e *importância do acolhimento*.

1.1.1 Pré-acolhimento: sentindo o perigo

A categoria experiência de pré-acolhimento contém três subcategorias: *Motivos que Levaram ao Acolhimento*; *Participação na Decisão de Acolhimento* e a *Percepção das Adolescentes Face à Situação de Perigo*.

Motivos que levaram ao acolhimento

Para se perceber a percepção das adolescentes face aos motivos que levaram ao acolhimento, é necessário analisar-se a trajetória de vida que tiveram antes de ser tomada uma decisão e à determinação da medida de acolhimento.

O entendimento das “competências familiares” em relação à criança/jovem, a relação entre o seu funcionamento e o controle do risco/perigo são essenciais na análise do período que antecede a institucionalização, dado que esse é um período em que o equilíbrio na vida da criança/jovem e a aproximação à mesma parte essencialmente dos pais ou do elemento de referência.

No percurso de vida das adolescentes entrevistadas até ao momento do acolhimento em CAE, existem múltiplos factores de risco que condicionam a trajetória individual, expondo as jovens a situações de desinserção, exclusão e até de perigo para a sua integridade física, social e emocional. Desta forma, os elementos recolhidos revelaram um percurso biográfico antes da institucionalização, onde predomina a intensidade e a extensão de factores de risco.

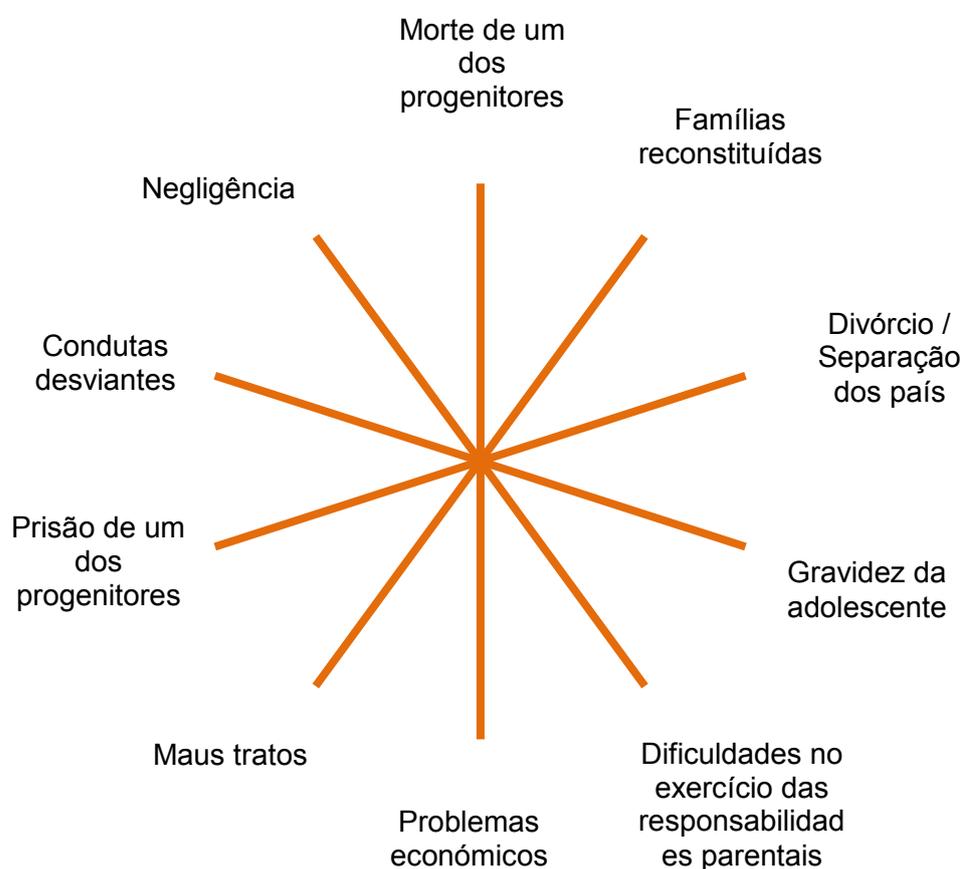
Essa multiplicidade de factores encontra-se presente na totalidade das entrevistas realizadas segundo três situações-tipo que concentram as razões essenciais para o acolhimento das adolescentes (motivos):

- Incapacidade Parental (maus tratos/negligência): 3/10 entrevistas;
- Situações de rutura familiar (pais/filhos): 3/10 entrevistas;
- Abandono/entregue a si próprio (despoletado por comportamentos desviantes por parte das adolescentes): 4/10 entrevistas.

Martinez e colaboradores (2004) identificam que as situações de abandono, negligência e maus tratos são as que mais emergem, marcando as trajetórias de vida dos sujeitos institucionalizados.

Ao longo das entrevistas surgiu frequentemente a conjugação de factores de risco no mesmo agregado, repercutindo-se sobre a mesma adolescente, o que não só provoca como agrava as situações contínuas e circunstanciais de risco/perigo no seu percurso de vida. Neste âmbito, procurou-se nos contextos familiares e nos comportamentos das adolescentes os vários indicadores de situações de risco que originaram a intervenção.

Figura 2: Indicadores de situações de risco



(Figura elaborada pela investigadora, com base no discurso das adolescentes entrevistadas)

Com o intuito de se perceber um pouco dos seus antecedentes e historial familiar, no decorrer das entrevistas, as adolescentes foram questionadas relativamente aos familiares com quem viviam antes de entrarem na CAE e, sobre os motivos que estiveram

na origem da sua institucionalização.

Das narrativas e do instrumento de apoio-ecomapa, foi possível identificar que as adolescentes eram provenientes de vários tipos de família: família nuclear, família monoparental, família reconstituída e família alargada.

A família alargada é a predominante, como podemos constatar no quadro que se segue.

Quadro 4: Características das famílias das adolescentes entrevistadas

| Tipologia Familiar | Exemplos | Frequência | TOTAL |
|--------------------|---|--|-------|
| Nuclear | <i>“(...)Vivia com o meu pai e com a minha mãe(…)”</i> | Ent_02L13; Ent_09B16; Ent_10L9 | 3/10 |
| Monoparental | <i>“(...)[vivia com a mãe sozinha]...E com o meu irmão(…)”</i> | Ent_03J17 | 1/10 |
| Reconstituída | <i>“(...)[tem irmãos]...a minha mãe tem 5, o meu pai tem...5...6...calma....a minha mãe...eu sou...a minha mãe e do meu pai eu sou filha única, o meu pai teve outra mulher que teve a minha outra irmã que é a J., a minha mãe tem mais 5 filhos com um outro homem e....arranjou mais dois meninos. Então somos ...(a jovem conta pelos dedos em voz baixa)...9 filhos, a minha mãe tem 5 e o meu pai tem...4(…)”</i> | Ent_05R13 Ent_07Ci17 | 2/10 |
| Alargada | <i>“(...)Porque fui fazer queixa dos meus tios...[vivia com os tios]...Sim(…)”</i> | Ent_01C16; Ent_04F14; Ent_06I16; Ent_08R16; | 5/10 |

(Quadro elaborado pela investigadora)

Embora pela memória as adolescentes possam reconstituir o percurso que levaram até à retirada da família, os discursos acerca dos motivos que conduziram à situação de acolhimento são por vezes pouco claros e até contraditórios. Algumas adolescentes continuam a questionar-se do motivo real, não tendo encontrado uma explicação suficientemente consistente.

Muitas vezes as crianças e jovens não compreendem a razão da sua retirada, já que sempre viveram naquele contexto, constituindo este, o seu padrão de referência e o

lugar privilegiado dos vínculos afetivos. Têm tendência para negar a situação de perigo e chegam mesmo a culpabilizarem-se por ela ou culpabilizam os técnicos que acompanharam o seu processo e ao limite transpõem para os técnicos e educadores da instituição que os acolhem.

“(...) Pronto, eu sentia-me bem ao pé dos meus pais. Estava habituada, quando a minha mãe queria sair e eu não queria, depois ela começava a ralhar comigo. Eu tenho saudades desses momentos(...)” (Ent_02L13)

“(...) No meu caso, não vejo qual foi a necessidade de eu vir para o colégio (...)” (Ent_05R13)

“(...) porque eu não tenho razões para estar aqui. Não tenho provas como a minha mãe me fez aquilo [queimadura](...)” (Ent_09B16)

Independentemente de não compreenderem ou de não aceitarem a decisão de acolhimento, 9/10 adolescentes declaram gostar de estar na CAE, apesar de referirem que preferiam estar com a família.

Pode-se verificar que o sentimento de punição é notório nos testemunhos de algumas adolescentes, que sentem que foram penalizadas (aos olhares dos outros) por deixarem a sua família em prol de uma vida melhor, ou ainda por terem sido responsáveis por fazerem passar a família por uma situação difícil que culminou no acolhimento. Nestas situações pode-se constatar que existe uma componente emocional negativa quer na família quer na adolescente, conforme (Alberto, 2002).

Participação na decisão de acolhimento

A Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989, assenta em quatro pilares fundamentais que estão relacionados com todos os outros direitos das crianças, entre outros, o direito à participação e informação.

O direito à participação está ainda entrelaçado com o direito da criança ao acesso à informação, e este parece ser um aspecto essencial para que o direito à participação se possa sustentar. Nenhum indivíduo, seja ele adulto ou criança, tem possibilidade de participar em qualquer dinâmica ou processo sem estar minimamente informado acerca do mesmo.

Relativamente à participação da adolescente na decisão de acolhimento, pode-se identificar nas entrevistas que, de uma forma geral, sobretudo nas situações em que as adolescentes foram conduzidas pela autoridade policial, desconheciam que iam ser

acolhidas. Não só, não tiveram conhecimento da decisão, como consideram que não foram respeitadas quer pelos técnicos que participaram na retirada como pelas autoridades policiais. Algumas das adolescentes referiram que lhes mentiram.

“(...) Disseram-me...disseram-me, prontos, foi a Doutora[...]vais ter de ir ao meu gabinete. E ela mentiu-me, disse-me a mim que eu ia ao gabinete dela, falar com ela e, nós não fomos, eu vim para aqui! Foi um bocado difícil! A[...]não pode mentir assim facilmente. Eu acho que não é isso, que isso é injusto(...) [a autoridade policial]Disse-me, a mim, que agora vais-nos ter de acompanhar e, eu fiquei nervosa...aah!(...)” (Ent_02L13)

“(...) Por um lado fui [tomada de surpresa], porque eu estava à espera. Estive cerca de 2 anos, 2 anos e meio à espera. Eu perdi a esperança. E parece que foi preciso eu ir para um sítio onde me tratavam bem e onde tinha tudo (casa do namorado), para vir para uma instituição. Que é estranho, quando aguentei quase 2 anos sem... sem instituição sem nada[...]Porque lá fora me mentiram. Os polícias a mim disseram que eu ia só assinar um papel à ... à esquadra. Depois disseram que eu ia só ver uma instituição e que voltava para casa. E depois não voltei a sair daqui(...)” (Ent_03J17)

Neste último exemplo, pode ainda verificar-se que os motivos que levaram à aplicação de uma medida de promoção e proteção de acolhimento institucional, estão desfasados da situação à data da decisão de integração na CAE. Neste caso em concreto, a jovem tinha pedido ajuda há cerca de dois anos, pois segundo ela, era submetida a maus tratos graves e, no momento da retirada, não foi efetuada uma reavaliação da situação, o que pode explicar a estranheza verbalizada no momento da entrevista.

Nas situações em que houve intervenção das CPCJ 4/10, houve o respetivo consentimento das adolescentes para o acolhimento e tiveram conhecimento de todo o processo, participando de forma ativa na decisão de acolhimento.

“(...) Disseram que eu vinha para uma casa de acolhimento. Primeiro chamaram a minha família lá na CPCJ. chamaram a minha família para ver se concordavam ou não eu vir para esta instituição. Eles concordaram e eu vim...à tarde[...]porque a minha família...deu consentimento e eu também, dei o meu consentimento(...)” (Ent_06I16)

Percepção das adolescentes face à situação de perigo

Relativamente à experiência do pré-acolhimento, é de realçar a sub-categoria “percepção face ao perigo”. Ainda que o conceito de Criança/Jovem em perigo esteja explícito em termos de artigos, (revogado) art.19º da O.T.M. e do art. 1918º do Código Civil,

e por autores como Giddens (2000) que distinguem as noções de risco e perigo, esta é uma distinção que não é necessariamente clara para as adolescentes.

Há exemplos de testemunhos em que as duas expressões são utilizadas como equivalentes, ou de forma vaga sem que seja especificada como é que essa noção de perigo foi materializada.

“(...) tar em perigo para mim é assim, a coisa mais importante que nós podemos ter é a nossa família do nosso lado. E a partir do momento em que a família não tá do nosso lado, e que nos mandam fora de casa e nós para ficarmos na rua à toa como se fossemos umas pessoas desorientadas, podem-nos fazer mal, violarmos, matarmos, na nossa idade, com 15, 16 anos. Isso para mim é tar em risco. E então vem-se para os colégios, casas de acolhimento, para ver se mudam, para ver se mudamos de vida e se conseguimos ser melhores e que a nossa vida seja melhor...tipo do que...antes...tipo, sei lá(...)” (Ent_01C16)

“(...)estava, por várias vezes estava em perigo e, vim para aqui(...)” (Ent_04F14)

Noutros casos, ainda que a distinção dos dois conceitos não esteja presente, há uma clara perceção por parte das adolescentes do que é perigo, nomeadamente em termos de consequências físicas e psicológicas, como é o caso do abandono ou maus-tratos físicos.

“(...) Sim, sem dúvida. Porque fui eu que me dirigi à CPCJ em primeiro lugar. Muito antes de a minha mãe e tudo. há... O meu processo, antes de eu vir para cá, já estava a seguir...a ser seguido há 2 anos na CPCJ, por queixas minhas. Há... Porque chegou a um ponto de a minha mãe me dar uma facada na barriga, ao ponto de a minha me tentar mandar com ácido sulfúrico para cima, me dar com o cinto. Foram tantas coisas que eu cheguei ao limite e então fui mesmo eu própria pelo meu pé à CPCJ fazer queixa(...)” (Ent_03J17)

“(...)Eu, por exemplo, estava em perigo, não é? Estava numa situação que ninguém deveria estar, não é, neste mundo! Estava a viver na rua, infelizmente. Estava em perigo, porque não saberia o que é que me podia acontecer amanhã ou depois, ou mesmo nessa tarde(...)” (Ent_06I16)

“(...)Talvez se eu não estivesse aqui e, as minhas tentativas de suicídio tivessem aumentado, as vezes, até agora, nem estava cá...acho que já estava num ponto de me cortar. Se calhar já nem estava cá no mundo(...)” (Ent_07C17)

Quando questionadas se sabiam o que é estar em perigo, as mesmas identificaram-no da seguinte forma:

“(...)ah...é ... pronto. Imaginemos que... partimos uma perna ou tivéssemos sido atropelados. Isso é um perigo. Pronto, estávamos a atravessar a estrada e não estar lá um sinal. Pronto, esta lá um sinal e a criança não olha, isso é em perigo(...)” (Ent_02L13)

“(...)Estar em perigo, é assim? há... aos olhos dele.. deles... neste caso, nós

estarmos em perigo não é só estarmos na rua ou a prostituir-nos , ou isso. basta o simples facto... Muitas... muitas de nós não precisa de sair de casa para estar em perigo. Um exemplo, questões de agressão. É o suficiente para ser... para ser isso, mas ... agora explicar[...]Ou seja, para eles tanto é...tanto estarmos em perigo na rua como dentro de casa(...)" (Ent_03J17)

"(...)Estar em perigo depende...depende, da forma como vocês... como qualquer outra pessoa pode interpretar isso. Morar na rua, é viver em perigo. Ver.... um caso assim sem condições, é estar em perigo. Estar em perigo, é ... há várias formas, que se ... prontos, sendo assim, estamos em perigo de várias formas. Eu não estava, não morava na rua, a minha casa era boa, foi mesmo só o meu comportamento (...)" (Ent_05R13)

"(...) É quando as pessoas estão a tratar mal, até quererem matar e não sei quê(...)" (Ent_10L9)

Tal como referido, a lei de proteção faz uma clara separação entre as noções de risco e perigo, considerando que nem toda a situação de risco deve levar a uma intervenção, isto porque "nem todos os riscos para o desenvolvimento da criança legitimam a intervenção do estado e da sociedade na sua vida e autonomia e na sua família" (*Proposta de lei n.º 265/VII*).

Daí que, na Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, a definição de perigo seja mais restrita, levando a uma intervenção imediata sempre que se considerar que a criança ou o jovem está em perigo quando se encontra numa das condições específicas listadas nessa Lei (cfr. capítulo I).

Ao nível da perceção das adolescentes os dados recolhidos indicam:

- desconhecimento das adolescentes quanto às situações específicas de perigo que legitimam legalmente uma intervenção,
- em alguns casos não haver uma clara perceção do perigo a que estavam expostas,
- lacunas ao nível da informação que lhes é providenciada aquando da retirada da família,
- corte abrupto de vínculos emocionais com as pessoas com quem têm laços mais estreitos.

Estes aspetos podem ser explicativos dos testemunhos das adolescentes entrevistadas que não consideraram que se encontravam em perigo no momento da retirada.

1.1.2 Entrada na CAE: o fechamento

A categoria experiência de entrada na CAE engloba duas subcategorias: *práticas de acolhimento e emoções sentidas: positivas/negativas*.

Ao longo da análise das entrevistas, foi possível distinguir dois momentos essenciais no percurso inicial das adolescentes: o momento em que tomam conhecimento que vão ser institucionalizados e são retiradas à família; e o momento da entrada, pela primeira vez, na CAE (o acolhimento).

Segundo o Dicionário de Psicologia (Doron & Parot, 2001), o acolhimento “é o primeiro momento de um processo intersubjectivo destinado a estabelecer uma dinâmica relacional entre uma pessoa e um interveniente” – neste caso, é o primeiro contacto entre criança/adolescente e instituição. Neste sentido, entende-se que este momento vai influenciar, pelo menos nos primeiros tempos, a adaptação à instituição e as relações que estabelece dentro desta.

Apresentadas as principais causas da institucionalização consideradas pelas adolescentes, interessa agora perceber o modo como as jovens recordam a chegada à instituição, assim como o modo de acolhimento. Os tempos e modos de separação/perda da família e a entrada na CAE, corresponderam a alguns dos momentos mais críticos das entrevistas.

Práticas de acolhimento

Pelos discursos das adolescentes entrevistadas, quem assinala, denuncia ou leva a adolescente para a instituição são sobretudo, **familiares, técnicos e a autoridade policial**, e o modo de entrada é sentido como uma violenta retirada da família e do contexto vivencial. Ora pelo tribunal de Família e Menores, através de mandado de condução, ora como uma decisão tomada em conjunto com a família que leva a adolescente até à instituição (CPCJ), ora pelo pedido de ajuda da própria adolescente que se dirige às autoridades policiais, sendo acionado o procedimento de urgência.⁴

A apresentação da vivência desse período pode demonstrar a perturbação de muitas adolescentes entrevistadas, sobretudo quando ela correspondeu a um momento inesperado, a uma retirada sem preparação e sem explicação. Uma retirada do contexto vivencial sem consentimento, nem aviso prévio é sempre um ato de violência simbólica.

No âmbito do acolhimento de emergência todas as retiradas são imediatas e inesperadas. Estas advêm de uma decisão em que podem ser distinguidas três práticas:

⁴ Procedimento de urgência – art. 91º da LPCJP cf. Capítulo I

- Retirada da família com mandado de condução através de uma decisão do Tribunal de Família e Menores ou de Comarca, cumprida pela autoridade policial ou com intervenção da autoridade policial numa situação de emergência sendo acionado o procedimento de urgência. Nesta primeira situação, há uma decisão judicial prévia, muitas vezes sem conhecimento nem dos pais nem das crianças/jovens.

“(...) Não me despedi dos meus pais nem dos meus amigos (...) foram à escola e, nem sequer disseram nada aos meus pais(...)” (Ent_02 L13)

“(...) Isto foi, eu estava em casa do meu namorado. Por volta das 11:30, meio dia, 3 polícias bateram-me à porta a dizer que eu tinha que os acompanhar para assinar um papel à esquadra. Por queixa, na altura disseram-me que era por queixa da minha mãe. E então eu agarrei, fui tomar banho num instante, vesti-me, fui ter... fui com eles. Cheguei à PSP da minha... da minha zona. Ou seja, neste caso a zona do meu namorado. Cheguei lá, mandaram-me vir para Lisboa para uma segurança social. Estive horas na segurança social, não resolveram nada. Passado pouco tempo é que disseram que eu vinha para cá. Quando cheguei aqui, entrei, não sei o quê. Fizeram-me o acolhimento(...)” (Ent_03J17)

- Na segunda possibilidade apontada, a polícia apenas intervém depois de ter falado com os pais e/ou representante legal da criança/jovem e a própria criança/jovem. Nestes casos o pedido pode partir de qualquer sinalizante, inclusive da própria criança/jovem.

“(...) o que eu sei do meu processo é que eu já estava para vir para um colégio há muito tempo, mas ... não vim, estava a guardar que a minha assistente social tratasse do problema...e com problemas que a minha família, a minha assistente social mandou-me ... coiso. ela disse-me que se a minha família tivesse a bater-me e a falar-me mal , essas coisas, ou a tentar expulsar-me fora de casa, para mim recorrer à polícia. E então foi o que eu fiz, fui recorrer à polícia, e então a polícia tratou das coisas para eu vir para aqui...uma casa de emergência, porque aquilo era uma emergência. Porque se me expulsam fora de casa, uma menor com 16 anos é considerada uma menor em risco(...)” (Ent_01 C16)

“(...)[como aconteceu] Estive lá na CPCJ...Porque fui fazer queixa, dos meus tios...[vivia com os tios]Sim... Fui fazer queixa deles. Fiquei lá o dia todo. Desde de manhã até à noite vir... para aqui(...)” (Ent_04 F14)

- Num terceiro cenário, a família entrega a adolescente às entidades com competência em matéria de infância e juventude (CPCJ) e a adolescente dá o consentimento para o seu acolhimento, sendo celebrado um acordo de promoção e proteção.

“(...) As ...as senhoras da CPCJ disseram à minha mãe que, o meu caso, porque para o meu caso a solução não era ir para uma instituição. Que era pensar melhor, que era para a minha mãe pensar melhor, e que...e que eu não sou assim tão rebelde para ir para uma instituição. A minha mãe ia desistir da ideia, só que eu disse coisas que ela não quis ouvir e ela foi com a ideia para a frente(...)” (Ent_05 R13)

“(...)[deram autorização]Exatamente. Porque a minha família... deu consentimento e eu também ... dei o meu consentimento(...)” (Ent_06I16)

Emoções sentidas: positivas/negativas

Durante o acolhimento institucional, as jovens sofrem perdas a diversos níveis que afetam os seus sentimentos de segurança e de pertença. As perdas podem ser de natureza física, material, psicossocial e sociocultural (zurita & del Valle, 2005).

As reações face a estas perdas divergem em função de variáveis como a idade e a fase de desenvolvimento em que se encontra a criança/jovem, a vinculação prévia dos pais, as experiências anteriores de separação, a percepção que se tem em relação às causas da separação e o temperamento e a personalidade da criança/Jovem.

“(...) eu disse à minha mãe que não era para...por vir para um colégio que eu ia mudar, talvez até saísse pior. Por estar aqui fechada e...ia continuar na mesma e, ...e ou talvez ia ficar pior[...] talvez seja para me abrir um bocadinho os olhos e, ver que há pessoas que já passaram por muita coisa, que eu se calhar nem passei metade do que eles passaram(...)” (Ent_05RA13)

De acordo com Zeanah, Smyke, Koga, e Carlson (2005), ainda que possa não manifestar exteriormente, a criança afastada da sua família vive em sofrimento, sentindo culpa, rejeição e frustração, não sendo por isso que deixa de amar os pais, que são o principal ponto de referência ao nível do seu desenvolvimento.

(Bowlby, 1998a) refere que o processo de separação da criança do seu progenitor é mais difícil em termos de angústia e de perda do que em situações em que há ausência de um dos progenitores.

O Facto das crianças muitas vezes acharem que vão para a instituição, por terem feito algo de errado, gera não só um sentimento de culpa como uma vivência ambivalente indutora de ansiedade (Chisholm, 1998; Mirón, 1990; Zurita & del Valle, 2005), que é exemplo da citação abaixo.

“(...) estou arrependida das coisas que fiz em casa. Se eu soubesse que vinha para aqui, tinha feito as coisas de modo diferente(...)” (Ent_07C17)

Os dados recolhidos empiricamente vão ao encontro do que os autores acima mencionados referem, revelando que o momento da institucionalização foi vivenciado, de um modo generalizado, como uma fase difícil e dolorosa. Muitos sentimentos confluíram

nesta “recordação”, do momento de chegada à instituição, predominando nas entrevistas expressões e memórias de desamparo; abandono; revolta; confusão; tristeza; e também sensação de aprisionamento de privação de liberdade.

“(…)Mal. Senti-me triste. Nunca estava à espera daquele dia. Foi de surpresa mesmo (…). Eu senti foi muita raiva das pessoas todas...naquele dia passei-me, só me apetecia...matar-me, ou isso(…)” (Ent_09B16)

“(…) Foi difícil...porque tiraram-me de casa e vim para o colégio(…)” (Ent_10L9)

“(…)Eu na altura até pensei...vai ser mesmo bom, vou livrar-me da minha avó(risos) e da minha tia...mas depois olha (..) bué confusão(…)” (Ent_07B17)

“(…)Não foi muito bom, como é óbvio. Mas prontos...foi um dia (..) Fiquei chateada, não pensava que os meus pais...e neste caso a minha mãe, me mandasse para aqui(…)” (Ent_05R13)

“(…) Lembro-me que o primeiro dia foi mesmo para esquecer. Aqui foi mesmo uma grande tortura, porque eu estava habituada ao meu espaço, à minha liberdade e estava habituada a ser independente. Quando cheguei aqui, fiquei sem nada, completamente. Então foi muito complicado(…)” (Ent_03J17)

“(…) Foi um bocado difícil. Ao primeiro dia não parava de chorar e, ...depois passou duas semanas...eu comecei-me a habituar (..) Foi um bocado difícil, despedir-me dos meus amigos, despedir-me dos meus pais, foi um bocado difícil(…)” (Ent_02L13)

Muito embora seja uma retirada entendida como violenta, onde é feito um corte com os pais, familiares, amigos, escola, existem algumas adolescentes que identificaram a entrada na CAE como positiva, tendo em conta que elas próprias solicitaram ajuda para pôr fim a uma situação difícil de maus tratos. É perceptível que nas situações em que as adolescentes pediram ajuda, o dia do acolhimento é sentido como uma boa recordação contudo verifica-se pouco envolvimento emocional, sendo uma recordação muito descritiva dos acontecimentos.

“(…) senti-me acolhida, senti-me bem tratada pelas pessoas que cá trabalham. Fizeram-me um bom acolhimento, explicaram-me as regras (..)” Ent_01C16

“Foi bom, foi à noite...era hora de jantar. Todas as meninas me receberam bem...foi fixe (..)” Ent_04F14

1.1.3 Importância do acolhimento: proteção e cuidados

Atualmente, as diretrizes de atuação no que diz respeito à proteção de crianças e jovens têm fornecido uma série de mudanças baseadas nos seguintes aspetos (zurita & del Valle, 2005): Combate à marginalização dos jovens, enquadramento da instituição nos

serviços sociais de infância, tornando-se assim um recurso para os casos de verdadeira necessidade.

A especificidade de resposta onde se enquadra a CAE: acolhe adolescentes em situação de perigo iminente de vida e que não podem aguardar por outra alternativa, vai nesta linha, ou seja ao encontro das necessidades das jovens que necessitam de ser protegidas de emergência.

Trata-se de uma instituição por si só de carácter especializado em que os profissionais que aí trabalham se constituem como fonte de saberes e experiências diferentes em meio institucional, perante o contexto onde as desenvolvem.

A necessidade de encontrar estratégias de ajustamento à realidade é uma constante, na medida em que a rotatividade de jovens é muito grande. Na CAE são cruzadas vivências, experiências anteriores que destabilizam, que alteram os hábitos, quer para as adolescentes, quer para os profissionais.

Esta categoria contém de três subcategorias: Representações e *significado da CAE*; *Aspetos Favoráveis e Desfavoráveis da CAE* e *Sugestões de Mudança na CAE*.

Representações e significado da CAE

Quanto à importância do acolhimento, todas as dez adolescentes entrevistadas referiram que é socialmente importante a existência de Casas de acolhimento. Independentemente de terem concordado com o seu acolhimento, conseguem identificar que este tipo de casas são benéficas para as crianças/adolescentes em perigo.

“(...)Eu para mim acho que sim , porque ...se nós tivéssemos feito assim alguma coisa assim tão má , íamos para um centro educativo, prisão para menores. Também já estive numa, mas se...como...se ... mas nós na nossa situação, como nós é que estamos a precisar de ajuda. Problemas com a família, outros problemas, fugir fora.. fugir de casa, pá... muitas coisas. isso para mim é tudo em risco... fugas, faltas às aulas. Essas coisas assim(...)” (Ent_01C16)

“(...)pronto, há crianças que passam fome. A... A família bate, tratam-se mal, pronto... a família trata-se mal. há crianças, ...pronto, familiares crianças, que também tratam mal os familiares. Também é por causa disso. Acho que fazem bem ter isto...estes tipos(...)” (Ent_02L13)

“(...)Sem dúvida. Sem dúvida mesmo. Porque ... já passaram por aqui raparigas com... os piores processos, digamos assim, processos piores que o meu. Que eu digo-lhe mesmo, se calhar se fosse eu com o processo da... que a rapariga tinha, eu não sabia o que é que havia de fazer. E no entanto, eles aqui ajudaram-na. Ela

agora está... voltou à escola, faz a vida normal dela. Por acaso nisso...é muito importante(...)" (Ent_03J17)

"(...)Quer dizer, para algumas pessoas, aquelas que sofrem, que levam porrada, os pais tratam mal, sim devem vir para aqui. Agora as outras que não têm queixas de razões para...para os pais meterem aqui, acho que têm de ficar em casa. Agora as outras que têm... fazem bem em vir para aqui(...)" (Ent_09B16)

Através do discurso das adolescentes é possível não só perceber qual o significado que atribuem à CAE, como conseguem expressar de forma clara qual o entendimento que têm sobre o conceito/modo de funcionamento deste tipo de instituição.

"(...)como isto é uma casa de acolhimento de emergência. Eu posso... fico aqui durante uns tempos e depois vou para um outro. Oh... até posso ir para outro, dali ao lado, do lar. Mas, não sei... Isso não... aqui ninguém fica aqui permanente. tipo, Isso não é um colégio que coiso, é só uma casa de emergência, e pessoas que entram para cá em situações graves de emergência, ficam aqui, e depois eles falam com os tribunais, reunidos...tudo, vão para outros(...)" (Ent_01C16)

"(...)Estamos aqui três meses e meio, mais ou menos, depois o Tribunal nos autorizar a ir para casa e para outro colégio(...)" (Ent_02L13)

"(...)Esta casa é assim, quase todas as raparigas que estão em risco, ou rapazes até aos 12 anos de idade, vem para aqui. O tempo máximo de estar aqui é de entre 2 semanas a 3 meses. Só que não há colégios para toda a gente, e então chegamos a estar aqui ... muito mais tempo[...] por exemplo eu posso, de hoje para amanhã pode haver uma vaga num lar. Se eu quiser eu posso estar, nem que seja uma semana antes de eu fazer 18, eu posso ir para lá. Como posso recusar a minha vaga, para dar a alguém que.. que vai estar aqui mais tempo, e a pessoa ir para lá. Uma vez que eu vou sair aos 18 não faz sentido em estar só um "x" tempo lá [...]Casa de acolhimento de emergência, ou seja. A casa[nome da CAE], na minha opinião, é uma casa que vai... para dar estabilidade segurança a várias meninas, raparigas neste caso, que não têm possibilidades lá fora, ou não têm em termos financeiros, ou não têm casas adequadas, ou estão a viver na rua. Então eles aqui é como se fossem a nossa família. Dão-nos casa... dão- nos casa, temos tudo, completamente [...]Porque normalmente, só vêm para aqui.. há... raparigas com processos mesmo graves. Ou seja, questões de agressões, violência, há... viverem na rua. Pronto, em um ou outro caso é que vai...vem para aqui uma rapariga só porque falta às aulas, ou... . São poucos os casos que que vem para aqui assim(...)" (Ent_03J17)

"(...) segundo a lei, não é, as meninas ficam aqui 20 dias, mas já fazem uma...abébiázinha e, organizam a vida das meninas primeiro e as meninas são encaminhadas, depois para outros centros(...)" (Ent_06I16)

"(...)Eu já cheguei a entrar... a primeira vez que entrei foi 2 da tarde. Já cheguei a entrar aqui às 2 da manhã. Como já houve acolhimentos à meia noite e tal, uma e tal da manhã. Tudo depende. Se o tribunal, por exemplo, o tribunal manda ...manda um fax, uma carta, para a PJ, PSP, o que quiser. E a carta chega hoje. Se por acaso às 3, 4 da manhã eles encontrarem a menina, eles são obrigados a vir a entregar aqui independentemente das horas(...)" (Ent_03J17)

Foi ainda possível constatar que as adolescentes conseguem identificar as diferenças entre CAE e LIJ. Como referido na revisão da literatura, estes dois tipos de

instituições diferem na duração do âmbito do acolhimento, especificidade da resposta e definição de projeto de vida, diferenças estas que se concretizam no discurso de muitas adolescentes da seguinte forma:

“(...) A diferença de um lar é que nós ficamos lá... já sabemos como é o nosso processo. quanto tempo iremos... vamos ficar lá, depois a...podemos... como é que eu hei-de de explicar..., num lar podemos ter o nosso telemóvel sempre connosco, numa casa de emergência eles tiram-nos à noite. Num lar...o pá, tem muitas coisas boas. Eu gosto, nesse sentido, prefiro estar num lar do que numa casa de emergência, porque uma casa de emergência tem muitas regras que têm de ser cumpridas, e fecham-nos o quarto, mas no lar não. No lar nós temos o nosso quarto aberto e temos a nossa chave, essas coisas assim, é diferente... mas prontos!(...)” (Ent_01C16)

“(...)A casa de emergência, normalmente, é só o sítio, temporário, onde nós ficamos, até arranjam uma solução para nós. Enquanto que o lar, o lar é para quem prova aqui que está adaptado, tem consciência de onde é que está, já tem as suas responsabilidades, e consegue aguentar com... com um grau superior de ... ou seja, de tanto de independência como de confiança, tudo o mais(...)” (Ent_03J17)

Aspectos favoráveis e desfavoráveis da CAE

No âmbito da categoria sobre a importância do acolhimento foi também identificada a subcategoria relativa aos aspetos favoráveis e desfavoráveis do acolhimento em CAE.

O ambiente familiar, o relacionamento com os técnicos e educadores, um equilíbrio disciplina-liberdade e as condições logísticas da CAE são apontados, pelas adolescentes, como os principais aspetos favoráveis:

“(...)os educadores são divertidos, nunca estão tristes. A...a... As psicólogas são divertidas, dão-nos conselhos ...Hã...a doutora[...]ajuda-me naquilo que pode. E essas coisas(...)” (Ent_02L13)

“(...) desta casa? Segurança, apoio, amor...mais...e alegria. Porque a muitas raparigas...a casa dá muitas alegrias(...)” (Ent_03J17)

“(...)A casa tem boas condições. Os educadores e qualquer outra pessoa que trabalhe aqui, vem com ...deixa os problemas lá fora e vem com ... com força de vontade. E acho que sem força de vontade para enfrentar os problemas das outras pessoas, não é ... não seríamos nada. Porque aqui os técnicos e o Dr..., e qualquer outra pessoa, metem-se no lugar dos outros. Ralham connosco quando têm que ralhar, deixam-nos sair quando temos.. quando eles sabem que podem ter a confiança em nós, e às vezes sabe... às vezes mesmo que não tenham muita confiança em nós deixam... dão-nos um voto de confiança. Aqui, eu acho que, além de trabalho, é como se fossemos todos uma família(...)” (Ent_05R13)

“(...)A liberdade que nos dão... não é? Por que aqui, é assim, há disciplina mas também temos os nossos momentos[...].temos tudo o que precisamos aqui(...)” (Ent_06I16)

A identificação destes aspectos como condições de vida favoráveis dentro das instituições é sinal de que os objectivos das mesmas podem estar de alguma forma, a ser cumpridos, uma vez que, para além de muitos outros aspectos, as instituições são responsáveis por proporcionar as condições básicas assim como assegurar todos os meios necessários para que o desenvolvimento pessoal das crianças e jovens institucionalizados ocorra de forma harmoniosa e adequada.

Como aspetos desfavoráveis referidos pelas adolescentes giram essencialmente em torno das dinâmicas de socialização e vivência entre pares, sendo ainda referidos aspetos relacionados com a resistência a algumas das tarefas que têm de executar dentro da CAE:

“(...) As menos boas...conflitos, zangas, gritos[...]entre nós mesmo. Gritos, bem e às vezes um pouco de mau feitio nosso, para com os educadores(...)” (Ent_03J17)

“(...) É algumas confusões, que há entre as meninas. É as únicas coisas más (...)” (Ent_04F14)

“(...) As regras. Acho que devíamos deitar-nos mais tarde ao fim de semana (...)” (Ent_05R13)

“(...) Não gosto de fazer as tarefas, mas tenho de fazer. Não gosto de fazer as tarefas. Não gosto de me deitar cedo, não gosto de ter poucas horas para sair, gosto...gostava de ter mais horas(...)” (Ent_09B16)

“(...)Só, a única queixa que eu tenho destas miúdas é que estão sempre a roubar roupa, mais nada, de resto não tenho uma única queixa delas(...)” (Ent_03J17)

Assim, revendo as subcategorias referentes à importância do acolhimento, pode perceber-se que as jovens consideram favoráveis as condições básicas oferecidas na CAE, bem como o apoio e a segurança, embora apontem como desfavoráveis outros aspectos, como as regras e os conflitos e roubos entre elas.

Sugestões de mudança na CAE

Nesta subcategoria procurou-se recolher, através da percepção das adolescentes, sugestões do que poderia ser melhorado na CAE e como. Nos dois exemplos abaixo, foi possível identificar que as mudanças consideradas são referentes às condições e espaço dos quartos e à flexibilização das regras.

“(...) nada...por exemplo há jovens que às vezes precisam mesmo de falar com os familiares, com os namorados. Apesar que aqui na casa eles deixam falar ao telefone com as pessoas que estão autorizadas ... com os namorados...essas coisas, até um pouco mais tarde. Eu deixaria, sendo... se eu tivesse posse disto, deixaria, porque também percebo, as pessoas não estão aqui porque fizeram mal. tão aqui porque... prontos...tentarem-lhes fazer mal, ou elas também não se estavam a fazer bem a si próprias em não ir à escola, e essas coisas assim. Ainda se fosse, tipo, um centro educativo, sim...até ... não devem ter telemóvel nem nada disso, Mas assim esse tipo de regras...também de fechar os quartos da jovens, assim, não podem descansar um bocadinho no quarto, têm de ficar na sala. Também... mudava essas duas regras, porque as pessoas, tipo... compreende-se que não se pode ter os quartos abertos durante uma certa hora aqui na casa[nome da CAE] porque as jovens gostam de se roubar umas às outras, mas eu metia a regras assim: deixava os quartos abertos quando os donos dos quartos estivessem dentro do quarto. Quando não tivessem e se não lhes apetecesse ficar no quarto, trancava o quarto. Mas são coisas que também....sei lá(...)” (Ent_01C16)

“(...) mudava os espaços dos quartos, porque são muito pequenitos. Hã...mudava o gabinete da Doutora[...] para um espaço maior...a mudava a sala para um espaço mais pequeno, porque a sala é muito grande. Punha os livros todos em ordem[...]os livros ali da sala. Punha os sofás, junto ao chão, para mim puxava-os para a frente, depois uma pessoa quer-se sentar e não consegue(...)” (Ent_02L13)

Para além destes aspetos é generalizado o desejo de regressar a casa, sendo um indicador importante de mudança, no entender das adolescentes, conforme é visível ao longo da análise dos resultados desta investigação.

1.2 Experiências de vida na CAE

O primeiro parâmetro de análise (dimensão) referido no início deste capítulo incidia na percepção das adolescentes face ao acolhimento. A segunda grande dimensão identificada remete-nos para uma análise de um conjunto de categorias mais individuais que marcam a vivência das adolescentes no contexto da CAE.

Nesta dimensão foram identificadas quatro categorias: *relações de afeto e de suporte; vivência em CAE; auto-percepção e perspetivas futuras.*

1.2.1 Relações de afeto e de suporte

Esta categoria contém de duas subcategorias: *Relações Privilegiadas Dentro e Fora da CAE e Relação com a Família.*

A identificação com o grupo de pares, a partilha de experiências, a convivência, a

união, a confiança que se foram desenvolvendo no âmbito das relações que as adolescentes estabeleceram no quotidiano da CAE, constituíram um recurso importante (factor protetor) que as ajudou a lidar e, de alguma forma, contribuiu para equilibrar o seu quadro emocional, substancialmente negativo, no período inicial de acolhimento.

A maioria das adolescentes considera assim que a sua relação com os outros influenciou de forma positiva na sua maneira de ser, de sentir e de agir ajudando na sua adaptação e vivência na CAE:

“(...) Não, eu acho que eles dão-me o apoio necessário. Como somos muitas eles tentam dar um pouco de carinho a todas, tratam-nos todas por iguais. Mas, sim há técnicos que eu gosto mais que outros, mas trato, respeito-os todos da mesma maneira, claro!(...)” (Ent_01C16)

“(...)Vale a pena, vale muito a pena, mesmo. Eu falo por mim, porque eu sempre fui muito mimada. Ou seja, eu sempre fui a queridinha, a menina querida do meu pai, a menina querida da família do meu pai. E depois caí de paraquedas na família do meu namorado, ou seja, a menina querida. E quando vim para cá foi um grande choque, no entanto toda a gente vinha... vem-nos dar um beijinho de boa noite, vem-nos aconchegar, Vêm...quando nós estamos a chorar ou triste são logo os primeiros a virem falar connosco. Percebem os nossos problemas, não os inferiorizam. Estão sempre na brincadeira connosco, mesmo nós estando ... estando tristes, vêm falar connosco, metem-se na brincadeira connosco... têm sempre uma palavra amiga para nos dar... e isso é...isso é muito bom(...)” (Ent_03J17)

Relações privilegiadas dentro e fora da CAE

Foi ainda apresentado pelas adolescentes que 09/10 têm relações privilegiadas com outras jovens da CAE e com alguns educadores e técnicos, independentemente de se encontrarem acolhidas há uma semana, ou há um ano:

“(...) Tenho com a minha colega de quarto. Tenho com uma amiga minha de lá de fora , que está agora cá. Apanhei-a na 2 vez que estive cá. Digo-lhe, eu não estava à espera. Ela já era minha amiga lá de fora e agora voltamo-nos a encontrar aqui. Ela é da zona do meu namorado e tudo. E tenho.. tenho uma que é de Chelas, que é como se fosse... Ela trata-me por minha prima. Ou seja, ela conhece-me a mim a família do meu namorado toda, que a bem ou a mal é a minha família, não tenho outra. Eu conheço a família dela, e somos como se fossemos de família mesmo[...]Com a minha técnica não me dou nada bem. Mas, por exemplo, adoro o Dr. [...], Gosto muito dele, mesmo. O Dr. [...] é das... das melhores pessoas que temos cá na casa. É... eu acho que ...que foi mesmo um diretor escolhido a dedo. Porque ele sabe, ele percebe-nos e está sempre disposto a resolver os nossos problemas e tudo. Ouve-nos sempre. A... a [...], que é super querida, mesmo. Por qualquer coisinha que nós nos queixemos com ela, ela leva-nos logo ao hospital, disponibiliza-se logo tratar de nós...e depois educadora, assim um educador mais próximo... , a dona [...], sem dúvida... que é como se fosse ...a D. [...] está na casa e eu olho para ela como se fosse a minha mãe. Tenho-lhe respeito como se fosse a minha mãe(...)” (Ent_03J17)

As relações estabelecidas no contexto de uma instituição diferem muito das relações estabelecidas no ambiente familiar por uma multiplicidade de fatores, começando pelo facto de, nas instituições, os principais alvos de relacionamentos serem os pares e os profissionais a trabalhar na própria instituição.

As jovens entrevistadas, ao identificarem as relações de afecto e de suporte como um aspeto importante, estão a referir-se não só às pessoas que constituem a instituição, mas também às pessoas com quem socializam no exterior, por exemplo, amigos da escola, professores e até mesmo familiares, uma vez que através da instituição mantém contacto com a família. É de salientar que este afeto sentido pelos jovens ajuda-os a desenvolver a capacidade de confiar e de se relacionar com os outros (Freitas, 2009).

A família, amigos, vizinhos, escola, instituição, assumem um papel importante na formação da identidade social, capaz de fornecer apoio nas relações que o sujeito estabelece com os outros.

Para as crianças e adolescentes que se encontram em acolhimento institucional, a instituição será a fonte de apoio social mais próxima e mais organizada, desempenhando um papel fundamental para o seu desenvolvimento (Siqueira & Dell'Aglio, 2006).

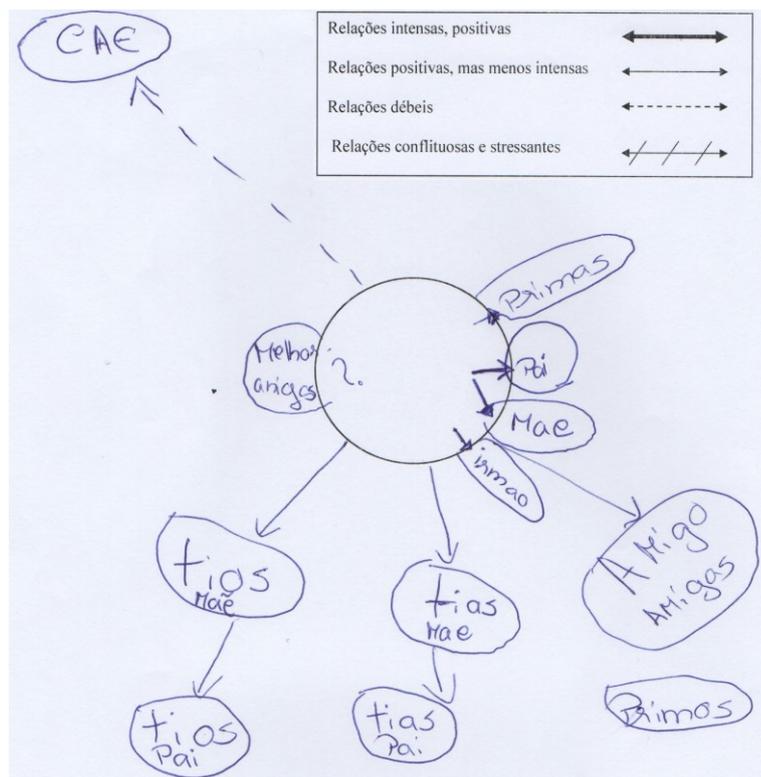
Ao nível dos serviços de apoio no exterior, foi possível identificar dois tipos de apoio: formal (médico, educação/formação) e informal (família, amigos). Em algumas situações há adolescentes que recebem apoio pontual ao nível do acompanhamento médico e outras de forma mais regular em apoio psicológico. Outras jovens beneficiam ainda do apoio dos familiares, relativamente a bens materiais que complementam os que já recebem por parte da CAE. De uma forma geral, as adolescentes manifestaram satisfação relativamente ao apoio e consideram que é suficiente.

“(...)Tenho[apoio no exterior], como é que eu explico. Tenho desde apoios na educação, com... hospitais. Por exemplo. Hã... foi... eu precisava,.. há cerca de 6 anos que eu estava para por o aparelho, meterem-me o aparelho. Hã... Precisava de óculos, isto já foi... instituição... a instituição, já conseguiu-me ajudar com os óculos. O aparelho saiu do meu bolso. Hã... Sei lá, são tantas. Desde vestir, calçar, roupa, comida...tenho, tipo, um bocadinho de tudo lá fora(...)nunca me faltou, nunca me faltou nada desde que, pelo menos de há um ano e sete meses para cá, não me tem faltado mesmo nada(...)” (Ent_03J17)

“(...) Eu tenho[apoio no exterior]. Eu tenho uma...[consulta no exterior]...retomei ontem as consultas de pedopsiquiatria, em São Francisco. Eu sempre fui acompanhada desde os 7 anos, mas 2010, 2011, deixei de ir às consultas, e ontem voltei a retomar. Tive a primeira consulta com a minha psiquiatra(...)” (Ent_06I16)

Através do ecomapa foi possível identificar quais as relações mais significativas/importantes, sendo algumas mais intensas e outras menos intensas ou até mesmo conflituosas, conforme se pode exemplificar na figura 3, sendo este ecomapa, entre os recolhidos, o que melhor representa graficamente a relação com a CAE.

Figura 3: Ecomapa Ent_02L13



A CAE na maioria dos casos, em termos gráficos foi desenhada mais afastada da jovem, havendo uma forte priorização da família e dos pares. Esta tendência reflete-se ao longo dos resultados apresentados anteriormente, encontrando-se intimamente ligada ao desejo de regresso à família. Não obstante esta referencia, as adolescentes não deixam de reconhecer à CAE um papel preponderante no assegurar do seu bem estar e segurança.

Relação com a família

São várias as funções desempenhadas pela família em relação à criança. Osterrieth (1975), salienta a dependência recíproca, vendo a família como a principal instituição atenta a todas as necessidades da criança e cuidadora do seu desenvolvimento,

criando uma profunda interdependência afetiva que assegura à criança condições para o desenvolvimento da sua personalidade baseado nos laços recíprocos que se estabelecem.

Mesmo quando a família não consegue providenciar este ambiente propício ao desenvolvimento da adolescente, verificou-se que um número considerável de adolescentes, continua a privilegiar o contacto com as figuras familiares às quais se vincularam desde a sua infância.

No contexto deste estudo, constatou-se que (4/10) das adolescentes têm a família presente e recebem visitas. As restantes jovens não têm contacto com a família, umas foram compelidas a um afastamento dos seus pais/familiares, vendo as suas possibilidades de contacto com estes muito limitadas, quer porque o Tribunal proibiu as visitas ou porque o seu processo ainda está a ser avaliado pelos técnicos da CAE e até uma primeira entrevista da equipa técnica com os familiares, não lhes são autorizados contactos.

Em duas outras situações é a própria jovem que não quer receber visitas, derivado aos conflitos anteriores e situação de maus tratos.

“(...)mas ainda não fizeram visitas porque ainda não entrevistaram. O meu técnico responsável por mim, etc, ainda não entrevistou a minha família(...)” (Ent_01C16)

“(...)Não, não, ainda não. Elas precisam de ainda vir cá a uma consulta com a minha Doutora[...]. Depois a seguir é que eles me podem cá vir ver, visitar(...)” (Ent_02L13)

“(...)Porque a minha mãe sempre que vinha cá...hã... arranjava sempre uma confusão ou comigo ou com alguma rapariga daqui, então eu recusei as visitas. Neste momento só quero visita do meu irmão. Só que nem isso a minha mãe me deixa ter, porque ou ela vem também ou não vem ninguém. Então pronto(...)” (Ent_03J17)

“(...)Não, só posso receber visitas de familiares mas eu não quero(...)” (Ent_06I16)

“(...)não recebo visitas[...]porque não me deixam(...)” (Ent_09B16)

O desconhecimento da situação por parte dos profissionais, a necessidade de avaliar e conhecer o percurso e necessidades efetivas das jovens, leva a um corte por vezes demorado entre a sua entrada na CAE e o retomar das relações familiares e de amizade.

1.2.2 Vivência em CAE: rotinas e fugas

Esta categoria contém três subcategorias: *Regras de Funcionamento; Rotinas e Atividades e Fuga.*

Regras de funcionamento

Uma das primeiras ideias da análise dos discursos acerca da organização interna da CAE reforça o facto da vida quotidiana das jovens ser rigidamente organizada e controlada nos seus vários momentos. Em entrevista, as adolescentes identificaram um conjunto de regras que foram caracterizadas da seguinte forma:

Figura 4: Categorias de regras identificadas no discurso das adolescentes



(Figura elaborada pela investigadora)

Estas regras são a primeira perceção que a adolescente tem, assim que chega à instituição; ela reconhece-as pois as mesmas são-lhe apresentadas no primeiro contacto com os adultos da instituição, ou vai tomando conhecimento delas ao ritmo do dia-a-dia na instituição:

*“(...) normalmente eles...hã... na maioria dos casos eles costumam logo, quando nos fazem o acolhimento, estão-nos a fazer as perguntas normais, o nosso nome e isso, e estão-nos sempre a explicar as regras[...]Mais importantes: Asneiras nem pensar. Horários para levantar para deitar, temos horas certas para comer,... hum[...] Levantamo-nos por volta... temos das 9:30 até às 10:30. Ou seja, entre as 9:30 e as 10:30, quem não tem escola, tem que estar de pé, tomar banho e o pequeno almoço tomado. Quem chegar depois das 10:30 já não toma o pequeno almoço. quem não tomar o pequeno almoço, não almoça. Pronto. Hã... temos o caso também de à noite podemos sempre tomar banho. Se a ceia é a 9:30 nós às 10:30 temos de estar despachadas e na cama, com pijama vestido e deitadas na cama.
hum.. mais... fumar cá em cima, não se pode. Hã... as saídas. Temos um certo “x” de horas para cada idade. Hã... em ultimo caso, as mais velhas, se por acaso aceitarem em sair com as mais novas e se responsabilizarem por elas, as mais novas ficam a beneficiar de mais horas, nós é que perdemos. Mas pronto. Depois acho que não foi assim mais nada [...] As regras em relação aos quartos. Os quartos são abertos às 8:30 horas da noite, agora costumam-nos abrir por volta das 7:30. Entre as 7:30 e as 8:00/8:30 abrem-nos os quartos, no outro dia de manhã, o mais tardar às 10:30 / 10:45 os quartos são fechados e têm de estar arrumados ... arrumados e limpos. Depois as nossas coisas. É um exemplo, se for algo de vidro, por exemplo um perfume ou um espelho, fica na sala de educadores. Lâminas e isso, nem pensar cá dentro. Hã... espelhos, mesmo assim, eles ainda nos abrem uma ou outra exceção na sala de educadores. Hã... dizem também... em relação às nossas coisas pessoais, por exemplo, os telemóveis são recolhidos*

à 10:30. caso...caso uma de nós tenha um mp3 um mp5, uma coisa de mais valor, pode sempre guardar na sala de educadores ou mesmo na nossa mala, ou o nosso dinheiro[...] e depois de manhã, quando tivermos o banho tomado e o pequeno almoço e o quarto arrumado, entregam-nos o telemóvel (...)" (Ent_03J17)

Conforme já foi mencionado anteriormente, o acolhimento é um momento decisivo, já que a experiência vivenciada nesse momento vai influenciar o processo de adaptação da adolescente à CAE. É importante que a adolescente, desde o primeiro dia, conheça o regulamento da casa, que lhe sejam dadas a conhecer as regras e rotinas, pois é o conhecimento destas que lhe permitirá organizar-se e lidar com a angústia e ansiedade, a elaborar o sentimento de perda, diminuir o sofrimento e aumentar a probabilidade de se sentir tranquila e confiante.

Em alguns testemunhos das jovens, foi possível identificar que as regras são vividas como uma obrigação, no sentido em que têm de respeitar as indicações e orientações por parte da CAE mesmo que estas não fizessem parte do modelo a que estavam habituadas. Pode-se assim concluir que, apesar deste aspeto poder diminuir o bem estar subjetivo das adolescentes, em muitos casos a instituição é o primeiro contexto onde as jovens se sentem orientadas uma vez que se deparam com limites e regras e que possivelmente não conseguiriam ter acesso no contexto familiar.

"(...) [tipo de regras que há na CAE]...As regras básicas. Que é o jantar, fazer a cama, e não sei quê. Só que aqui eu vejo como uma obrigação e tenho que dar respeito aos funcionários que estão aqui, porque não é a minha mãe nem o meu pai. E em casa era a minha mãe e o meu pai, pronto.... eles que fizessem(...)" (Ent_05R13)

Outro aspecto emergente no discurso das entrevistadas, a propósito da filosofia de funcionamento da CAE, assenta no papel que esta instituição confere às jovens mais velhas que assumam a responsabilidade em acompanhar as adolescentes mais novas nas saídas.

Relativamente aos horários das saídas, difere de acordo com as idades das adolescentes, com o seu comportamento e cumprimento de regras.

"(...) Primeiro, eu, por exemplo...que é a primeira vez que eu saio à noite. Hoje deram das 7 da tarde... noite até às 10. Depois vão aumentando, por exemplo se eu chegar atrasada, vai diminuindo. Mas se eu cumprir as regras, chegar a horas, portar-me bem, vão-me aumentando as horas(...)" (Ent_07C17)

Existe ainda todo um ritual que precede as saídas, ou seja as jovens devem escrever uma carta ao Diretor da CAE a solicitar autorização e após avaliação, de acordo com o cumprimento de regras, tarefas, do seu comportamento e da idade da jovem é

atribuído o tempo de saída.

“(...)Há, há regras. Fazemos primeiro as tarefas todas e depois daí é que podemos ir lá abaixo para fumar[...]Je podemos, e depois a seguir ao almoço o Dr.[...] vai ver as cartas para a gente sair. Depois os cartões, a gente vai até ao fundo, que é até ao portão, damos os cartões, pomos o nosso nome e podemos sair. É fixe(...)”
(Ent_09B16)

Da análise dos discursos das jovens é possível reconhecer algumas vantagens atribuídas ao conhecimento e ao cumprimento das regras ao longo da vida na instituição:

“(...)Não podes comer se não tomares banho. Antes de tomar banho, arrumas o teu quarto. Tipo, aqui dão avaliações de 1 a 5, em arrumação do quarto, a linguagem, à noite ao deitar, quando nos vamos deitar, se não formos logo para a cama. Temos.... podemos ir para o quarto, não quer dizer que temos de dormir. Tens de ficar no teu quarto. Dão avaliações de um a 5, e aqui também temos... e essas avaliação conta para a semanada, que é de 5 euros(...)” (Ent_07C17)

As adolescentes referiram ainda que caso não cumpram com as regras e/ou com as tarefas propostas, podem ter consequências. Para além de poderem ficar sem sair, pode ainda lhes ser descontada na semanada. Numa escala de avaliação de 1 a 5, pode ser descontado 0,50€ a cada nota 1 que tenham.

“(...)numa semanada de 5 euros, cada 1 que a utente tiver em relação à semana, de 5ª a 5ª feira, que nós depois recebemos a semanada na sexta feira. Por exemplo temos 5 uns, por cada 1 são 0,50€ que descontam(...)” (Ent_03J17)

“(...)Depende da gravidade da situação. Já houve meninas apanhadas aqui a fumar dentro, tiveram que limpar...tiveram que fazer as tarefas todas das meninas cá dentro. Depois depende se for....se for repetitivamente, se fizerem sempre ,podem até ficar uma semana sem sair lá para fora, ou até 2. Depende da gravidade da situação(...)” (Ent_06I16)

Rotinas e atividades

A vivência em CAE implica um conjunto de rotinas e atividades específicas que organizam o quotidiano das adolescentes. Algumas destas rotinas e atividades consistem em: tarefas domésticas, exercício físico, dinâmicas de grupo.

“(...)cada pessoa, normalmente... Há tarefas que é só feita por uma pessoa, há outras que são 2 pessoas. E há tarefas que têm horas específicas para ser feitas, como há outras que, por exemplo, há...há tarefas como pôr o lixo. Nós só vamos despejar o lixo na ceia, que é para não ficar lixo lá acumulado. Outras têm a sala que tem que ser limpa às 2 da tarde e depois ao final da noite, antes de cearmos. Tem várias coisas(...)” (Ent_03J17)

“(...)Todas as meninas têm uma tarefa e temos de cumprir essa tarefa todos os dias. A minha é limpar a casa de banho, de manhã, e eu tenho cumprido a tarefa

todos os dias. Prontos, Quem não cumpre leva nota, uma nota negativa(...)"
(Ent_06I16)

"(...) temos o educador[...]que nos leva lá para baixo para o campo, jogamos andebol, vôlei, futebol(...)" (Ent_06I16)

"(...) temos dinâmicas de grupo[..]dançamos, fazemos umas coreografias, fazemos jogos[...]consegue-nos ajudar a pensar mais melhor das coisas que fazemos...que vamos fazer. A[...]é mais para voltarmos à sociedade com uma cabeça melhor(...)"
(Ent_07C17)

Fugas

Relativamente à fuga, que é apontada como uma característica associada aos indivíduos institucionalizados (Gomes, 2005), algumas das adolescentes (3/10) referiram já ter fugido da CAE, e noutra situação a adolescente verbalizou já ter sentido o desejo de fugir, sendo os principais motivos apresentados a vontade de voltar para perto da família ou dos amigos, os conflitos dentro da instituição (entre as adolescentes) e a ausência de liberdade. Contudo, aquando da realização da entrevista, estas mencionaram que não sentiam no momento essa necessidade e que não pretendiam voltar a fugir da instituição pelas consequências que a fuga acarreta.

"(...)Fugir. É normal que queiram fugir, é normal que fujam. Porque aqui não há liberdade como há lá fora. Aqui ...aqui temos aquela hora para estar aqui, temos de estar aqui. Se não estivermos aqui dão-nos uma abébia de 2 horas. Passados 2 horas dão-nos como fuga, mesmo que por algum motivo iremos chegar atrasadas... não interessa. Eu já pensei muitas vezes em dizer. Eu às vezes até me lembro: vou fugir. Para as minha colegas: Vou fugir. E eu sei que já podia ter fugido. Podia ter fugido, como sei que aqui colegas minhas já fugiram. já estive aqui amigas minhas dentro que estão fugidas, estão em fuga. Mas é assim, eu não vou ganhar... eu não vou ganhar nada se fugir. Porque se fugir , vai piorar o meu processo, vai voltar tudo para traz. E acho que prefiro ficar aqui 3 meses, quatro, cinco , um ano dentro, à espera de sair, do que ficar estar aqui 3 meses, duas semanas, quatro meses, e depois fugir e voltar tudo ao zero. Por isso, se fogem, cada uma tem o seu motivo para fugir. Cada um sabe de si, mas...(...)"
(Ent_05R13)

Para além dos motivos anteriores, houve ainda uma entrevistada que apontou como dois dos motivos o facto de não querer ir passar fins de semana com a mãe e por considerar que havia outras jovens que precisavam mais de estar na CAE do que ela.

"(...)Fugi porque.... é assim. Eu aqui... Eu quando vim para cá para dentro, eu disse sempre que não queria arranjar confusão aqui. Porque eu própria tenho um medo, digamos assim, tenho o medo do que eu possa fazer. E para não prejudicar nem a mim e à outra pessoa, prefiro ser eu só ...só a prejudicada. Então fugi daqui. porque era...eram muitas coisas juntas. Na altura o tribunal estava-me a obrigar a estar com a minha mãe, a passar os fim de semanas na casa da minha mãe. Há...e eu não... Na altura aceitei porque era bom para o meu processo, mas não queria. Cá dentro eu não queria, Tanto que ..

quando...quando eu via o tempo a chegar mais próximo de eu ir passar o fim de semana com ela, fugi. Porque não tinha coragem de dizer à minha técnica na cara, eu não quero ir. Passado 2 semanas, ou 1 semana, de ter ido a tribunal e ter dito que sim. Mas pronto foi muito...foi muitas confusões[...] É saber, por exemplo.. eu ver e de saber que há pessoas, minhas amigas, que precisam mais de estar aqui do que eu. Enquanto, tipo, eu tenho a minha casa, tenho isto tenho aquilo, elas não têm nada. eu estou aqui, elas... não, são... foram tipos vários prós e vários contras. Por isso, foi mesmo...em ultimo caso. Porque eu tinha dito ... já ...já é... dei de fuga 3 vezes(...)" (Ent-03J17)

A mesma jovem quando questionada sobre o que pensava dessas fugas referiu:

"(...) Agora acho que foi uma patetice. Na altura acho que foi... na altura para mim era o mais acertado. Agora acho que foi uma patetice. Porque se calhar, talvez... se eu tivesse aguentado aqui, tinha... ou tinha passado para o lar e tinha mais abébias, tipo, estava mais independente...passava-se num instante. Eu ia ..eu ia para casa e agora não, voltei à estaca zero. Voltei, o meu processo atrasou. Voltei a ter que fazer tudo de novo, a conquistar a confiança toda de novo. É mais complicado(...)" (Ent-03J17)

As adolescentes que nunca fizeram saídas não autorizadas contaram algumas histórias de outras adolescentes que tentaram fugir e, referiram que esperam nunca fazer uma fuga pois consideram que atrasa o seu processo, correndo risco de ficar mais tempo na instituição.

"(...) Não...não vou fazer isso porque ainda atrasa mais o meu processo(...)" (Ent_02L13)

"(...)É pá, eu acho que não é correto, porque estar a sair, estar a dar de fuga, só vai prejudicar o processo. E tipo, se as pessoas querem mesmo sair daqui, se vão continuar a dar de fuga, nunca mais vão sair daqui, e vai atrasando, atrasando. E eu como quero muito ir viver com a minha mãe, não vou fugir, mesmo(...)" (Ent_04F14)

Por vezes, a fuga aparece como uma forma de esquecer e de afastar os problemas do momento.

"(...) Eu não aguentava aqui muito tempo. Mas agora já estou a aguentar. Já vim cá...já vim...já dei de fuga e estou a aguentar muito bem aqui. Porque se eu fosse outra já tinha fugido outra vez...agora tenho de ter paciência, ver se consigo ir para casa, porque fugir não adianta(...)" (Ent_09B16)

Este desejo e/ou tentativa de fuga leva a refletir sobre a dificuldade de estar institucionalizado e os motivos que levam estas adolescentes a pensarem na fuga. pois estas jovens apresentam, na sua história de vida, um grande número de situações adversas, em comparação com o que seria esperado para a sua idade. Estas adolescentes nem sempre contam com uma rede de suporte familiar para as auxiliar na resolução de problemas e conflitos, por vezes verifica-se também um défice ao nível das competências no

domínio pessoal e social, o que pode aumentar a gravidade ou intensidade dos próprios problemas – e levar as adolescentes a quererem fugir, não encontrando outra alternativa de resolução das suas dificuldades.

1.2.3 Auto-percepção: o ser, os gostos, os desejos

Podemos assim dizer que auto-percepção é a percepção que o sujeito tem sobre si mesmo perante o meio envolvente. É a imagem que cria sobre ele próprio, sobre o seu auto-conceito.

Das narrativas das adolescentes em entrevista resultaram as seguintes representações de si próprias:

“(...) É assim, é porque eu sou uma rapariga com pouca paciência(...)”
(Ent_04F14)

“(...) É...eu sou muito rebelde, como a minha mãe diz. Sei muito...para a minha idade[...] eu sou o tipo de pessoa que se eu tiver que dizer alguma coisa digo e, é por isso que eu, às vezes, arranjo muita confusão (...)” (Ent_05R13)

“(...) Eu sou uma pessoa muito humilde, quando erro sou logo a primeira a pedir desculpas. Não...não...não coiso, não...comigo não há...sou a primeira a pedir desculpa e...é assim, gosto...eu gosto disso. Gosto que as pessoas reconheçam os erros e peçam desculpa pelos atos maus que fazem. E se me respeitam a mim, têm o meu respeito de volta(...)” (Ent_06I16)

Cruzando as falas das entrevistas e recorrendo à análise da técnica de colagens de imagens de revista (junto de seis participantes) e associação livre no âmbito do focus group, obtiveram-se autorrepresentações sobre a adolescência.

Nesta atividade pode-se verificar que as adolescentes tentaram encontrar imagens com as quais se identificavam em termos de gostos, ideais de vida, perspetiva atual e futura, quer pela autorrepresentação, quer pela representação das adolescentes da CAE.

Estas colagens foram fotografadas e passadas para computador, sendo apresentadas através das figuras abaixo:



Figura 5: Colagem focus group - participante 1
Legenda: Apenas a 1ª imagem está legendada – “Família” (M.)



Importa referir que as figuras 6, 7, 8 e 9 foram efetuadas pela mesma adolescente.

Figura 6: Colagem focus group - participante 2
Legenda: Na duas imagens da esquerda – “Maioria das vezes nas escolas estas pessoas representadas são tratadas e gozadas por serem “chromos”. As duas imagens do lado direito – “Na adolescência maioria das raparigas têm o hábito de seduzir os homens” A jovem assinou o nome e escreveu “obrigada” (A.)

Figura 7: Colagem focus group - participante 2
Legenda: Na 1ª imagem do lado esquerdo, legendada – “imagem n.º 1 – o álcool faz mal quando exagerado”. As restantes imagens foram legendadas da seguinte forma: n.º 2 (imagem abaixo lado esquerdo) – “Tenho namorado ele para mim é muito importante”; imagem 3, 4,5 – “o meu grande sonho é casar-me ficar grávida e ter um bebé” A jovem assinou o nome e escreveu “obrigada” (A.)

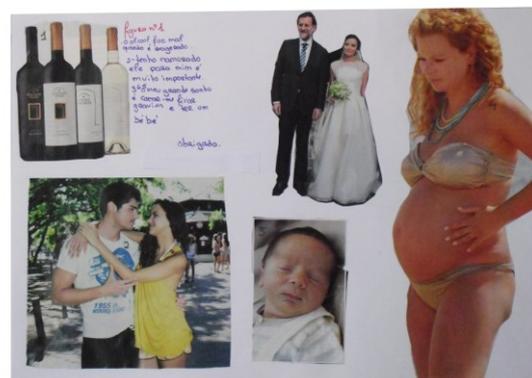


Figura 8: Colagem focus group - participante 2
Legenda: “Nós na adolescência gostamos muito destas coisas que estão nas imagens mas o melhor aqui na casa de emergência é trancarmos tudo a cadeado por causa dos roubos”. A jovem assinou o nome e escreveu “obrigada” (A.)

Figura 9: Colagem focus group - participante 2
Legenda: “Nesta folha está a representar que na adolescência temos muita mania de só comer “porcarias” e depois temos a mania das dietas”
 A jovem assinou o nome e escreveu “obrigada” (A.)



Figura 10: Colagem focus group - participante 3
Legenda: Na 1ª fila, a 1ª imagem está legendada – “Família” e no 2º bloco de imagens – “Publicidade”. Na 2ª fila, as 4 imagens estão legendadas pela ordem respetiva – “Atriz”, “cantora”, “modelo” e “modelo”. Na última fila – 1ª imagem da esquerda – “Amigos , amizade”, seguindo-se de outra imagem – “modelo”, por último – “um casal de namorados”, seguindo-se de um coração desenhado com os nomes dos atores das fotografias: “Sara + Lourenço”
 (L. 13 anos)

Figura 11: Colagem focus group - participante 4
Legenda: Na 1ª imagem do lado esquerdo – “Gostamos de nos aventurar experimentar coisas”, na imagem do meio – “As adolescentes são vaidosas gostam de se sentir bonitas”, na imagem da direita – “Em alguns casos aqui em casa é a gravidez na adolescência”, – na 1ª imagem abaixo do lado esquerdo “Uma das coisas que os jovens de hoje são as saídas à noite e nessas saídas há o consumo de álcool que às vezes acaba muito mal!!”, na última imagem da direita – “Em pleno séc. 21 o telemóvel é uma das coisas que os adolescentes não largam”
 (C. 17 anos)



Figura 12: Colagem focus group - participante 5
Legenda: “os adolescentes só querem sair à noite ter coisas finas e há alguns adolescentes que não têm nada. E há muitas pessoas que não ligam à família e outras que ligam à família. Eu muitas vezes que quero fazer dieta” (M.)



Figura 13: Colagem focus group - participante 6
Legenda: 1ª fila, as 3 primeiras imagens representam “namorados”, a última imagem – “apaixonada”; 2ª fila, a 1ª imagem representa “irmãs”, no centro a família e do lado direito “amigos”; na última fila, a primeira imagem está legendada de “namorados” seguindo-se de uma imagem de cosméticos que a jovem legendou o seguinte: “É uma das coisas que as adolescentes gostam mais” (L. 9 anos)

Com base nestas colagens e nos tópicos identificados para o focus group, foram sumarizadas no quadro 5 as associações e emoções ilustradas pelas adolescentes.

Quadro 5: Análise de representação gráfica da adolescência

| Tópicos | Associações | Emoções |
|--------------------------------------|---|--|
| Características e auto-imagem | <ul style="list-style-type: none"> • Beleza, figuras de mulheres • Auto preservação da imagem(dietas) | <ul style="list-style-type: none"> • Felicidade • Sedução • Compulsividade |
| Perspetiva atual e futura | <ul style="list-style-type: none"> • Família • Namorado • Gravidez na adolescência • Constituir família • Integração na escola • Profissão (protagonismo) | <ul style="list-style-type: none"> • Saudade • Felicidade • Responsabilidade • Felicidade • Gozo, humilhação • Notoriedade, visibilidade |
| Gostos e ideais de vida | <ul style="list-style-type: none"> • Bens materiais (álcool, produtos de beleza, telemóveis, relógio, joias, malas, carro) • Amizades • Aventuras/divertimento | <ul style="list-style-type: none"> • Sentimento de integração • Sentimento de proteção dos bens • Felicidade, suporte • Risco |

(quadro elaborado pela investigadora)

Através da análise das colagens pode-se verificar que a família é representada por 5/6 adolescentes. Indo ao encontro das ideias dos autores de referência, já anteriormente apontadas (cf. capítulo I Adolescência e Família), a família é reguladora quer ao nível do processo de desenvolvimento quer ao nível organizacional e emocional, exercendo assim a primeira influência sobre a criança. Todas as experiências formam-se tendo como base as fundações construídas na família. As adolescentes não só representaram a sua família atual como em algumas situações manifestaram vontade em constituir a sua própria família.

É ainda possível analisar a representação dos interesses atuais da adolescência, centrando-se nos bens materiais, moda, imagem, relações de afeto: amizade/namorados; consumos de álcool (3/6 adolescentes).

Para além das emoções positivas representadas, na discussão e apresentação dos trabalhos, algumas adolescentes identificaram aspetos negativos (factores de risco) vivenciados na adolescência, sendo alguns deles contextualizados na CAE.

“(...)mas o melhor aqui na casa de emergência é trancarmos tudo a cadeado por causa dos roubos” (Figura 8, participante 2)

“Em alguns casos aqui em casa é a gravidez na adolescência...Uma das coisas que os jovens de hoje são as saídas à noite e nessas saídas há o consumo de álcool que às vezes acaba muito mal!!” (Figura 11, participante 4)

Se é verdade que a construção de si é um *work in progress*, nunca acabado ou completamente cristalizado ou definitivo, a adolescência (entendida como a categoria que evoca o período em que se dão importantes transformações fisiológicas e psicológicas que elevam o sujeito da infância rumo a uma nova condição social e cultural cuja definição é, ainda assim, imprecisa) revela-se um período particularmente rico (denso e intenso) de expansão do perímetro da individualidade (Breviglieri, 2007).

As adolescentes são muito diferentes umas das outras, pode-se assim reafirmar que esta diversidade faz parte das características da adolescência, que muitas vezes é tida como passível de ser homogeneizada enquanto fase do ciclo de vida. Quando observada a maneira como cada uma das adolescentes interagiu, verificou-se que as culturas, os percursos de vida e o meio social são diferentes. Neste caso específico, o único denominador comum foi o facto de se encontrarem acolhidas numa CAE com o propósito de serem protegidas.

De uma forma geral, através deste focus group, percebeu-se que as adolescentes

também devem e querem descobrir aquilo de que gostam e o que desejam. Aquilo de que gostam resulta, evidentemente, de todo o seu passado consciente e inconsciente e, depende da identidade que elas se atribuem e em que se reconhecem, bem como do tipo de relações que estabeleceram com os pais, família e amigos.

Mudança de atitude e comportamentos

Bem (1972), defende que as atitudes são desenvolvidas por meio da observação dos próprios comportamentos e pelas conclusões retiradas sobre as causas dos mesmos.

As adolescentes nas entrevistas foram questionadas se sentiam que tinham mudado a sua forma de ser e estar desde a sua entrada na CAE, sendo que 7/10 adolescentes referiram que mudaram as suas atitudes e comportamentos. Como aspetos de mudança, pode-se verificar que estão mais conscientes de si próprias, têm uma maior noção das consequências do que faziam antes de ser acolhidas, sentem que no geral estão diferentes sem que necessariamente consigam especificar.

“(...)Houve, Houve, também... porque eu tava, gostava muito de sair de casa, ficar na rua. Aqui tenho regras, tenho horas para entrar.. horas para sair. ...sim.”
(Ent_01C16)

“(...)Mais frágil...hum...diferente, defendia sempre as pessoas que eu mais amava e amo. Sinto-me diferente(...)” (Ent_02L13)

“(...)Muito grande. Houve. É... Não em todos os aspectos, mas houve. Hã... aqui abri os olhos. Deixei de ser ...a boa pessoa, digamos assim, que eu era lá fora. Porque aqui, aqui em casa, nós temos de ter consciência de, não há amigos, muito menos conhecidas . O facto de hoje te falarem bem, amanhã estão-te a apunhalar nas costas. E então temos que saber lidar com isso. E mudou-nos. torna-nos mais fortes, hã... começamos a ter sentido de orientação, temos mais responsabilidade, apesar de termos pessoas mais velhas a tomar conta de tudo o que tenha a ver connosco. Temos sempre aquela responsabilidadehã... em cima dos ombros...mas sim, mudou-me [fez bem entrar na CAE]...Em certa parte sim. Mas, segundo o que toda a gente diz, eu desde que vim para cá fiquei um bocadinho mais criança. Ou seja, hã... o facto de, nós aqui, não estou a dizer que somos mimadas, temos uma certa regalia que noutros sítios, se calhar, não tínhamos. Eu estava habituada a viver sozinha. Tinha a minha casa. vim para aqui de novo...foi muito estranho. Aqui tenho quem me faça tudo, apesar de , não... eu não estou a dizer que gosto, só que é estranho. Isso volta-nos atrás. pronto, então aí... comecei a tornar-me um pouco mais criança, como se estivesse debaixo das saias da minha mãe. Foi um bocado estranho(...)” (Ent_03J17)

“(...) Já não sou aquele pau mandado. Já não faço o que os outros querem, apenas o que eu quero [...]Tou mais..., como é que eu hei-de de explicar? Mudei, de antes, tipo, diziam para eu fazer uma cena e eu fazia. Era bué, tipo, do género, de... ter amigos, e se eu não fizesse o que eles quisessem..... que eles não...não me aceitavam no grupo. E eu mudei completamente, já não sou essa rapariga. Então, no entanto, a minha melhor amiga vira-se para mim, e eu disse que ia fazer um piercing quando saísse de casa dos meus tios, porque os meus tios não me deixam ter piercings. Fiz o do umbigo e eles descobriram porque, eu sem querer,

usei uma camisola curta e eu espreguicei-me, e eles viram. Ya, mas deixaram passar. Disseram para tirar, eu disse que não tirava, não tirei. E a minha melhor disse, enquanto eu tivesse aqui para não fazer um piercing, que senão ia...que ela me deixava de falar. E eu disse mesmo, se eu quisesse fazer o piercing, faço. No entanto ontem fiz este piercing, por acaso não é o piercing o que eu queria fazer era da língua e do nariz. Mas eu fiz este, como me disseram que ficavam bem. Fiz esse piercing, e o meu ex-namorado foi-lhe dizer. Porque ele sabia e foi-lhe dizer. E ela no entanto ficou chateada comigo e disse... e disse enquanto eu não tirasse o piercing eu não ia falar. E eu disse-lhe mesmo, não vou tirar o piercing. Podes não falar comigo mas eu não vou tirar o piercing. Já não sou aquela pessoa que tu conhecias. Mudei bastante mesmo(...)" (Ent_04F14)

"(...) Disseram-me, tu vais para lá...aquilo não é a tua casa [...]. Foi o que me disseram, aquilo não é a tua casa e no momento em que entras lá, tu tens de mudar. O problema é que eu vou continuar...a minha forma de ser e o meu feitio vai continuar a ser igual, talvez não faça é as mesmas coisas (...)" (Ent_05R13)

"(...)Já cresci...já penso melhor...não faço as mesmas asneiras que fazia antes[...] Nada a ver...a minha mentalidade. Já não pensava como antes. Eu antes pensava que as coisas que fazia não dava consequências...tanta coisa(...)" (Ent_07C17)

"(...)Oh! Eu acho que sim, mudei um bocadinho, não muito, mas mudei! [...]Jeu quando estava lá fora, eu portava-me, assim vá, um bocadinho mal, respondia mal aos pais um bocadinho. Mas nunca levava porrada deles, só levei uma vez uma palmada ou duas do meu pai, mas foi quando eu era mais pequenina. Mas de resto...gostava de andar na rua às tantas da noite. Agora desde que vim para aqui, estou-me a portar melhor, já não respondo às pessoas. Às vezes há umas confusões, mas depois fica tudo amigas...amigas(...)" (Ent_09B16)

Nestes sete casos, estas mudanças pessoais e de atitudes ocorrem devido a situações e acontecimentos no seu percurso de vida que lhes causaram muito sofrimento e à experiência com erros que cometeram mas, que hoje, mudaram a forma como encaram a vida, capacitando-as e ajudando-as a lidar com as adversidades e constrangimentos que se colocam pela frente.

Esta auto-imagem dita "melhorada" é relacionada com o facto de terem desenvolvido, ao longo do sua trajetória de vida, várias capacidades e qualidades pessoais, grande parte delas com a experiência vivenciada na instituição, nomeadamente, responsabilidade, preocupação, confiança, segurança, atitude positiva, desinibição e de certa forma aprender a relativizar os problemas.

1.2.4 Perspetivas futuras: entre o certo e o incerto

Esta categoria engloba três subcategorias: *Saída da CAE; Escolar/Profissional e Autonomia/Liberdade.*

É importante salientar que as adolescentes tendem a manifestar uma certa dificuldade em refletir sobre o próprio futuro. Deste modo, as instituições devem ser responsáveis por preparar as jovens para o seu futuro. Com efeito, Zurita & Fernández del Valle, 1996, citado em Martins, 2004, entendem que ainda durante o processo de institucionalização, deve ser realizado um trabalho com os jovens de modo a sensibilizá-los para o futuro, prepará-los para a independência e propiciar-lhes condições favorecedoras para que, ao longo do tempo, se sintam mais capazes de se auto-gerir.

“(...)Sei lá, sinceramente ainda não tou a pensar nisso. Eu gosto de viver um dia de cada vez, mas sim também penso no futuro. Mas... agora assim, não tenho planos nenhuns. Tenho muito que pensar... noutras coisas...sei lá(...)”
(Ent_01C16)

Saída da CAE

A saída da instituição é referida por (9/10) das adolescentes entrevistadas como algo que ambicionam – *“(...) Sinto falta dos meus pais , da minha família, gostava agora de estar com eles e não estou(...)”* (Ent_09B16)

Estes dados vão ao encontro dos resultados de Carvalho e Manita (2010) que consideram que o desejo de voltar a casa está constantemente presente nos discursos dos adolescentes institucionalizados. Apesar de as instituições serem consideradas importantes na vida de quem nelas vive, a verdade é que a necessidade de estar com a família, de sentir liberdade e autonomia é mais forte e leva os adolescentes a pensar que o voltar a casa seria a melhor coisa do mundo (Amado, et al., 2003).

Associada à saída da instituição está a “vivência com a família” como um ideal não atingido relatado por (07/10) adolescentes.

As adolescentes desejam esta aproximação com o ambiente familiar, uma vez que este é um forte factor na construção do bem-estar psicológico (Boeckel & Sarriera, 2006) e também por ser considerado um factor de proteção (Mota & Matos, 2008). Quando questionadas sobre o que gostariam que acontecesse, as adolescentes referiram que queriam ir para casa dos pais.

“(...)para casa dos pais(...)” (Ent_10L9)

“(...) quando sair daqui do colégio, ou de outro colégio qualquer, eu vou para casa da minha mãe de certeza. Se não vou para casa da minha mãe, vou para casa do meu pai(...)” (Ent_05R13)

Neste sentido, sabe-se que todas as crianças e jovens que são separados dos seus pais sofrem devido aos sentimentos de perda, solidão e vazio e à necessidade de adaptação ao desconhecido (Amado et al., 2003). Para além disto, este sentimento de ruptura e separação com a família gera saudades, tristezas, inseguranças e medos que mostram o quanto as crianças precisam e desejam a convivência familiar (Hecht & Silva, 2009).

A própria CAE pela sua filosofia de intervenção, tendo por finalidade o acolhimento urgente e transitório, conforme anteriormente mencionado nos testemunhos das adolescentes, implica a sua saída, quer para a família ou Lar de Infância e Juventude, com uma medida de acolhimento de carácter prolongado ou medida para autonomia de vida, conforme suscitar o diagnóstico preliminar realizado.

"(...)como isto é uma casa de acolhimento de emergência. Eu posso... fico aqui durante uns tempos e depois vou para um outro. Oh... até posso ir para outro, dali ao lado, do lar. Mas, não sei... Isso não... aqui ninguém fica aqui permanente. tipo, Isso não é um colégio que coiso, é só uma casa de emergência, e pessoas que entram para cá em situações graves de emergência, ficam aqui, e depois eles falam com os tribunais, reunidos...tudo, vão para outros(...)" (Ent_01C16)

Esta situação é vista pela maioria das adolescentes como um aspeto desfavorável, pois implica uma mudança, rutura e uma nova adaptação. Quando questionadas sobre o que sentem, identificam uma nova perda.

"(...)Sinto-me mal ! Sinto-me ...que tipo... conheço pessoas num lado, crio laços significativos com eles e depois tenho que me ir embora.. e deixa-las para traz. É muito.. dói um pouco, mas ...faz parte(...)" (Ent_01C16)

"(...) senti-me mal, não é. Depois é muita mudança na vida, porque já nos habituamos a isto. Depois vamos para outro centro, obviamente tem novas regras, novas rotinas e, depois temos que adaptar novamente(...)" (Ent_06I16)

Escolar / profissional

Do âmbito escolar/profissional, apenas (4/10) das adolescentes apresentaram ambições futuras. Um referiram que estão à espera de sair da instituição para voltar a estudar.

"(...) estou à espera de ir para casa para me inscrever no centro de formação(...)" (Ent_03J17)

"(...) gostava de ser bombeira, mas depois, com essa pessoa, não vai deixar ser. Eu acho que vou tirar um curso de desporto e depois vou tirar um curso de

tratadora de animais. Assim já tenho duas, duas profissões que posso escolher(...)
(Ent_08R16)

Pelas características das adolescentes e respetivo percurso de vida torna-se perceptível a difícil integração no sistema de ensino regular. Fazendo referência ao quadro 2 da caracterização da amostra apresentado no capítulo anterior, pode-se verificar que pelo critério idade, os níveis de escolaridade das adolescentes são médio-baixo.

Nas entrevistas, de uma forma geral, quase todas as adolescentes que não se encontram na escola, vivenciaram um abandono escolar prolongado, retenções ou absentismo regular. No entanto, manifestaram interesse, caso voltassem a estudar, a ingressar num curso de formação profissional.

Foi possível verificar que este interesse é fruto dos seus gostos mas também por identificação ao planeamento e estrutura dos cursos pela sua vertente mais profissionalizante, dando, aquando a sua conclusão, maior possibilidade de entrarem no mercado de trabalho.

Foi ainda possível analisar através do discurso das adolescentes que a sua (re)integração escolar é morosa, aquando do seu acolhimento na CAE, devido ao facto de terem de esperar pela transferência do seu processo escolar e posterior avaliação.

Autonomia/liberdade

A adolescência abrange, além da puberdade, os componentes psicológicos e sociais característicos dessa fase da vida. Está sujeita, portanto, a influências sociais e culturais. Quanto ao desenvolvimento, sabe-se que a adolescência é um período difícil, onde o indivíduo se prepara igualmente para o exercício pleno da sua autonomia.

O adolescente começa a ter necessidade de conquistar o domínio de si próprio e obter um espaço mental para refletir e para se relacionar fora da família. O processo de autonomia é progressivo, iniciando-se muitas vezes na puberdade e atingindo o seu pleno na fase final da adolescência.

Para se entender melhor o processo de autonomia é necessário conhecermos os quotidianos adolescentes atuais. Machado Pais (1993) afirma mesmo que a adolescência é cada vez mais uma série de quotidianos, onde as formas de cultura juvenil podem emergir.

Relativamente à autonomia/liberdade, foi possível verificar que algumas destas adolescentes, sobretudo as mais velhas, perspetivam a sua saída como uma integração num processo de autonomização.

“(...) Como já tenho as coisas...a minha vida um pouco mais organizada, já só me falta arranjar trabalho, ando a ver trabalho e, falta-me só concluir o 9º ano. Com o tempo vou tentar fazer o resto, aos 18 anos saio...saio daqui(...)” (Ent_03J17)

“(...) daqui a 2 anos, espero estar em Inglaterra com o meu namorado(...)” (Ent_06I16)

“(...)querem fazer tipo, um plano de autonomia comigo, mas para isso eu preciso de acabar o nono ano. Já...estou atinada na escola, estou a tirar boas notas e quês...e querem-me pôr a trabalhar, mas também sem o nono ano não posso trabalhar[...] quero voltar para casa, mas se não der...gostava de ter o meu emprego, a minha casa(...)” (Ent_07C17)

Conclusões

Este estudo procurou centrar a sua análise nas percepções das adolescentes sobre o acolhimento de emergência e as suas experiências de vivência em CAE.

Na sua especificidade enquanto resposta de proteção imediata, a opção pelo acolhimento transitório e de curta duração, proporcionado pela CAE assume um papel importante quando se entende ser necessário retirar as adolescentes do seu contexto familiar por perigo iminente de vida.

Partindo-se de uma realidade social existente de maus tratos e da necessidade de promover a proteção das crianças e jovens tornou-se importante perceber não só o significado que o acolhimento desempenhou nas suas vidas, mas também identificar outros fatores igualmente influentes.

Com base no referencial teórico constante no Capítulo - I adotou-se uma perspectiva ecológica e reconhecendo a complexidade de fatores que condicionam a experiência individual, optou-se por explorar através de um estudo de caso qualitativo, o significado da vivência em CAE. Não a isolando ou abstraindo do contexto societário envolvente, tiveram-se em conta outros aspectos susceptíveis de influenciar esta vivência, nomeadamente, as características individuais das adolescentes, as emoções, a sua trajetória de vida, as condições da instituição, as relações privilegiadas e de suporte (família, amigos, pares e adultos da CAE), a escola e outros serviços utilizados.

Neste sentido, recorreu-se a uma amostragem de conveniência constituída por dez adolescentes no caso da entrevista semiestruturada e seis adolescentes no caso do focus group, tendo-se procedido à análise categorial dos dados recolhidos.

Sendo uma investigação qualitativa, considera-se que o principal constrangimento é a subjetividade da interpretação, colocando assim, a pesquisa mais permeável a enviesamentos. Considerando que os métodos e técnicas da abordagem qualitativa são os mais indicados para captar o pensar e o sentir das adolescentes, foram tidos determinados procedimentos metodológicos (constantes no Capítulo – II) que contrariam enviesamentos nos resultados obtidos.

Os elementos recolhidos revelam que todas as adolescentes que participaram no estudo de caso apresentam um percurso biográfico pré-acolhimento, onde predomina a existência de múltiplos factores de risco que condicionaram a trajetória de vida, expondo-as a situações de desinserção, exclusão e até de perigo para a sua integridade física, social e

emocional, culminando na situação de perigo iminente de vida e o conseqüente acolhimento na CAE.

Enquanto que o discurso jurídico normativo é legitimador de uma imagem da criança/jovem participativa nas decisões sobre o seu processo de vida, no caso específico desta investigação, esta imagem esbate-se nas vozes de várias adolescentes. Nos resultados, pôde-se verificar que a maioria das Jovens não participaram na decisão do seu acolhimento, nem sequer foram informadas dessa possibilidade.

Apesar de algumas adolescentes considerarem terem sido bem acolhidas, todas recordam a chegada e os primeiros tempos do acolhimento como tendo sido marcados por grandes dificuldades e sofrimento, essencialmente pela separação abrupta das suas famílias, dos amigos. Este momento levou as adolescentes a sentimentos de desamparo; abandono; revolta; confusão; tristeza; sentimento de punição e também sensação de aprisionamento e privação de liberdade.

Pode-se, pois, afirmar que existe uma contradição entre o discurso legislativo e o sentir das adolescentes, bem como inferir que a retirada do contexto vivencial sem consentimento, nem aviso prévio, é sentida como um ato de violência simbólica. Revela-se assim, no dizer das jovens ser fundamental dar uma especial atenção ao momento da retirada da família, tendo em consideração as especificidades de cada uma, o seu estado emocional e os motivos do acolhimento. É sentida como importante a preparação para a entrada na CAE pela família ou por algum profissional, o direito à informação e a participação nas decisões.

Quando finalmente se decide, administrativa ou judicialmente, pelo acolhimento de emergência, a mentira ou a omissão parecem ser opções estratégicas de alguns técnicos que acompanham na retirada e das autoridades policiais. A intenção será "dominar" as jovens e prevenir a sua fuga. Talvez se consiga que assim, efetivamente cheguem à CAE, mas a desconfiança e o descrédito nos adultos ficará incontornavelmente mais fortalecida e acontece que acaba por incentivar, posteriormente, o desejo de fuga.

O princípio da proporcionalidade e adequação da medida de promoção e proteção a aplicar não parece ser respeitado, criando nas jovens um sentimento de indignação face à incoerência dum sistema que se quer protetor. Neste sentido importa recordar a LPCJP no art.º 4, alínea e) que refere que a intervenção deve ser a necessária e adequada à situação de perigo que a criança/jovem se encontra no momento da decisão e apenas deve interferir

na sua vida e da sua família na medida do estritamente necessário ao afastamento do perigo.

Uma das questões orientadoras da presente investigação centrou-se na percepção que as adolescentes têm sobre as causas que levaram ao acolhimento e a aceitação das mesmas.

Dos resultados obtidos, podemos afirmar que a noção de perigo, em abstracto, é clara para as jovens, ainda que em alguns casos não houvesse uma clara percepção do perigo a que as próprias estavam expostas.

Os discursos acerca dos motivos que conduziram à situação de acolhimento são por vezes pouco claros e até contraditórios, uma vez que algumas adolescentes continuam a questionar-se do real motivo, não tendo encontrado uma explicação suficientemente consistente.

É ainda notório nos testemunhos de algumas adolescentes, a existência de um sentimento de punição, sentindo de que foram penalizadas “aos olhares dos outros” por deixarem a sua família em prol de uma vida melhor, ou ainda por terem sido responsáveis por fazerem passar a família por uma situação difícil que culminou no acolhimento.

Pode-se assim concluir que a retirada à família é na sua maioria incompreendida. O pedido de proteção não oferece uma resposta útil, no tempo e na qualidade, às expetativas e necessidades das adolescentes quanto ao bem estar, satisfação com a vida e esperança no futuro.

Independentemente de as adolescentes não compreenderem ou de não aceitarem a decisão de acolhimento e todas referirem que preferem estar com a família, a maioria das adolescentes declararam gostar de estar na CAE e consideram que este tipo de casas são benéficas para as crianças/adolescentes em situação de perigo.

Este resultado vai ao encontro de uma outra questão fundamental desta pesquisa, o tempo de vida na CAE é sempre uma interrupção no percurso, mas será um episódio a relembrar como positivo ou como negativo?

A pesquisa empírica revela uma ambivalência constante no sentimento das adolescentes.

É notório que o sistema que se pretende promotor de direitos e protetor face aos perigos vivenciados, contém ele próprio, forças e oportunidades mas também fragilidades e ameaças para as adolescentes.

A CAE materializa esse paradoxo, que é o de permitir um imediato e oportuno acolhimento face a inaceitáveis perigos a que urge pôr termo, mas, para afinal, imporem a

cada jovem um impasse temporal incompatível com a necessidade de estabilização emocional ou contenção e pacificação a nível do sofrimento psíquico que todas carregam.

A permanência em CAE tende a estender-se por períodos mais longos sem no entanto, poder constituir-se como uma “opção de permanência” na definição de projeto de vida. As jovens, ao tomarem conhecimento da imprevisibilidade do tempo de permanência na CAE e de terem de passar por um encaminhamento subsequente para CAT ou LIJ, não se vinculam, provocando nelas uma situação de instabilidade. Tendendo, talvez por isso, a não se comprometer muito com um espaço onde permanecerão por tempo indeterminado, as adolescentes reconhecem e valorizam a empatia dos cuidadores e sentem como muito importante o estabelecimento de limites educativos.

Apesar das adolescentes terem conhecimento que a CAE é uma resposta transitória, no que se refere à saída da instituição, pode-se verificar que do ponto de vista emocional, a apreciação é predominantemente negativa. A maioria das adolescentes revelaram fragilidade emocional pela falta de preparação psicológica para a saída da CAE, pelo desconhecimento do seu projeto de vida, pela rutura de laços afetivos que foram construindo na CAE e pelo sentimento de pertença ao espaço da CAE.

As Jovens têm, assim, uma clara noção sobre a situação em que se encontram e relativizam a sua ‘sorte’ – ‘antes uma CAE, do que uma outra instituição’. Dizem perceber que o sistema não dispõe de recursos institucionais suficientes e por isso, tendencialmente poderão ficar mais tempo em CAE, imaginando o local institucional seguinte, para onde terão de ir para o “‘processo’ chegar ao fim”. No entanto é importante reforçar que ao longo dos discursos das adolescentes, a sua vontade é de poderem sair definitivamente para junto dos seus familiares ou das pessoas de quem gostam.

A vontade manifesta de regresso à família, constitui um dos principais motivos apresentados pelas jovens como justificação das fugas da CAE.

Outros motivos atribuídos às fugas resultam da vontade em estar com os amigos, dos conflitos dentro da instituição (entre as adolescentes) e da ausência de liberdade. Estes motivos são alguns dos aspectos desfavoráveis da vivência em CAE referidos pelas adolescentes, a par com as dinâmicas de socialização e relação entre pares e os roubos entre elas. São ainda referidos aspetos relacionados com a resistência a algumas das tarefas que têm de executar dentro da CAE e das regras estabelecidas.

No entanto ao longo das entrevistas, foi perceptível algumas ambivalências nas respostas das adolescentes relativamente às regras. Por um lado responderam que deveria haver menos regras e simultaneamente consideraram que essas regras eram importantes.

Como aspectos favoráveis vivenciados na CAE, as adolescentes apontaram o ambiente familiar, o relacionamento com os técnicos e educadores, um certo equilíbrio disciplina-liberdade, as condições básicas e logísticas, bem como o apoio e a segurança oferecidas pela CAE.

Relativamente a mudança de atitudes e comportamentos atribuídos pelas adolescentes à vivência na CAE, referiram que estão mais conscientes de si próprias, têm uma maior noção das consequências do que faziam antes de ser acolhidas, sentem que no geral estão diferentes sem que necessariamente consigam especificar bem porquê e como.

Esta mudança de auto-percepção é relacionada com o facto de terem desenvolvido, ao longo do sua trajetória de vida, várias capacidades e qualidades pessoais, grande parte delas com a experiência vivenciada na instituição, nomeadamente, responsabilidade, preocupação, confiança, segurança, atitude positiva, desinibição e de certa forma aprender a relativizar os problemas.

As adolescentes verbalizaram que querem descobrir aquilo de que gostam e concretizar o que desejam. Os desejos apontam sobretudo para um futuro idealizado, quase perfeito, 'ser modelo, ser cantora, ser atriz, ter família, casar e ter filhos, ter amigos, ser bonita e sedutora, ter joias, ser feliz'.

Aquilo de que gostam resulta, evidentemente, de todo o seu passado consciente e inconsciente e, depende da identidade que elas se atribuem e em que se reconhecem, bem como do tipo de relações que estabeleceram com os pais, família e amigos.

Quer a nível dos referenciais teóricos de suporte à investigação, quer a nível da pesquisa empírica, pode perceber-se que as adolescentes que passaram por situações de perigo, e conseqüente institucionalização, evidenciam o desejo de participar e querem ter uma voz ativa nas decisões que as afetam, no fluir e no rumo da sua existência, enquanto atores sociais e enquanto especialistas das suas próprias vidas.

Muito embora as conclusões desta investigação sejam limitadas e não generalizáveis, não se pode ignorar o que foi revelado por este pequeno grupo de adolescentes, de uma forma consentida e sem contrapartidas que não fosse a participação num estudo académico.

Sendo diminutos os estudos que incidem sobre os testemunhos 'descomprometidos' e histórias de vida de jovens acolhidas em instituições, este será certamente um elemento

desencadeador de questionamentos e problematizações sobre as potencialidades e as limitações do acolhimento de emergência, na perceção de quem o vive.

Muitas das questões colocadas merecem um aprofundamento, para reforço ou para aprofundamento e descoberta de outros modos, de perceber e responder a vidas marcadas por factores de risco e por perigos iminentes.

Ao pensar nas respostas sociais, em outras medidas legislativas e outros dispositivos operativos, também seria importante olhar a trajetória das famílias e perceber possibilidades de prevenção.

Como sugestões futuras de investigação sobre o tema, aponta-se um estudo temporal comparativo longitudinal sobre a perceção do acolhimento, ou seja, seria interessante perceber se as participantes, após o percurso institucional, teriam a mesma perceção do acolhimento de emergência.

Poder-se-á ainda pensar na investigação de um estudo semelhante com uma amostra numa faixa etária inferior, com o objetivo de se perceber se o critério idade tem influências na perceção sobre o acolhimento de emergência. De igual forma, também se poderá investigar se o critério género tem ou não influências face à perceção do acolhimento de emergência, recorrendo a uma amostra do sexo masculino.

Bibliografia

ALARCÃO, Madalena (2000). *Desequilíbrios Familiares*. Coimbra, Quarteto.

ALBARELLO, Luc; Digneffe, Françoise; Hiernaux, Jean-Pierre; Ruquoy, Danielle; de saint-Georges, Pierre, *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais, Trajetos*. Gradiva.

ALBERTO, Isabel Marques (2002). “Como Pássaros em Gaiolas?” *Reflexões em torno da institucionalização de menores em risco*. In Carla Machado, Rui Abrunhosa Gonçalves (Coords.). *Violência e Vítimas de Crimes – Vol. 2 – Crianças*. Coimbra, Quarteto.

ALMEIDA, João F. & Pinto, José M. (1990). *A Investigação nas Ciências Sociais*. Lisboa, Presença.

ALVES, S. (2007). *Filhos da Madrugada – Percursos de Adolescentes em Lares de Infância e Juventude*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

AMADO, J., Ribeiro, F., Limão, I., & Pacheco, V. (2003). *A escola e os alunos institucionalizados*. Lisboa: Departamento da Educação Básica: Grafis CRL.

ATWOOL, N. (2006). Attachment and resilience: Implications for children in care. *Child Care in Practise*, 12(4), 315-330.

BARDIN, L. (2009). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

BEM, D. J. (1972). *Self-perception theory*. In L. Berkowitz (Ed.), *Advances in Experimental Social psychology*, Vol. 6, 1-62. New York: Academic Press.

<http://www.dbem.ws/SP%20Theory.pdf>

BIZARRO, L. (1999). *O bem-estar psicológico durante a adolescência*. Tese de doutoramento inédita, Universidade de Lisboa, Departamento de Psicologia Clínica da Faculdade de Psicologia, Lisboa.

BOECKEL, M.G., & Sarriera, J.C. (2006). Parental styles, attributional styles and psychological wellbeing in young adults attending universities. *Research Original*, 16 (3), 53-65.

BOWLBY, J. (1998a). *Separação: Angústia e raiva* (Vol. 2). São Paulo: Martins Fontes.

BREVIGLIERI, Marc. (2007). Ouvrir le monde en personne. Une anthropologie des adolescences. In *Adolescences méditerranéennes*, eds. M. Breviglieri e V. Cicchelli. Paris: L'Harmattan.

BRONFENBRENNER, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano*. Porto Alegre: Artes Médicas. (obra original publicada em 1979).

BRONFENBRENNER, Urie (1989). *Ecological Systems Theory*. In Vasta, R. (Ed), *Annals Of, Child Development*, Volume 6, 187-249. Greenwich, JAI Pres.

BRONFENBRENNER, Urie (1979). *The Ecology of Human Development: Experiments by Nature and Design*. Cambridge, Havard University Press.

BRONFENBRENNER, Urie (1977). *Toward and Experimental Ecology of Human Development*. In *American Psychologist*, 32, 513-531.

CANHA, Jeni (2000). *Criança Maltratada – O papel de uma pessoa de referência na sua recuperação – Estudo prospetivo de 5 anos*. Coimbra, Quarteto.

CARVALHO, T. & Manita, C. (2010) Percepções de crianças e adolescentes institucionalizados sobre o processo de institucionalização e a experiência na instituição. In C. Nogueira, I. Silva, L. Lima, A.T. Almeida, R. Cabecinhas, R. Gomes, C. Machado, A. Maia, A. Sampaio, & M. C. Taveira (Eds.). *Atas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia* (pp. 3326-3335). Universidade do Minho. Braga.

CHISHOLM, K. (1998). A three year follow-up of attachment and indiscriminate friendliness in children adopted from Romanian orphanages. *Child Development*, 69, 1092-1106.

CLEMENTE, Rosa (2000). *Respostas Sociais e Institucionais: Recursos Disponíveis*. In *Direito Tutelar de Menores – O Sistema em Mudança* (2002), 47-58. Coimbra, Coimbra Editora.

COIE, J. D., Watt, N. F., West, S. G., Hawkins, J. D., Asarnow, J. R., Markman, H. J., Raney, S. L., Shure, M. B., & Long, B. (1993). *The science of prevention. A conceptual framework and some directions for a national research program*. *American Psychologist*, 48, 1013-1022.

COWAN, P. A., Cowan, C. P., & Schulz, M. S. (1996). *Thinking about risk and resilience in families*. In E. M. Hetherington & E. A. Blechmen (Eds.), *Stress, coping, and resiliency in children and families* (pp. 50-87). New Jersey: LEA Books.

Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco (2013). *Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ de 2012*.

Decreto-Lei n.º 2/86, publicado no D.R. n.º 1/86, Série I, de 2 de janeiro de 1986.

DORON, R., & Parot, F. (2001). *Dicionário de Psicologia* (1a ed.). Lisboa: Climepsi.

EINSENSTEIN, Evelyn; Souza, Ronald P (1993). *Situações de Risco à Saúde de Crianças e Adolescentes*. Petrópolis: Cenespa.

FERREIRA, Jorge (2009). *Serviço Social e Modelos de Bem-Estar para a Infância: Modus operandi do assistente social na promoção da proteção à criança e à família*. Tese de doutoramento, departamento de sociologia do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

FERREIRA, M. e Sarmiento, M. J. (2008). *Subjetividade e bem-estar das crianças: (in) visibilidade e voz*. São Carlos, SP: UFSCar, v.2, no. 2, p. 60-91. Disponível em <http://www.reveduc.ufscar.br>.

FLICK, U. (2002) *An Introduction to Qualitative, Research*, 2nd edn. London, Sage.

FONSECA, António Castro (2000). *Crianças e Jovens em Risco: Análise de algumas questões atuais*. In *Crianças e Jovens em Risco* (2004), 11-36. Coimbra, Almedina.

FONSECA, Carla (2000). *A Proteção das Crianças e Jovens: Fatores de Legitimação e Objetivos*. In *Direito Tutelar de Menores – O Sistema em Mudança* (2002), 9-15. Coimbra, Coimbra Editora.

FREITAS, M. (2009). *Valores morais e auto-conceito das crianças e jovens institucionalizados*. Dissertação de Mestrado em Filosofia. Faculdade de Filosofia. Universidade Católica Portuguesa.

GIDDENS, Anthony (2000), *O Mundo na Era da Globalização*, Lisboa, Editorial Presença.

GOFFMAN, Erving (1974). *Manicómios, prisões e conventos*. São Paulo, Perspetiva.

GOMES, A. (2007) *Apontamentos sobre a investigação sociológica: possibilidades e caminhos da pesquisa*. Rev. Lusófona de Educação, n.º 10, p.51 – 61.

GOMES, Isabel (2010). *Acreditar no Futuro*, Isabel Gomes e Texto Editores, Revisão Eda Lyra.

GOMES, M (Coord). (2005). *Percursos de vida dos jovens após a saída de Lares de Infância e Juventude*. Lisboa. Centro de Estudos Territoriais, Ed. ISCTE.

GUERRA, I.(2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo – Sentidos e formas de uso*. Cascais, Principia.

HAMBURG, D. (1999). Preparing for life: The critical transition of adolescence. In R. Muuss & H. Porton (Eds.) *Adolescent behaviours and society*. A book of readings (p.4-10), NY: McGraw-Hill.

HERNANDEZ, Maria Dolores Garcia; Rodriguez, Gloria Ramirez & Zamora, Alinson Lima (1998). *La Construcción de Valores en La Familia*. In Rodrigo, Maria José & Palácios, Jesus (Coords), *Família y Desarrollo Humano* (1998), 25-44. Madrid, Alianza Editorial.

HECHT, B., & Silva, R. (2009). *Crianças institucionalizadas: A construção psíquica a partir da privação do vínculo materno*. Faculdade de Psicologia. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Brasil.

Instituto para o Desenvolvimento Social do Ministério do Trabalho e da Solidariedade (2000). *Lares de crianças e jovens*. Caracterização e dinâmicas de funcionamento.

Instituto da Segurança Social, IP (2013). *Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens(CASA)* de 2012.

Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo – Lei n.º 147/99 de 1 de setembro.

LIMA, L. (2000). *Adolescência e as crenças familiares: um estudo exploratório*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. (não publicada). Coimbra.

MACHADO, Carla e Gonçalves, Rui Abrunhosa (2002), *violência e vítimas de crimes*, vol.2 – Crianças, 1ª Ed., Coimbra Quarteto.

MACHADO PAIS, J. (1993), *Adolescência e Autonomia* Porto, Edições Afrontamento.

MACLEAN, K. (2003). *The impact of institutionalization on child development. Development and Psychopathology, 15*, 853-884.

MAGALHÃES, T. (2005). *Maus tratos em crianças e jovens*. Coimbra: Quarteto.

MAGALHÃES, Teresa (2002). *Maus Tratos em Crianças e Jovens*. Coimbra, Quarteto

MARQUES-TEIXEIRA, J. (2000). *Fatores de risco e fatores de proteção de comportamentos delinquentes em adolescentes do Porto. Olhares Seguros, 2*, 9-15.

MARTINEZ, R., Leote, M. J., São José, M., Vissrom, N., & Vissrom, N. V. (2004). *Estruturas de acolhimento de Crianças e Jovens em Lares*.

MARTINS, Paula Cristina (2002). *Maus-Tratos a Crianças – O perfil de um problema*. Braga, Centro de Estudos da Criança – Universidade do Minho.

MARTINS, Rosa Cândido (2004). *Poder Paternal vs Autonomia da Criança e do Adolescente*. In “Lex Familiae” Revista Portuguesa de Direito da Família, N.º 1. Centro de Direito da Família.

MARTINS, M. (2005). Contribuições para a análise de crianças e jovens em situação de risco – resiliência e desenvolvimento. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve.

MAXWELL, A. (1996). *Qualitative Research Design – An Interactive Approach*, Vol.41, 17 - 98.

Mirón, L. (1990). *Familia, grupo de iguais y empatía: Hacia un modelo explicativo de la delincuencia juvenil*. Tese de Doutoramento. Espanha: Faculdade de Filosofia e Ciências da Educação da Universidade de Santiago de Compostela.

MOTA, C., & Matos, P. (2008). Adolescência e institucionalização numa perspectiva de vinculação. *Psicologia & Sociedade*, 20 (3), 367-377.

MYERS, D.G. (2006). *Psicologia*. (7.^a ed.). Rio de Janeiro: LTC.

ORFORD, J. (1992). *Community psychology: Theory and practice*. New York: Wiley.

OSTERRIETH, Paul (1975). *A Criança e a Família*. 3^a Edição. Mem-Martins, Publicações Europa América.

PALÁCIOS, Jesus; Jiménez, Jesus; Oliva, Alfredo & Saldâna, David (1998), *Malos Tratos a Los Niños en La Familia*. In Rodrigo, Maria José & Palácios, Jesús (Coord), *Família y Desarrollo Humano* (1998), 309-421. Madrid, Alianza Editorial.

PALÁCIOS, Jesus & Rodrigo, Maria José (1998). *La Familia Como Contexto de Desarrollo Humano*. In Rodrigo, Maria José & Palácios, Jesús (Coord), *Família y Desarrollo Humano* (1998), 25-44. Madrid, Alianza Editorial.

PEREIRA, A.P.S.(2002). Análise das condições de risco numa perspetiva ecológica. *Revista inclusão*, 2, 75-90.

POUSSIN, Gérard (1993). *Psychologie de La Fonction Parentale*. Toulouse, Privat.

Proposta de Lei n.º 265/VII de 17 de abril de 1999.

QUINTÃNS, C. (2009). Era uma vez a instituição onde cresci: Narrativas de adultos sobre experiências de institucionalização. Tese de mestrado, pela Universidade do Minho.

QUIVY, Raymond & Campenhoudt, LucVan (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 2.ª Edição. Lisboa, Gradiva.

RAYMOND, M-Th (1996). *Reflexões sobre o acompanhamento em instituição de adolescentes difíceis*. *Infância e Juventude*, 3, 115-116.

RODRIGUES, Almiro (1996). *Da interdisciplinariedade às Comissões de Proteção de Menores*. *Revista Infância e Juventude*, 96. 1, 53-90. Lisboa, Ministério da Justiça.

ROLLINSON, R. (2004). Children and young people in institutions: «The real possibility of life». Conferência. Lisboa: Casa Pia de Lisboa.

SÁ, Eduardo (2002). *Adolescentes Somos Nós*. Fim de Século.

SAMPAIO, Daniel (1994). *Inventem-se novos pais*. 5ª edição. Editorial Caminho, SA, Lisboa.

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (2004). *Estudo das Trajetórias de Vida das Crianças e Jovens Saídas dos Lares da SCML: 1986 - 2001*.

SARACENO, Chiara (1992). *Sociologia da Família*. Lisboa, Editorial Estampa.

SIQUEIRA, A. C., Betts, M., & Dell'Aglio, D.D. (2006). *A rede de apoio social e afetivo de adolescentes institucionalizados no sul do Brasil*. *Revista Interamericana de Psicologia*, 40(2), 149-158.

SIQUEIRA, A. C., & Dell'Aglio, D. D. (2006). *O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: Uma revisão de literatura*. *Psicologia e Sociedade*, 18, 71-80.

SOARES, Isabel Maria Costa - *Representação da vinculação na idade adulta e na adolescência. Estudo intergeracional: mãe - filho (1992)*. Porto, Faculdade de Psicologia e de Ciências de Educação. Tese de doutoramento em Psicologia apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências de Educação da Universidade do Porto.

SOARES, I. (2000), *Psicopatologia do Desenvolvimento: Trajetórias (in)Adaptativas ao longo da vida*, Coimbra, Quarteto.

SOULÉ, M., Lauzanne, K., & Leblanc, N. (1995). La carence de soins maternels. In Serge Lebovici, René Diatkine, & Michel Soulé (Eds.), *Nouveau traité de psychiatrie de l'enfant et de l'adolescent* (Vol. 4, pp. 2529-2545). Paris: Presses Universitaires de France.

SPRINTHALL, N.A., & Collins, W.A. (2008). *Psicologia do adolescente. Uma abordagem desenvolvimentista* (4.^a ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

SPRINTHALL, N. A. & Collins, W. A. (1994). *Psicologia do adolescente: uma abordagem desenvolvimentista* (2.^aed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

STEIN, M. (2008). Resilience and young people leaving care. *Child Care in Practise*, 14(1), 35-44.

STRECHT, Pedro (2006), *Olha Por Mim, Reflexões sobre temas da infância e adolescência*, Assírio & Alvim.

WINNICOTT, (1957) *A Criança e o seu Mundo*. Rio de Janeiro: Zahar Ed. 1977

VILHENA, G. (1999), *Violência e Educação*. Escola Moderna, n.º 6, 62-65.

ZEANAH, C., Smyke, A., Koga, S., & Carlson, E. (2005). Attachment in institutionalized and community children in Romania. *Child Development*, 76, 1015-1028.

ZURITA, J. F. & del Valle, J. F. (2005). Acogimiento residencial. In J. P. Ochotorena & M. I. Madariaga (Eds.), *Manual de protección infantil* (pp. 409-470). Barcelona: Masson.

Apêndice 1 – Guião de Entrevista

| | |
|------------------------------------|---|
| <i>Caracterização Sociográfica</i> | Nome: (poderá ser o verdadeiro ou fictício conforme a vontade da Jovem) Idade: Naturalidade: Nível de Escolaridade: Data de Acolhimento: |
| DIMENSÕES | EXEMPLOS DE QUESTÕES |
| <i>Adolescente</i> | <ul style="list-style-type: none"> ○ Como te caracterizas antes de entrares na Casa? Quem eras? O que fazias? E agora, achas que houve alterações, houve alguma mudança na tua maneira de ser e de estar? ○ Como te sentiste quando entraste na Casa? E hoje como te sentes? ○ O que gostas de fazer? Tens alguns hobbies? ○ Como te imaginas aos 30 anos? Como pensas que será a tua vida nessa altura? ○ Consideras que és envolvida a participar no teu “processo”, no teu projeto de vida? ○ Neste momento já sabes qual vai ser o teu projeto de vida? se sim, participaste nessa decisão? ○ Sentes que és ouvida pelos técnicos? ○ Qual é o teu maior sonho? ○ Como te sentiste ao realizar esta entrevista? (no final) ○ Queres falar de algum assunto que consideres importante? |
| <i>Acolhimento</i> | <ul style="list-style-type: none"> ○ Quais as recordações que guardaste no dia do teu acolhimento? ○ Passado algum tempo de acolhimento o que representa para ti esta Casa? ○ Na tua opinião, achas que foste bem acolhida? ○ Na tua opinião, qual foi a razão do teu acolhimento? ○ Conheces a LPCJP? Sabes para que serve? ○ O que é para ti estar em perigo? Na altura do acolhimento sentias que estavas em perigo? ○ Já alguma vez pensaste como seria hoje a tua vida senão tivesses entrado nesta Casa? Achas que seria diferente? De que forma? ○ O que significa para ti o acolhimento? ○ Que tipo de acolhimento é este? ○ O que é para ti o acolhimento de emergência? ○ Em geral quanto tempo as jovens permanecem nesta Casa? ○ Para as crianças e jovens que necessitam de ser acolhidas de emergência como é que se deveria proceder (fazer)? Achas que se deveria alterar algum aspeto? |
| <i>CAE</i> | <ul style="list-style-type: none"> ○ Como te relacionas com as outras jovens na Casa? ○ Consideras que existe alguém na Casa que é importante para ti? (adultos, pares; irmãos caso exista) ○ Com quem te identificas mais? Pertences a algum grupo? ○ Há alguém que te apoie (quer em momentos bons, quer nos menos bons)? ○ Quais são as rotinas diárias na Casa? (como é o teu dia à dia na casa?) |

| | |
|----------------------------|---|
| | <ul style="list-style-type: none"> ○ Sabes quais são os teus direitos (o que podes fazer, ter direito a) e deveres (regras, tarefas) na Casa? ○ Como são vividas as regras na Casa? Costumas cumprir com tudo o que te é dito? Caso não cumpras, o que tens de fazer? ○ Antes de entrares na Casa estavas habituadas a ter regras? ○ Do que sabes, achas que esta Casa é diferente de um Lar de Infância e Juventude? se sim, quais são as diferenças? ○ Do teu ponto de vista, quais são os aspetos mais positivos desta Casa e os menos positivos? ○ Como te sentes em partilhar esta casa com outras jovens? ○ Já alguma vez efetuaste uma saída não autorizada? Se sim, como foi o regresso a esta casa? |
| <i>Família; Amigos</i> | <ul style="list-style-type: none"> ○ Antes de entrares na Casa, vivias com a tua família? ○ A tua família está presente na tua vida atualmente? Recebes visitas? ○ Há alguém da tua família de quem te sentes mais próxima? E amigos? |
| <i>Escola/Formação</i> | <ul style="list-style-type: none"> ○ Frequentas a escola regular ou algum curso? Em que ano? ○ Pensas seguir os estudos? Em que área? Onde te verias a trabalhar? |
| <i>Serviços</i> | <ul style="list-style-type: none"> ○ Recebes algum apoio externo? (Centro de Saúde, Hospital, consultas, Técnicos de outros serviços) ○ Consideras importante teres esse(s) apoio(s)? ○ Fazes alguma atividade no exterior? |

Apêndice 2 – Pedido de Consentimento para Entrevista e Focus group

Pedido de Consentimento

Olá,

Eu, Elizabeth Di Paolo, estou a realizar um estudo acerca da perceção das adolescentes em relação ao acolhimento de emergência de crianças e jovens em perigo, para a conclusão do meu mestrado em Riscos e Violências nas Sociedades atuais na variante de crianças e jovens.

Para isso, gostava de contar com a tua colaboração para a elaboração deste estudo, comprometendo-me desde já a respeitar-te e a respeitar as tuas opiniões. Trata-se então, de um estudo apenas para fins científicos.

Os nossos encontros terão como objetivo realizar entrevistas, debates em grupo (tu e outras jovens), registos escritos onde serás livre, caso te sintas à vontade, de escrever sobre as tuas reflexões e comentários relativamente ao teu passado, à tua vida na casa de acolhimento de emergência e sobre o teu futuro.

Para conseguir apontar tudo o que dizes, vou ter de gravar as nossas sessões, pelo que gostava de te pedir para me deixares gravar as conversas. Quero desde já que saibas que apenas eu ouvirei as gravações e que no final do trabalho, poderemos ouvi-las juntas e depois apagá-las, se essa for a tua vontade.

Gostava ainda de salientar que toda a informação recolhida será anónima e será apenas utilizada para perceber o que pensas e o que sentes em relação ao acolhimento, sem te identificar em momento algum, nem pelo teu nome, nem pelas tuas características pessoais.

Eu _____ gostava de participar neste estudo e autorizo a utilização do gravador durante os encontros.

Lisboa, _____ de 2013.

Apêndice 3 – Pedido de Consentimento para Estudo de Investigação

Pedido de Consentimento para Estudo de Investigação

Exmo. Senhor Diretor

Eu, Elizabeth Di Paolo, estou a realizar um estudo acerca da perceção das adolescentes em relação ao acolhimento de emergência de crianças e jovens em perigo, para a conclusão do meu mestrado em Riscos e Violências nas Sociedades atuais na variante de crianças e jovens.

Neste sentido, venho solicitar a V. Ex.^a autorização para a participação das jovens acolhidas na casa de acolhimento de emergência, no estudo que pretendo desenvolver.

A recolha dos dados envolve entrevistas semiestruturadas, debates em grupo, registos escritos onde as jovens serão livres, caso se sintam à vontade, de escrever sobre as suas reflexões e comentários relativamente ao seu passado, à sua vida na casa de acolhimento de emergência e sobre o seu futuro.

Tratando-se de um trabalho de natureza qualitativa, solicito ainda que estes encontros possam ser gravados para permitir a sua análise posterior.

Toda a informação que venha a obter será confidencial, não sendo nunca revelado qualquer dado que possibilite a identificação das crianças, dos técnicos (Diretor(a) ou cuidador(a)). Toda a informação que permita qualquer identificação será codificada.

Eu _____ Declaro que tomei conhecimento do projeto de investigação acima mencionado, bem como dos procedimentos nele implicados e autorizo a participação das jovens neste estudo bem como a utilização do gravador durante os encontros.

Lisboa, _____ de 2013